



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

Rodrigo Leal Moraes

Práticas locais e regras institucionais:

uso dos recursos naturais por pescadores artesanais da Resex Marinha Caeté-Taperaçu.

Belém

2018

Rodrigo Leal Moraes

Práticas locais e regras institucionais:

uso dos recursos naturais por pescadores artesanais da Resex Marinha Caeté-Taperaçu.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental).
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Laura Angélica Ferreira.

Belém

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M827p

Moraes, Rodrigo Leal.

Práticas locais e regras institucionais: uso dos recursos naturais por pescadores artesanais da Resex
Marinha Caeté-Taperaçu / Rodrigo Leal Moraes,. — 2018.
xv, 142 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Laura Angélica Ferreira
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico
de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

1. Práticas da pesca artesanal. 2. Reserva Extrativista Marinha. 3. Áreas protegidas. 4. Gestão de bens
comuns. I. Título.

CDD 630.275

Rodrigo Leal Moraes

Práticas locais e regras institucionais:

uso dos recursos naturais por pescadores artesanais da Resex Marinha Caeté-Taperaçu.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental).
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientação: Prof.^a Dr.^a. Laura Angélica Ferreira

Data de aprovação. Belém - PA: 27/08/2018

Banca Examinadora:

Dr.^a. Laura Angélica Ferreira
(Orientadora)
INEAF-UFPA

Dr.^a. Pâmela Melo Costa
(Membro Titular Externo)
IFPA – Campus Belém

Dr.^a. Ruth Helena Cristo Almeida
(Membro Titular Externo)
ISARH – UFRA

Aos meus pais José Luiz Moraes e Carmen
Lúcia Alves Leal, minha irmã Alexandra,
minha esposa Michele e minha filha Iara, por
todo incentivo e paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a força divina, que me proporcionou crescimento. A minha querida mãe (em memória), que partiu no decorrer da elaboração dessa dissertação, mas que continuará apoiando e incentivando meu crescimento intelectual e espiritual.

A minha querida esposa Michele e minha querida filha Iara, pelo carinho e companheirismos, por serem meu alicerce e por serem pacientes durante os dias difíceis que não pude lhes dar atenção.

A minha irmã, afilhada, cunhado e sobrinho, que sempre torceram por mim, assim como meus tios, tias, primos e primas, que mesmo longe emanam boas vibrações.

Ao meu pai, que me acompanhou durante toda minha vida acadêmica e que sempre torceu pelo meu sucesso profissional.

Ao amigo e grande mestre Waldemar Londres Vergara Filho (em memória), pela forma poética que me fez enxergar a vida dos povos do mangue e da maré.

A Sheyla da Silva Leão, gestora da REM Caeté-Taperaçu, pela disponibilização dos dados da pesquisa, mas principalmente pela amizade de quase duas décadas.

Aos pescadores das Vilas dos Pescadores e Vila Bonifácio, que abriram as portas de suas vidas e me receberam de forma calorosa, como o seu Lázaro, seu Brandão e Seu Antônio.

Agradeço profundamente a minha orientadora Laura Ferreira pela oportunidade de desbravar esse tema e por ter me transmitido segurança e tranquilidade durante o processo de aprendizagem.

A todos os professores do MAFDS, que, sem sombra de dúvidas, abriram meu horizonte com debates sobre diversos temas que me fizeram “estranhar o familiar e familiarizar o estranho” (ou quase).

Aos meus colegas da turma MAFDS 2016, todos muito inteligentes e competentes, pelo companheirismo, amizade e pelos debates em alto nível.

A toda equipe do MAFDS que, como um todo, me fez enxergar novos rumos.

RESUMO

Nesta pesquisa, as atividades produtivas realizadas por pescadores artesanais em duas comunidades, inseridas no contexto de uma Reserva Extrativista, foram analisadas para obtenção de respostas quanto às possíveis mudanças em relação ao saber-fazer dos pescadores após a implementação de regras de uso e acordos de convivência oriundos da criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança-Pa. A análise das práticas de indivíduos que utilizam os recursos em um ambiente de uso comum, onde há a dependência dos recursos naturais e a disputa pela apropriação do território com outros atores, incluindo o Estado e representantes da sociedade civil, é o que este trabalho pretende apresentar, buscando respostas sobre as possíveis mudanças nas práticas de pescadores artesanais após a criação da Reserva Extrativista. O estudo parte da hipótese de que as relações dinâmicas entre instituições e indivíduos que possuem interesses diversos em relação aos recursos disponíveis podem ser uma relação de continuidade ou de resignificação, onde os condicionamentos exteriores, como regras criadas por instituições, e a subjetividade do indivíduo, materializada através das práticas, são fatores que devem ser considerados para a efetividade do alcance dos objetivos de territórios criados não só para conservação da natureza, mas também para manutenção dos meios de vida de pescadores artesanais através de Reservas Extrativistas Marinhas.

Palavras-chave: Áreas protegidas. Uso de bens comuns. Gestão de Resex Marinhas. Práticas pesqueiras. Pesca artesanal. Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu.

ABSTRACT

In this research, the productive activities carried out by artisanal fishermen in two communities, inserted in the context of an Extractive Reserve, were analyzed to obtain answers regarding the possible changes in relation to the know-how of the fishermen after the implementation of rules of usage and agreements of coexistence deriving from the creation of the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve, located in the municipality of Bragança-Pa. The analysis of the practices of individuals who use the resources in an environment of common use, where there is the dependence of the natural resources and the dispute for the appropriation of the territory with other actors, including the State and representatives of the civil society, is what this work intends to present, seeking answers about the possible changes in artisanal fishing practices after the creation of the Extractive Reserve. The study begins from the hypothesis that the dynamic relations between institutions and individuals that have diverse interests relating to the available resources can be a relationship of continuity or resignification, where the external conditioning, such as rules created by institutions, and the subjectivity of the individual, materialized through practices, are factors that must be considered to the effectiveness reach of territories' objectives created not only for nature's conservation, but also for the maintenance of the livelihoods of artisanal fishermen through Marine Extractive Reserves.

Key-words: Protected Areas. Use of common goods. Marine Resex Management. Fishing practices; Artisanal fishing. Marine Extractivist Reserve Caeté-Taperaçu.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa de localização das Resex Marinhas no estado do Pará	40
Figura 02: Localização da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, no Estado do Pará.....	41
Figura 03: Linha do Tempo dos acontecimentos marcantes na região estudada	72
Figura 04: Imagem apresentando as 4 zonas com 20 currais na área de estudo	106
Figura 05: Zona 1 dos currais e casa do curralista A.R.P.R.....	111
Foto 01: Acesso terrestre para Vila dos Pescadores	65
Foto 02: Ruela na Vila dos Pescadores	66
Foto 03: Comércio (fundos) na Vila dos Pescadores	67
Foto 04: Rodovia PA-458 entrada para V. Bonifácio.....	68
Foto 05: Ponte sobre o furo do Maguari	68
Foto 06: Influência da maré sobre casas	69
Foto 07: Vila Bonifácio	69
Foto 08: Rancho para comércio de pescado na V. Bonifácio	70
Foto 09: Paneiro com aproximadamente 8 kg de pescado.....	78
Foto 10: Preparo do peixe para salga	80
Foto 11: Armazenamento do peixe salgado.....	80
Foto 12: Pescador organizando espinhel	91
Foto 13: Rede corvineira em montaria	92
Foto 14: Redes de bubuia em rancho	92
Foto 15: Âncora e pedra para apoite	93
Foto 16: Rede apoitada na maré.....	93
Foto 17: Rede caiqueira	95
Foto 18: Redes de bubuia:.....	95
Foto 19: Embarcações utilizadas pelos pescadores locais	96
Foto 20: Estacada em banco de areia.....	97
Foto 21: Estacada em beira de praia	97
Foto 22: Curral de cacuri (beira).....	98
Foto 23: Curral de enfia (croa).....	98
Foto 24: Varas de siriubeira e tinteira.....	102
Foto 25: Chiqueiro ou depósito do curral	103
Foto 26: Comprimento da malha do chiqueiro	103
Foto 27: Detalhe da espia do curral	103
Foto 28: Mensuração da espia.....	103
Foto 29: Autorização do ICMBio para extração vegetal	104
Foto 30: Estoque de peixe refrigerado	110
Foto 31: Isopor para armazenamento.....	110
Foto 32: Percurso até a linha de currais	112
Foto 33: Banco de areia com currais	112
Foto 34: Despesca no curral com presença de água no chiqueiro	113
Foto 35: Landuá, utilizado para retirada do pescado do curral.....	113

Foto 36: Espécies capturadas no curral de A.R.P.R	114
Foto 37: Método de transporte do curralista A.R.P.R.....	114
Foto 38: Curral desativado.....	115
Foto 39: Desmonte de chiqueiro	115
Foto 40: Instalação da viga mestra do chiqueiro	115
Foto 41: Utilização de bomba d'água para instalação do mourão	115
Gráfico 01: Reconhecimento do Comitê pelos pescadores locais	75
Gráfico 02: Local de nascimento dos pescadores.....	81
Gráfico 03: Faixa etária dos pescadores	81
Gráfico 04: Oportunidades para escolha da atividade pesqueira.....	83
Gráfico 05: Frequência da atividade pesqueira	84
Gráfico 06: Problemas referentes a diminuição do pescado	89
Gráfico 07: Opinião sobre existência de conflitos por disputa por pescado	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Documentação pesquisada	23
Quadro 02: Relação de documentos com regras de pesca na REM Caeté-Taperaçu	26
Quadro 03: Polos Comunitários envolvidos na REM Caeté-Taperaçu	42
Quadro 04: Número de habitantes por Vila, na ilha de Ajuruteua.....	73
Quadro 05: Concepções dos pescadores sobre o conceito de Reserva Extrativista.....	75
Quadro 06: Valor da venda do pescado na área do estudo	80
Quadro 07: Regras sobre uso de espinhel na REM Caeté-Taperaçu	91
Quadro 08: Regras do Plano de Utilização e regras usadas por curralistas	93
Quadro 09: Especificações dos currais da zona 01	107
Quadro 10: As regras da pesca e as mudanças ocorrida nas práticas dos pescadores com a criação da REM Caeté-Taperaçu.....	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Variedades de pescado capturados e período de safra.....	77
Tabela 02: Idade que os pescadores iniciaram suas atividades pesqueiras	82
Tabela 03: Tipos de apetrechos da pesca artesanal	85
Tabela 04: Escolha do local de pesca	88
Tabela 05: Especificações dos diversos usos de apetrechos na V. dos Pescadores e V. Bonifácio	88
Tabela 06: Idade dos curralistas	108

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
ASSUREMACATA	Associação do Usuários da Resex Marinha Caeté-Taperaçu
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Vigilância da Amazônia
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
DRNR	Departamento de Recursos Naturais Renováveis
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEAF	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
MADAM	Projeto Mangrove Dynamics and Management
NCADR	Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
NUC	Núcleo de Unidades de Conservação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
REM	Reserva Extrativista Marinha
RESEX	Reserva Extrativista
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SF	Serviço Florestal
SETRAN	Secretaria Estadual de Transporte
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: PRÁTICAS LOCAIS NA GESTÃO DE BENS COMUNS: CONTINUIDADE OU RESSIGNIFICAÇÃO?	15
1.1 INTRODUÇÃO GERAL	15
1.2 PERGUNTA DE PARTIDA	19
1.3 OBJETIVOS	19
1.3.1 Objetivo geral	19
1.3.2 Objetivos específicos	19
1.4 METODOLOGIA.....	19
1.4.1 Escolha da área de estudo	19
1.4.1.1 A Vila dos Pescadores e a Vila Bonifácio	20
1.4.2 Procedimento metodológico	21
1.4.2.1 Coleta de dados.....	21
1.4.2.1.1 Pré-Campo	21
1.4.2.1.2 Dados Secundários	22
1.4.2.1.3 Dados Primários	24
1.4.3 Sistematização, tratamento e análise dos dados	25
CAPÍTULO 2: O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS E A LÓGICA DE USO DOS RECURSOS COMUNS EM ÁREAS MARINHAS	27
2.1 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ÁREAS PROTEGIDAS	27
2.2 INSTRUMENTOS LEGAIS E A GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL	29
2.3 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS	32
2.4 RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS	38
2.5 RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERAGU.....	40
2.6 O ICMBIO E A GESTÃO DA REM CAETÉ-TAPERAGU	43
2.6.1 Plano de Utilização	45
2.6.2 Plano de Manejo	48
CAPÍTULO 3: PESCADORES ARTESANAIS: ESTRATÉGIAS PARA O USO DOS RECURSOS NATURAIS EM ÁREA DE USO COMUM	51
3.1 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E TERRITÓRIO	51
3.2 A PESCA ARTESANAL COMO PRÁTICA COTIDIANA.....	54
3.3 USO DE BENS COMUNS	58
3.4 AS PRÁTICAS PRODUTIVAS EM AMBIENTES RURAIS.....	61
CAPÍTULO 4: PRÁTICAS LOCAIS E REGRAS INSTITUCIONAIS NA REM CAETÉ-TAPERAGU	65
4.1 VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO: DA OCUPAÇÃO AOS DIAS ATUAIS	65
4.1.1 A criação da REM Caeté-Taperaçu	72
4.1.2 Os pescadores e a gestão da REM Caeté-Taperaçu	74
4.2 DIAGNÓSTICO DA PESCA ARTESANAL NA VILA DOS PESCADORES E VILA DO BONIFÁCIO.....	76
4.2.1 Perfil dos Pescadores	80

4.2.2 Áreas de pesca	86
4.2.3 A diminuição do pescado e os conflitos pela captura	88
4.3 A PESCA DE ESPINHEL.....	90
4.4 PESCA DE REDE	91
4.4.1 A prática da rede de estacada	96
4.5 A PESCA DE CURRAL	98
4.5.1 As zonas de currais	105
4.5.2 As práticas de um curralista	109
4.6 AS REGRAS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS E SUA INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
APÊNDICE I – Questionário de Entrevista – Diagnóstico da pesca de curral na RESEX Caeté-Taperaçu	138
APÊNDICE II – Questionário de Entrevista – Diagnóstico da pesca artesanal com vários apetrechos na RESEX Caeté-Taperaçu	140

CAPÍTULO 1: PRÁTICAS LOCAIS NA GESTÃO DE BENS COMUNS: CONTINUIDADE OU RESSIGNIFICAÇÃO?

1.1 INTRODUÇÃO GERAL

Os recursos naturais, utilizados por grupos diversos, vêm sofrendo mudanças no seu modo de uso e apropriação ao longo do tempo. Seja por fatores econômicos, alimentares, inovações tecnológicas ou para garantia de modos de vida, esses recursos são cada vez mais demandados pela sociedade, merecendo maior atenção no seu gerenciamento, tendo em vista a ideia de esgotabilidade.

Na Amazônia, a abundância e diversidade de recursos naturais coexistem com uma grande variedade de grupos populacionais, cuja demografia é ascendente. Estes grupos desenvolvem modos de vida baseados na relação com os recursos naturais disponíveis, se apropriando dos espaços (privados ou coletivos) e se beneficiando dos recursos na busca de satisfazer suas necessidades. Neste contexto, há surgimentos de determinados conflitos, geralmente quando os interesses de uso e apropriação sobre estes recursos se tornam divergentes, muitas vezes devido à sua escassez.

Com o crescimento populacional e a procura acentuada por recursos naturais, o homem passou a se preocupar com as formas de uso desses recursos, considerados bens de uso comum pela sociedade, como as florestas, os mares e os rios. Garret Hardin (1968), em sua obra *A tragédia dos bens comuns*, trouxe o debate sobre a escassez desses recursos, a qual, segundo o autor, é resultado do acesso coletivo e irrestrito aos bens de uso comum, cuja única solução seria a privatização ou estatização desses bens, tendo em vista o controle baseado em incentivos ou punições.

Em geral, na Amazônia, destacam-se as drásticas alterações sobre o uso da terra à medida que as frentes de expansão se desenvolvem e a floresta desaparece, dando lugar a diferentes sistemas produtivos, criando a necessidade de se pensar em modelos de manejo mais intensivo, como forma de frear a continuidade de avanço sobre a floresta. Com isso, a situação enfrentada por grupos populacionais como indígenas, agricultores, extrativistas e pescadores artesanais se torna mais crítica, na medida em que o modelo hegemônico de exploração dos recursos naturais é prioritariamente predador desses recursos, restringindo cada vez mais a possibilidade de reprodução sociocultural desses grupos (ARRUDA, 1999).

Becker (2007) ressalta que o debate ecológico a respeito da conservação dos recursos naturais da Amazônia está inserido em uma sociedade contraditória, onde os interesses sobre

o uso e apropriação do território, pautados na lógica capitalista, coexistem com os diferentes usos e saberes de grupos populacionais que vivem na região e utilizam os recursos sem grandes impactos, em uma lógica nem sempre capitalista. Em suas pesquisas, Benatti, McGrath e Oliveira (2003) apresentam a experiência de 12 comunidades de pescadores na região do Médio Solimões, no Amazonas, as quais realizam o manejo de lagos com regulação de acesso para criação de pirarucu, visando uma produção sustentável. Nesse estudo, os autores verificaram o aumento do estoque pesqueiro em comparação com lagos não manejados, indicando que arranjos institucionais com regulação de uso em áreas de bem comum são importantes para o sucesso das iniciativas de uso coletivo dos recursos naturais.

Diante das contradições entre conservação ambiental e manutenção dos meios de vida de populações tradicionais, um dos caminhos seguido pelo Estado brasileiro, sobre seu território e seus recursos, foi a criação das primeiras Reservas Extrativistas (Resex) em áreas de florestas na região amazônica nos anos 1990. Apesar de trazer garantias a grupos específicos, cuja sobrevivência dependia dos recursos naturais, as Resex também implicaram em mudanças e adaptações dessas populações nas áreas tradicionalmente exploradas por elas. Nesse sentido, Cunha (2010) ressalta a utilização e apropriação dos recursos naturais, que antes eram explorados conforme as regras locais, criadas a partir do conhecimento costumeiro, e após a criação da Resex passaram a conviver com regras institucionais baseadas em aparatos técnico-burocráticos, oriundas da estrutura racional-legal do Estado Brasileiro, como Instruções Normativas e Portarias Institucionais.

Nesse aspecto, as populações beneficiadas pela criação de Reservas Extrativistas passaram a conviver com a seguinte questão: a manutenção de suas práticas locais, baseadas no conhecimento empírico, transmitido através da ancestralidade, ligadas a processos não formais de tomada de decisão; ou a mudança de suas práticas costumeiras se adequando a uma lógica racional, baseada em regras institucionais formalizadas pelo Estado, através de estatutos, instruções normativas, acordos de convivência e legislação (SILVA; SIMONIAN, 2015).

A análise das atividades desenvolvidas pelos grupos locais, para o uso dos recursos naturais e das ações institucionais dos órgãos gestores que representam o Estado na gestão de Reservas Extrativistas, possibilita a compreensão das estratégias de gestão compartilhada entre o poder público e os grupos humanos que se beneficiam dos recursos naturais em um território. Apesar do aparato burocrático, que historicamente engessa a ação dos órgãos estatais no Brasil, há de se analisar as experiências desenvolvidas na gestão de Reserva

Extrativista, através de instrumentos pensados pelo Estado e direcionados aos usuários dos recursos, como os Acordos de Pesca, Planos de Uso, Planos de Manejo, que se construídos de forma participativa, e com o protagonismo das populações locais, podem apresentar bons resultados na gestão do território e garantia dos modos de vida dessas populações.

Minha trajetória profissional na gestão de Unidades de Conservação Federais nos últimos 8 anos, possibilitou-me conhecer um pouco da diversidade de modos de vida de agricultores familiares e extrativistas, e a dificuldade que o Estado, baseado em uma lógica racional e de domínio territorial, enfrenta na gestão das Reservas Extrativistas.

Em 2009, quando efetivado como analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins/TO, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral¹, percebi que haviam divergências entre os interesses do Estado e os interesses de comunidades Quilombolas, que lá viviam desde bem antes da criação da Estação Ecológica. Ali pude perceber o conflito entre a garantia dos modos de vida, e a proteção ambiental. Esta foi minha primeira inquietação como gestor de um território: compreender como ocorre a participação das populações locais no processo de criação de áreas protegidas, e como os conflitos de interesse são encarados.

Em 2011 retornei ao Pará, onde fui lotado na Reserva Extrativista de Maracanã, situada na região do salgado paraense, onde a pesca artesanal é predominante. Lá exerci o cargo de chefe de Unidade Avançada durante 5 anos. Durante esse período, fui responsável pelo funcionamento dos instrumentos de gestão definidos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC², como o Conselho Deliberativo e o Acordo de Gestão.

O que mais me chamou a atenção neste período foi a construção do Acordo de Gestão. Durante a construção desse instrumento, percebi a falta de compreensão das populações locais em relação a existência de uma Reserva Extrativista; o elevado número de extrativistas que desconheciam o papel do ICMBio; e o reduzido número de extrativistas que haviam participado da discussão das regras de uso dos recursos naturais da referida área.

Por outro lado, também percebi a necessidade de compreensão do contexto de criação de uma Reserva Extrativista e o seu real significado para as populações afetadas, pois até então conhecia apenas informações técnicas sobre procedimentos de gestão através de

¹ Unidade de Conservação cujo objetivo é a preservação da natureza, tendo seu acesso restrito a fins educacionais e pesquisa científica.

² O SNUC é composto pelo conjunto das Unidades de Conservação do Brasil. Dentre outros objetivos, visa contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, bem como proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura (BRASIL, 2000).

Instruções Normativas, Portarias, Notas Técnicas e Legislação, sem, no entanto, conhecer as estratégias de manejo individuais e coletivas, baseadas nos saberes consuetudinários das populações ali existentes, realizadas por indivíduos em uma área de uso comum, independente dos instrumentos criados pelo Estado.

Com isso, me interessei em buscar embasamento teórico através da pesquisa acadêmica no Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR, hoje Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF, onde fui inserido em um ambiente de debate multidisciplinar, o qual me proporcionou subsídios para começar a compreender as relações entre a sociedade e a natureza; os diversos fatores que levam um indivíduo a realizar uma prática produtiva e; as relações de conflito no uso de bens comuns.

Nesta pesquisa, as atividades produtivas realizadas por pescadores artesanais em duas comunidades, inseridas no contexto de uma Reserva Extrativista, foram analisadas para obtenção de respostas quanto às possíveis mudanças em relação ao saber-fazer dos pescadores após a implementação de regras de uso e acordos de convivência oriundos da criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança-Pa.

A análise das práticas de indivíduos que utilizam os recursos em um ambiente de uso comum, onde há a dependência dos recursos naturais e a disputa pela apropriação do território com outros atores, incluindo o Estado e representantes da sociedade civil, é o que este trabalho pretende apresentar, buscando respostas sobre as possíveis mudanças nas práticas de pescadores artesanais após a criação da Reserva Extrativista.

O estudo parte da hipótese de que as relações dinâmicas entre instituições e indivíduos que possuem interesses diversos em relação aos recursos disponíveis podem ser uma relação de continuidade ou de ruptura, onde os condicionamentos exteriores, como regras criadas por instituições, e a subjetividade do indivíduo, materializada através das práticas, são fatores que devem ser considerados para a efetividade do alcance dos objetivos de territórios criados para manutenção dos meios de vida de pescadores artesanais através de Reservas Extrativistas Marinhas.

Ao analisar as possíveis mudanças em relação ao meio de vida das populações ocorridas com a criação da REM Caeté-Taperaçu, esta dissertação é composta por quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentada uma introdução geral da dissertação, contendo os objetivos e a metodologia com a caracterização da área de estudo. No segundo capítulo é apresentado o contexto de criação das Reservas Extrativistas e a lógica de uso dos recursos comuns em áreas marinhas e práticas produtivas. No terceiro capítulo é apresentado um

referencial teórico abordando o conceito de populações tradicionais, território e, a pesca artesanal como prática cotidiana, o uso de bens comuns e as práticas em ambientes rurais. No quarto e último capítulo são apresentados os resultados do estudo através de uma análise comparativa entre as regras do Estado e as práticas identificadas nas comunidades estudadas, visando identificar as mudanças ocorridas no meio de vida das comunidades com a criação da Unidade de Conservação.

1.2 PERGUNTAS DE PARTIDA

- a) Há incompatibilidades entre as práticas consuetudinárias dos pescadores artesanais e as regras de uso e conservação dos recursos naturais em uma Reserva Extrativista Marinha?
- b) Como os pescadores artesanais reagiram em suas práticas cotidianas frente às regras institucionais advindas com a criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Identificar e analisar as influências de regras institucionais nas práticas de pescadores artesanais na Resex Caeté-Taperaçu.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar o contexto de ocupação da área que compreende a Resex;
- b) Caracterizar as práticas dos pescadores artesanais antes e depois da criação da Resex;
- c) Analisar as mudanças ocorridas nas práticas dos pescadores artesanais, confrontando práticas atuais versus as regras estabelecidas no plano de utilização para esta Resex.

1.4 METODOLOGIA

1.4.1 Escolha da área de estudo

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações. (VELHO, 1978, p. 131).

Durante o período em que desenvolvi a função institucional de chefe da Reserva Extrativista Maracanã, participei da construção do Acordo de Gestão da referida Unidade de Conservação, e percebi que haviam divergências entre algumas atividades da pesca artesanal praticadas e as regras instituídas em acordos de pesca criadas entre o ICMBio e o próprio grupo de pescadores.

A partir dessa experiência profissional, tive o interesse em realizar o presente estudo na Resex Maracanã. Porém, fui alertado que o envolvimento profissional com a gestão daquele território poderia me fazer criar verdades a ponto de não conseguir estranhar o que me era familiar. Além disso, as respostas que por algum motivo parecessem transgressora à vista de um gestor do ICMBio, poderiam vir camufladas quando adquiridas através dos pescadores entrevistados ao saberem que o entrevistador era, também, gestor da Unidade de Conservação, objeto de estudo, e consequentemente representante do Estado.

Por isso, para o desenvolvimento deste trabalho de dissertação, mudamos o lócus da pesquisa, escolhendo uma Reserva Extrativista onde não tive nenhum contato profissional com os pescadores. Durante toda a pesquisa fui apenas o pesquisador, sem conhecer previamente de perto a gestão do território entre o poder público e a sociedade local.

Outro fator importante para escolha da REM Caeté-Taperaçu foi devido a UC ser a única, entre as 12 Reservas Extrativistas Marinhas localizadas no litoral paraense, a possuir Plano de Manejo e Plano de Utilização. Estes são os instrumentos oficiais nos quais o ICMBio se baseia para orientar a gestão da área, e desta forma, passíveis de influenciar as práticas realizadas por pescadores da região. Optei pela Vila de Pescadores e Vila Bonifácio, por concentrar o maior número de pescadores da região, e por ambas serem duas das três comunidades que estão situadas dentro dos limites da REM Caeté-Taperaçu.

1.4.1.1 A Vila dos Pescadores e a Vila Bonifácio

A Vila dos Pescadores teve início entre 1913 e 1915 com a chegada de famílias originárias do Ceará, as quais vieram tentar a vida em núcleos agrícolas na cidade de Bragança, mas que depois migraram para o litoral bragantino e se estabeleceram no ramo da pesca. Inicialmente o local era composto apenas por ranchos de pescadores, sendo ponto de passagem e de parada provisória durante as temporadas de pesca na costa (MANESCHY, 1995).

No decorrer do povoamento, a vila foi crescendo devido à chegada de pescadores de outras praias da região e do interior de Bragança. A base da subsistência desse povoamento

era a captura de frutos do mar, principalmente o pescado, o camarão e o caranguejo, através da pesca artesanal, a qual manteve uma relação de proximidade com a natureza existente no local (MANESCHY, 1995).

Com o processo erosivo que ocorre naturalmente na área costeira onde se localiza a Vila dos Pescadores, algumas casas foram derrubadas pela maré, levando algumas famílias a procurarem outro local para habitação. Com isso, surgiu, nos anos 1990, a Vila Bonifácio, localizada a 4 quilômetros da praia de Ajuruteua, e separada da Vila dos Pescadores pelo furo do Maguari (MANESCHY, 1995).

1.4.2 Procedimento metodológico

1.4.2.1 Coleta de dados

1.4.2.1.1 Pré-Campo

Antes de iniciar as atividades de campo, o presente projeto foi devidamente cadastrado e aprovado no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBio³, de acordo com as exigências necessárias para o acesso e uso de dados e informações em Unidades de Conservação. Além disso, tendo em vista as diretrizes do órgão gestor, foi realizado contato com a analista ambiental do ICMBio, Sheyla da Silva Leão, que responde institucionalmente como chefe da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, visando obter maiores informações sobre a área pesquisada.

Para conhecer a área de estudo e identificar os pescadores que utilizam instrumentos artesanais de pesca, foi realizada uma visita à Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio, no período de 24 a 26 de fevereiro de 2017, para maior aproximação entre o pesquisador e o grupo a ser pesquisado. Nesse momento da pesquisa foi realizado o primeiro contato através de conversa informal com os pescadores locais para obter informações sobre os objetivos do projeto.

Durante o pré-campo visitei a casa do pescador conhecido como Lázaro, o qual exerce certa liderança na localidade devido sua experiência com a pesca, e apresentei os objetivos do projeto. Seu Lázaro também tem representatividade como membro titular do Conselho Deliberativo da REM Caeté-Taperaçu pelo Polo Ajuruteua.

³ O SISBio regulamenta normas sobre a realização de atividades com finalidade de pesquisa científica ou didática, no território nacional, na plataforma continental, no mar territorial e na zona econômica exclusiva localizadas em Unidades de Conservação Federal.

Em companhia do Seu Lázaro, visitei 6 currais de pesca construídos em bancos de areia. Na oportunidade, foi possível verificar que o período entre o final de fevereiro e o início de março é o momento em que os curralistas iniciam a etapa de construção dos currais.

Durante o pré-campo foi possível realizar uma análise geral do cenário. Foram identificados 20 currais com diferentes formatos, e situados em diferentes posicionamentos na região que abrange a Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio. Segundo informações do Seu Lázaro, a Vila dos Pescadores possui 98 famílias e a Vila Bonifácio possui 282 famílias, totalizando 380 famílias, sendo a maioria, de ambas as vilas, dependente dos recursos pesqueiros.

Diante da quantidade de currais existentes na abrangência das duas vilas objeto de estudo terem sido considerada pequena em relação à quantidade de famílias que dependem da pesca, o presente projeto sofreu uma mudança em relação ao alvo do estudo. Ao invés de serem considerados apenas os pescadores que utilizam curral de pesca, o alvo passou a ser pescadores artesanais que utilizam os diversos apetrechos de pesca, como currais, redes, anzóis, espinheis, dentre outros.

Dessa forma, o presente estudo realizou a pesquisa com 13 famílias que utilizam curral, tendo, portanto, 100% de representatividade das famílias que possuem curral nas duas Vilas, e 28 famílias que utilizam como apetrecho de pesca o espinhel e redes de nylon. Com isso, o estudo realizou uma amostragem de 41 famílias de pescadores dentre as 380 famílias que residem nas duas vilas. Vale destacar que dentre todos os pescadores entrevistados, apenas uma pescadora foi identificada.

O presente estudo utilizou a mesma metodologia utilizada por Furtado (1987) na identificação dos grupos de pescadores que utilizam o curral de pesca, sendo denominados como curralistas e os que utilizam frequentemente os diversos tipos de redes de pesca como redeiros, formando dois grupos distintos de pesca. Um terceiro grupo de pescadores que utilizam espinheis⁴ como apetrecho de pesca foram denominados simplesmente como pescadores de espinhel.

1.4.2.1.2 Dados Secundários

Visando o levantamento de informações sobre as regras relacionadas ao uso de recursos naturais na área pesquisada, foi realizado levantamento de dados secundários como Legislação, Normas Técnicas, Portarias, Instruções Normativas, Plano de Manejo e Plano de

⁴ Espinhel é um apetrecho de pesca que ao longo do estudo será explicado.

Utilização, e outros documentos que fazem referência a regramentos na área de abrangência da REM Caeté-Taperaçu. Este levantamento teve como finalidade buscar informações sobre a existência de acordos de pesca, regras de instalação de artes de pesca fixas, e legislação para o ordenamento pesqueiro na área de estudo.

As informações obtidas nesta etapa serviram como embasamento da pesquisa sobre as regras institucionais, seja no âmbito interno do ICMBio e IBAMA, como Portarias e Instruções Normativas, quanto no âmbito externo da legislação ambiental vigente, como a Lei de Crimes Ambientais.

Posteriormente essas regras foram comparadas com as técnicas utilizadas pelos pescadores. Foram pesquisados os seguintes documentos, conforme o Quadro 01:

Quadro 01: Documentação pesquisada.

Documento	Finalidade
Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000	Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC
Lei Federal nº 9.605 de 12/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
Decreto Federal nº 98.897 de 30/01/1990	Institucionaliza as Reservas Extrativistas
Decreto Federal nº 6.514 de 22/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente
Decreto Federal s/nº de 20/05/2005	Dispõe sobre a criação da REM de Caeté-Taperaçu
Portaria IBAMA nº 118 de 31/10/1994	Aprova as normas administrativas para criação, regularização e consolidação das Reservas Extrativistas
Instrução Normativa IBAMA nº 29 de 31/12/2002	Estabelece os critérios para regulamentação, pelo IBAMA, de Acordos de Pesca definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira
Instrução Normativa IBAMA nº 43 de 31/12/2002	Proíbe, no exercício da pesca em águas continentais, o uso de determinados apetrechos e métodos
Instrução Normativa ICMBio nº 01 de 18/09/2007	Disciplina diretrizes, normas e procedimentos para elaboração de Plano de Manejo participativo em Resex e RDS
Instrução Normativa ICMBio nº 02 de 18/09/2007	Disciplina diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento de Conselhos Deliberativos em Resex e RDS
Instrução Normativa ICMBio nº 29 de 05/09/2012	Disciplina, no âmbito do ICMBio, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para elaboração do Acordo de Gestão
Contrato de Concessão de Direito Real de Uso	Cessão do imóvel constituído por uma área de 42.068,86 ha

Plano de Utilização	Define as formas de exploração dos recursos naturais da REM de Caeté-Taperaçu
Plano de Manejo Vol. I e II	Diagnóstico e Planejamento para a gestão da REM de Caeté-Taperaçu

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

1.4.2.1.3 Dados Primários

a) Caracterização do contexto de ocupação da área

Visando obter informações para caracterização do contexto de ocupação da área que compreende a REM Caeté-Taperaçu, foi realizada entrevista histórica com moradores antigos nas Vilas dos Pescadores e Bonifácio.

De forma didática e metodológica, foi utilizado um roteiro (Apêndice 1) para realização desta entrevista, a qual foi gravada, buscando obter informações sobre:

- História inicial de ocupação da área, onde os entrevistados discorreram sobre a origem dos primeiros habitantes das vilas, período e motivo de chegada, fatos marcantes na história das vilas e outras informações;
- Dinâmica de uso dos recursos e dos processos produtivos, onde os entrevistados relataram sobre as atividades pesqueiras realizadas nas vilas, a situação da organização dos pescadores desde o surgimento das vilas até o período atual, dinâmica de funcionamento da pesca artesanal, influências da pesca industrial, disponibilidade dos recursos naturais, dentre outras informações;
- Processo de criação da Resex: onde os entrevistados relataram sobre a participação da comunidade local no processo de criação da REM e as transformações, no sentido amplo, da organização e dos processos produtivos depois da criação da REM.

b) Levantamento de dados sobre a atividade da pesca

Foi realizado um levantamento de dados gerais para caracterização da pesca de curral e pesca de rede de nylon e espinhel, através de roteiros (Apêndice 2) para realização de entrevistas com as famílias dos pescadores, contendo perguntas sobre: composição familiar; apetrechos utilizados; tempo de atividade na pescaria; quantidade capturada; organização dos pescadores; uso de regras; dentre outras questões que ajudaram na compreensão das diversas atividades pesqueiras e o regramento existente no dia-a-dia da pesca artesanal na área

estudada. Realizei a entrevista com 14 famílias residentes na Vila dos Pescadores, e 14 famílias residentes na Vila Bonifácio, totalizando 28 famílias nas duas comunidades.

As entrevistas, apresentadas no Apêndice 1, serviram para conhecer de forma geral: a quantidade de famílias que utilizam pesca de curral; os tipos de currais; os materiais utilizados para confecção; os locais de instalação; o tamanho; as espécies capturadas; importância socioeconômica; dentre outras informações gerais que se fizeram importante para a pesquisa, e indicativo para o estudo das práticas na atividade pesqueira. Foram realizadas entrevistas com as 13 famílias responsáveis pelos 20 currais encontrados na área de abrangência da Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio.

c) Estudo das práticas dos pescadores

Para o estudo das práticas dos pescadores, foi realizada observação participante e entrevista com 3 famílias que realizam pesca de curral. Para escolha destas famílias, foi utilizado o critério de quem estaria construindo o curral no período da pesquisa de campo, tendo em vista a verificação das etapas de construção e escolha do local de instalação do curral.

Durante esta etapa, os pescadores foram acompanhados na confecção da armadilha, desde a fase de retirada de material, escolha da área e sua construção, e realização da despesca no curral. Durante toda a atividade foram analisados os potenciais, limitações e fatores que influenciaram os pescadores na utilização da técnica e realização da prática.

Em relação à observação participante das famílias de pescadores, foram utilizados: um caderno de anotações, onde foram registrados os comentários considerados importantes para a pesquisa; bem como um gravador e uma câmera fotográfica para registro de detalhes do relato do pescador e das imagens dos momentos de coleta de informação.

1.4.3. Sistematização, tratamento e análise dos dados

Primeiramente todo o material bibliográfico coletado referente ao regramento institucional sobre o uso dos recursos pesqueiros foram reunidos e estudados para verificação das normas legais para utilização das armadilhas de pesca. Em seguida essas normas foram organizadas em uma planilha do programa Microsoft Excel com a especificação das formas legais para realização das técnicas, a nível federal, estadual, municipal e local (Quadro 2).

Quadro 02 – Relação de documentos com regras de pesca na REM Caeté-Taperaçu.

Instrumento Legal	Regramento
IN IBAMA_nº 43 de 23/07/2004	Proibição de determinados aparelhos e métodos de pesca em águas continentais (redes, tarrafas, espinheis e substâncias tóxicas)
Plano de Uso da REM Caeté-Taperaçu, de 29/11/2005	Proibição e Permissão de determinados apetrechos e métodos de pesca e de uso de recursos naturais madeireiros e não-madeireiros dentro da REM Caeté-Taperaçu.
Plano de Manejo da Resex Caeté-Taperaçu (Volume I e II)	Estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

As informações das entrevistas foram organizadas e digitadas em uma planilha do programa Microsoft Excel para filtragem das informações sobre número de famílias que utilizam as armadilhas de pesca; quantidade de pessoas da família do pescador; variações dessas armadilhas de pesca; materiais utilizados para confecção das armadilhas; qual o conhecimento do pescador sobre a existência da Resex; qual o papel do ICMBio; qual a influência da criação da Resex para os pescadores; quais as etapas de construção das armadilhas; quais as espécies capturadas; qual a quantidade capturada por despesca; qual a frequência de despesca; quais os problemas enfrentados nas práticas dos pescadores; quais as mudanças ocorridas com a atividade desses pescadores após a criação da Resex.

Todos os dados obtidos foram transcritos em ambiente acadêmico, através da realização de relatórios com auxílio da pesquisa de literaturas bibliográficas visando garantir o rigor científico.

CAPÍTULO 2: O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS E A LÓGICA DE USO DOS RECURSOS COMUNS EM ÁREAS MARINHAS

2.1 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ÁREAS PROTEGIDAS

Área protegida é um espaço territorial legalmente delimitado e criado com diferentes propósitos, onde a ação antrópica, em seus diferenciados níveis, é limitada ou proibida (MILANO, 2012). Como exemplo de áreas protegidas, o Brasil possui àquelas regulamentadas pelo Código Florestal Brasileiro, como as Áreas de Preservação Permanente – APP, ao longo de rios e encostas, bem como as Reservas Legais – RL, obrigatórias nas propriedades privadas.

Outro exemplo de áreas protegidas criadas como estratégia para a conservação da natureza são as Unidades de Conservação, as quais, diferentemente das áreas citadas anteriormente, requerem, além dos limites territoriais definidos, ato legal específico de criação, com definição e objetivos de conservação e uso. Cabe ressaltar que as terras indígenas e quilombolas também são consideradas áreas protegidas, as quais, apesar de não se tratar de destinação do território para conservação da natureza *stricto sensu*, garantem o território protegido para a preservação e a reprodução da cultura do grupo ou etnia (MILANO, 2012).

O modelo de Unidade de Conservação é um dos principais elementos de estratégia para conservação da natureza adotado pelo Estado brasileiro (ARRUDA, 1999). Esse modelo provém do conceito de áreas protegidas, com a criação, em 1872, do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, visando proteger a vida selvagem ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial (DIEGUES, 2001).

Com a criação das primeiras Unidades de Conservação no Brasil, a proteção da natureza “[...] entra definitivamente na agenda governamental brasileira, passando a configurar um objetivo complementar da política de desenvolvimento nacional” (MEDEIROS, 2004, p. 84). O Autor ressalta que, apesar de ter sido influenciado pela ideia das “ilhas de conservação” do modelo norte-americano (*wilderness*), o Brasil também apresentou características peculiares que acabaram influenciando no modelo de proteção desenvolvido pelo Estado. O autor apresenta as seguintes características:

- 1) a lógica da conservação e uso, com participação da sociedade civil, paralela à lógica da preservação; 2) a preservação-conservação como instrumento geopolítico; e 3) a necessidade de adequar o sistema de áreas protegidas à dimensão continental, pluri-cultural e megadiversa do Brasil. (MEDEIROS, 2004, p. 86).

Visando não só proteger porções do território que vêm sofrendo transformações em suas paisagens naturais, ou definição de áreas para exploração econômica dos recursos naturais, alguns países têm instituído áreas protegidas através de Unidades de Conservação, com o objetivo de resguardar a cultura e meios de vida de povos que possuem relação direta com o uso dos recursos naturais (ARAÚJO, 2007). No contexto do Estado brasileiro, algumas categorias de Unidades de Conservação aliam os objetivos de proteção dos recursos naturais com a proteção dos modos de vida e cultura de populações que ocupam esse território, como é o caso das Reservas Extrativistas.

Porém, o grande desafio das Unidades de Conservação de uso sustentável tem sido conciliar as necessidades de uso dos recursos naturais por populações ocupantes do local e a preservação do meio ambiente. Araújo (2007, p. 117) destaca que “[...] apenas decretar uma porção do território nacional como Unidade de Conservação não é suficiente para protegê-la”. Nesse aspecto, o autor ressalta a necessidade de gerir ou manejar essas unidades, tendo em vista crescentes ameaças à vida de grupos sociais e à biodiversidade, atribuídas à exploração dos recursos naturais e transformações das paisagens do entorno.

Ainda segundo Araújo (2007), o termo manejo de Unidades de Conservação gera alguma confusão, já que está relacionado ao manejo de fauna, manejo de solos, manejo florestal, etc. Por isso, tendo em vista a gama de atividades que vão além do manejo dos recursos naturais, o autor considera o termo gestão mais apropriado para realização das atividades necessárias para o alcance dos objetivos de conservação de áreas protegidas.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, as Unidades de Conservação são conceituadas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000, p. 1).

Para compreender o contexto de Unidades de Conservação, Araújo (2007) ressalta que é preciso ampliar essa visão, levando em conta que as Unidades de Conservação são “organizações”, permitindo assim, a utilização de variadas tecnologias gerenciais para administrá-las. Segundo o autor, “[...] toda organização existe com a finalidade de fornecer alguma combinação de bens e serviços a seus usuários” (Idem, p. 126).

Os bens e serviços proporcionados pelas Unidades de Conservação variam de acordo com a categoria de manejo a qual pertencem. Podem ser os recursos naturais preservados ou explorados sustentavelmente; a recreação ambiental; o ambiente para pesquisas científicas, dentre outros. Os usuários das Unidades são os beneficiados pelos bens e serviços fornecidos,

como a sociedade em geral; o governo; as comunidades locais; os pesquisadores; os turistas; e as partes interessadas na manutenção dos serviços ecossistêmicos (ARAÚJO, 2007).

Desde a criação do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, no Rio de Janeiro, o primeiro Parque Nacional do Brasil, muito se discutiu sobre o processo de gestão dessas áreas protegidas. Diversos fatores como escolha da área a ser protegida, estudos sociológicos e biológicos da área, estrutura do órgão responsável pela gestão, debate com a sociedade, dentre outros, foram critérios que existentes ou não, influenciaram e continuam influenciando na gestão desses territórios.

2.2 INSTRUMENTOS LEGAIS E A GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

O Brasil, apesar de ser considerado um país com alto grau de biodiversidade, só passou a criar instrumentos legais e de estrutura administrativa no aparelho do Estado voltado para a gestão de áreas protegidas, na década de 30 do século XX, ou seja, bem depois do movimento iniciado no final do século XIX. Neste sentido, pela primeira vez, através da Constituição Federal de 1934, a proteção da natureza figura como um princípio básico para o qual devem concorrer as três esferas de poder estatal (MEDEIROS, 2004).

As Unidades de Conservação no Brasil estiveram, ao longo do tempo, subordinadas a várias instituições no âmbito federal: Serviço Florestal - SF no período de 1938 a 1962; Departamento de Recursos Naturais Renováveis - DRNR de 1962 a 1967; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, de 1967 a 1989; e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, de 1989 até 2007. A partir de abril de 2007, as Unidades de Conservação passaram a ser geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

A REM Caeté-Taperaçu foi criada no âmbito do IBAMA, em 2005, passando a ser gerida pelo ICMBIO a partir da criação deste em 2007.

Na lógica de conservação e uso dos recursos com a participação da sociedade civil, após o Código Florestal, o Brasil deu um grande passo com a Constituição Federal brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), a qual, em seu artigo 225, garantiu à sociedade, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum. Através deste dispositivo, a Constituição possibilitou ao indivíduo e à coletividade, o direito ao meio ambiente, sendo obrigação do Estado, dos indivíduos e da própria coletividade, a sua defesa e preservação.

Nesse sentido, o conceito de conservação ecológica coloca em um mesmo nível de direitos e obrigações, o público e o privado, no que tange a preservação e o uso sustentável, sendo fundamental para eficácia do mandamento constitucional, a criação de espaços protegidos (BENATTI, 1999).

Apesar dos esforços para que a sociedade brasileira tivesse acesso ao meio ambiente como um bem coletivo, o Estado esbarrou nas estruturas criadas para o gerenciamento dos recursos naturais, e vem enfrentando um grande desafio na atual gestão das Unidades de Conservação, através do ICMBio, e suas ações de proteção do meio ambiente e gestão do uso coletivo por diversos setores da sociedade. Os maiores entraves enfrentados hoje são a falta de estrutura mínima do órgão, e a quantidade reduzida de corpo técnico capacitado para a gestão de Unidades de Conservação.

Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2009) destacam que a criação do IBDF, em 1967, se deu como um esforço de modernização e descentralização das instituições da época, marcadas pela ineficiência e rigidez do Estado. Segundo os autores, a criação de uma autarquia, como administração indireta, deveria, em tese, se contrapor à rigidez da administração direta e “[...] permitir maior eficiência na implantação das políticas públicas” (Idem, p. 74).

No entanto, em 1969, relatórios técnicos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e do Programa das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, apontavam as deficiências do IBDF como máquina administrativa, incapaz de desempenhar suas funções administrativas devido ao orçamento limitado, falta de recursos humanos, pessoal sem formação técnica, falta de material, e difícil integração entre os funcionários dos diferentes órgãos (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

Diante de problemas administrativos e deficiências da máquina pública, apontados pelo PNUD e FAO, o Governo Brasileiro criou, em 1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, visando gerir a política de conservação dos recursos naturais renováveis no país. O órgão foi criado a partir da fusão do IBDF, da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE e da Superintendência da Borracha – SUDHEVEA (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009, p. 85).

Em 1992, foi criado, dentro da estrutura organizacional do IBAMA, o Centro Nacional de Populações Tradicionais - CNPT, órgão orientado especialmente para criação e implantação de Unidades de Conservação destinadas a populações extrativistas, através das

Reservas Extrativistas. O surgimento do CNPT foi resultado das crescentes demandas das populações tradicionais (CUNHA, 2010).

Allegretti (2008) ressalta os vários debates entre o Governo Brasileiro, Organizações Não Governamentais e representantes de movimentos sociais que, através de acordos e tratados estabelecidos durante a Conferência ECO 92, tendo seus primeiros recursos financeiros implementados em 1995, oriundos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, resultaram na criação e fortalecimento do CNPT.

Com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, através da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, o Estado brasileiro passou a estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação, baseados na participação efetiva da sociedade civil, juntamente com o Estado, através da co-gestão dessas áreas, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais, bem como as adaptações de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais, visando a permanência das populações tradicionais em seu local de origem (BRASIL, 2000).

O SNUC é composto pelo conjunto das Unidades de Conservação do Brasil. Dentre outros objetivos, visa contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, bem como proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura (BRASIL, 2000). Através do SNUC, as Unidades de Conservação foram divididas em duas categorias: As Unidades de Uso Sustentável, onde é possível realizar a exploração sustentável do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos e; as Unidades de Proteção Integral, responsáveis pela manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (BRASIL, 2000).

Apesar da primeira Unidade de Conservação ter sido implementada no ano de 1937, foi em 2000, com o SNUC, que todas as Unidades de Conservação do Brasil tiveram sua categorização, possibilitando a diferenciação do grau de interferência humana em seus ambientes, e regulando os critérios e fundamentos para criação de novas Unidades e, ainda, fundamentado a forma de gestão dessas áreas através da exigência do Plano de Manejo⁵, regulamentos e contratos no caso de áreas ocupadas por populações tradicionais, como as Reservas Extrativistas.

⁵ Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Em agosto de 2007, através da Lei 11.516, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, autarquia ligada ao Ministério do Meio Ambiente e integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, com o objetivo de gerir as Unidades de Conservação do Brasil no âmbito federal. Com a criação do novo órgão, as Unidades de Conservação deixaram de ser geridas pelo CNPT e NUC⁶, no âmbito do IBAMA, e passaram para a competência do ICMBio.

O ICMBio atualmente é o responsável pela execução das ações do SNUC, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União, além de fomentar e executar programas de proteção, pesquisa, preservação e conservação da biodiversidade, exercendo o poder de polícia ambiental para proteção das Unidades de Conservação (BRASIL, 2007).

Com a criação do ICMBio, as atribuições do IBAMA, no que diz respeito ao gerenciamento das Unidades de Conservação, passaram ao novo órgão. Com isso, além da estrutura organizacional mudar de órgão, os analistas ambientais do IBAMA responsáveis pelas Unidades de Conservação Federais, foram redistribuídos para o ICMBio automaticamente. Vale ressaltar que, apesar da mudança da estrutura organizacional em seus primeiros anos de funcionamento, o ICMBio herdou do IBAMA, na ótica de populações locais, o estigma de órgão punitivo e controlador dos recursos naturais, o que vem sendo mudado ao longo do tempo.

2.3 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Ao mesmo tempo em que a questão ambiental ganha destaque com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, a degradação ambiental, decorrente de investimentos governamentais realizados na década de 1970 começa a despertar atenção, já que o avanço do desmatamento na Amazônia alcança a cifra anual de 17.779 Km² em 1988, chamando a atenção da opinião pública mundial (ARAÚJO, 2007).

Neste contexto do avanço do desmatamento, a luta pela conquista de territórios por populações agroextrativistas começou a ganhar forças na década de 1980, com a criação efetiva das primeiras Reservas Extrativistas no início dos anos 1990. Criadas a partir da luta de seringueiros do Acre na década de 1980, em um cenário onde os conflitos gerados pelo desmatamento da Amazônia envolveram a opinião pública internacional, as Reservas Extrativistas surgiram a partir da crítica à devastação da floresta, visando a revalorização das

⁶ Enquanto o CNPT era responsável pelas Unidades de Uso Sustentável, o Núcleo de Unidades de Conservação – NUC era responsável pelas Unidades de Proteção Integral.

experiências de populações tradicionais, cujas práticas de manejo vêm garantindo a manutenção da floresta amazônica, devido aos baixos impactos causados (ALLEGRETTI, 2008; PAULA, 2006).

O processo de ocupação da Amazônia nas décadas de 1970 e 1980, com a chegada de empresários da agropecuária e mineração, afetou diretamente as populações agroextrativistas residentes em áreas de floresta, resultando na necessidade dessas populações locais reivindicarem seus direitos pela permanência e uso dos recursos naturais através da criação de Reservas Extrativistas.

Em um ambiente em que o modelo de “modernização” da Amazônia, na década de 1980, significava o extermínio dos seringueiros, através do incentivo governamental à ocupação de enormes áreas de floresta por empresas do ramo agropecuário, as Resex passaram a ser o contraponto fundamental, sendo consideradas, pelos seringueiros do Acre, como a “reforma agrária” das populações tradicionais (PAULA, 2006).

A partir do Decreto n.º 98.897⁷, de 30 de janeiro de 1990, o IBAMA passou a ser o responsável pelas Reservas Extrativistas, através da desapropriação e supervisão das áreas extrativistas. Dessa forma, as reivindicações dos movimentos sociais se tornaram realidade, já que as Reservas Extrativistas foram juridicamente definidas como espaço territorial destinado ao uso sustentável e conservação dos recursos naturais, considerando o “interesse ecológico e social”, e definindo os limites geográficos, a população destinatária, e as medidas a serem tomadas pelo poder executivo para sua implantação, bem como a regulação de sua área, através do Contrato de Concessão de Uso (BRASIL, 1990).

Tendo em vista as peculiaridades das Reservas Extrativistas, desde o momento de sua idealização pelos movimentos de resistência das populações locais da Amazônia, cabe abordar um breve relato sobre os caminhos que levaram à definição institucional apropriada ao conceito de Reserva Extrativista e a criação desses modelos de Unidade de Conservação. O modelo surgiu visando atender às demandas de povos que ocupavam as florestas e viviam da extração de recursos naturais. Diante disso, as primeiras Reservas Extrativistas foram criadas no início da década de 90, através da concessão de áreas da União para sociedades tradicionais, mediante decreto presidencial de criação e contrato de concessão de uso, condicionado a elaboração e implementação de Plano de Manejo dos recursos naturais (ALLEGRETTI, 2008).

⁷ Decreto que Institucionaliza as Reservas Extrativistas, como “[...] espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista”

A primeira proposta de criação de um território destinado às populações extrativistas, sugerida pelo CNS, foi encaminhada para formalização legal no âmbito do INCRA, através da Portaria nº 627 de 30 de julho de 1987, a qual institucionaliza a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, destinado aos seringueiros, visando a exploração de áreas “[...] dotadas de riquezas extrativistas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis”. A modalidade “assentamento” foi encaminhada por não existir outra forma de reconhecimento do arcabouço legal disponível para reforma agrária (ALLEGRETI, 2008, p. 48).

Cunha (2010) apresenta alguns fatores negativos que impossibilitava, na prática, o estabelecimento dos PAE (Projetos de Assentamento Agroextrativista). Dentre os fatores, a autora ressalta o fato desses territórios, destinados aos extrativistas, só poderem ser estabelecidos em áreas já regularizadas e onde a posse já pertencesse à União, inviabilizando a criação deste modelo nas áreas onde os conflitos já existiam.

O fato do INCRA viabilizar a criação de PAE apenas em áreas já regularizadas ou pertencentes à União, não possibilitaria a resolução de conflitos entre os empresários do setor pecuário e os seringueiros, pois as áreas de disputa estavam situadas em áreas sem regularização fundiária, forçando os seringueiros procurarem outra estratégia para garantia de seu território.

Outro fator apresentado por Cunha (2010, p. 88) foi a “[...] instabilidade institucional envolvendo a questão agrária”, onde a troca de cargos no INCRA poderia significar a revogação da portaria que instituíu os PAE. Em relação às fragilidades do modelo de PAE proposto, a autora destaca:

[...] os seringueiros desconfiavam da fragilidade do instrumento que criou os PAEs em função da relativa facilidade de se modificar uma portaria interna, sendo necessário lutar por um instrumento legal mais sólido, como um decreto presidencial ou lei. (CUNHA, 2010, p. 88).

Os seringueiros então, além de encontrar dificuldades legais para a efetivação de seu próprio território, esbarravam também nas precárias condições das instituições responsáveis, e não demonstravam confiança nos representantes desses órgãos, que muitas vezes tinham o cargo de direção assegurados em troca de favores aos interesses das classes dominantes da região.

Paralelo a essas negociações para consolidação de um território destinado aos povos extrativistas, a Constituição de 1988 foi responsável pela abertura de um novo caminho na

área ambiental, o qual determinou a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público (ALLEGRETTI, 2008). Segundo a autora:

A Lei 7.804, de 24 de julho de 1989, ao compatibilizar a Política Nacional do Meio Ambiente com os dispositivos constitucionais de 1988, explicitamente incluiu as Reservas Extrativistas como um espaço territorial a ser especialmente protegido pelo poder público. (ALLEGRETTI, 2008, p. 47).

Com isso, as reivindicações dos seringueiros pela criação de territórios começam a se concretizar e a ganhar respaldo jurídico através da proteção do Estado. Porém, outros desafios, como as especificidades no gerenciamento desse território, passam a ganhar destaque através da discussão sobre os meios pelo qual esses territórios seriam regularizados e geridos.

Cunha e Loureiro (2009) destacam que nos anos 1990, ano em que foram decretadas as primeiras Reservas Extrativistas, o INCRA passava por momentos de “reestruturação e desarticulação de sua equipe”, enquanto que o IBAMA, autarquia recentemente criada, surgia em um cenário onde a questão ambiental se tornava propícia para atrair investimentos para o país, principalmente por se tratar de momento que antecedia a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – ECO 92, realizada no Rio de Janeiro.

A partir deste momento, tendo em vista o cenário político desfavorável à criação de PAE no âmbito do INCRA, inviabilizando o modelo de território pleiteado pelos extrativistas, e o cenário favorável às questões ambientais, o Estado brasileiro instituiu o Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990, criando a primeira Reserva Extrativista no Brasil, a Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Estado do Acre, declarada de interesse ecológico e social (ALLEGRETTI, 2008). Segundo a autora:

Enquanto na primeira proposta de política (a Portaria nº 627, de 30 de janeiro de 1997 do Incra) o tema estava no âmbito da reforma agrária, na segunda passou para a responsabilidade da área ambiental. (ALLEGRETTI, 2008, p. 48)

O cenário político-institucional que o Brasil passava no início da década de 1990, com o sucateamento e falta de credibilidade do INCRA, aliado a pressões internacionais de ambientalistas e o surgimento do IBAMA como uma nova autarquia, definiu o rumo da regularização territorial para populações extrativistas, apresentando um viés mais ambiental do que propriamente fundiário, porém estabelecendo um território específico para as populações extrativistas.

Com a criação de Reservas Extrativistas na Amazônia, os conflitos fundiários entre populações extrativistas e empresários ruralistas foi amenizado, pois muitos seringueiros e

demais grupos locais deixaram de ser explorados pelo “patrão”. Porém, considerando o modelo de território controlado pelo Poder Público, essas populações extrativistas passaram a manter uma relação de permissão de uso, não mais com o latifundiário como “patrão”, mas com o Estado, responsável institucional pelas Resex.

A institucionalização das Resex foi uma conquista dos movimentos sociais, mas o momento político que o Brasil atravessava não era tão favorável, já que o Estado brasileiro passava pelo início de um ajuste neoliberal, com desregulamentação de direitos trabalhistas, cortes de gastos públicos, e privatizações (CUNHA, 2010).

O trajeto da conquista do movimento dos seringueiros na criação das primeiras Reservas Extrativistas, com a garantia de regularização fundiária, com a inserção de contrapartidas ambientais e com a regulação do Estado, trouxe aos beneficiários desses territórios novas formas de uso dos recursos naturais, através de regras e contratos até então pouco conhecidos pelas populações locais. Nesse sentido, Cunha (2010, p. 20-21) ressalta:

Ao mesmo tempo em que as Resex se impõem como um modelo advindo da tradição, do reconhecimento do saber consuetudinário, auto governo, formas de organização e de propriedade coletiva, tendo o Estado como garantidor de 21 direitos, o país onde se inserem ingressa efetivamente no neoliberalismo com todos os seus aspectos: preponderância do saber técnico na definição de disputas políticas, reforços da propriedade individual, Estado como mecanismo de coerção na garantia dos direitos desta propriedade e a participação popular fundamentada em uma democracia formal.

Apesar do IBAMA, com sua nova estrutura e conceito moderno de gestão, ter sido criado um ano antes do surgimento das primeiras Reservas Extrativistas, o cenário político-institucional que o Brasil se encontrava, com servidores públicos, de uma forma geral, capacitados em um formato racional tecnicista e com falta de clareza sobre a complexidade e a diversidade de atores que utilizavam os recursos naturais de forma sustentável, dificultou a inserção entre os representantes do Poder Público e as populações extrativistas.

A formação técnica do quadro de servidores do IBAMA, com pouco ou quase nenhum conhecimento em relação aos modos de vida dos extrativistas, aliada a missão institucional do órgão em relação ao gerenciamento e proteção dos recursos naturais pautados, quase sempre na coerção, não facilitou na realização de uma gestão conjunta que se fundamentasse na relação mútua entre o conhecimento técnico e o conhecimento consuetudinário das populações extrativistas.

Se observarmos os modos de vida e costumes de grupos populacionais considerados tradicionais que vivem em áreas rurais na Amazônia, quanto ao uso dos recursos naturais, nos deparamos com uma “colisão de direitos fundamentais” no que diz respeito à garantia e

manutenção de seu patrimônio cultural e ao direito de preservação do bem ambiental, considerado patrimônio natural (BENATTI, 1999). Segundo o autor:

As Unidades de Conservação que possuem populações tradicionais poderiam fundamentar sua criação em pelo menos dois pontos que mereceriam proteção: o natural e o cultural. Mas, como foram criadas até hoje, o natural tem se sobreposto ao cultural; há casos em que, em nome da defesa do aspecto natural, destruiu-se, desarticulou-se o cultural, e isto ocorreu quando as populações tradicionais foram retiradas violenta e ilegalmente de suas áreas. (BENATTI, 1999, p. 118).

Essa colisão de direitos apresentada por Benatti (1999) pode ser exemplificada na criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral⁸, em áreas com ocupação de populações locais antes de sua criação, causando conflitos de interesses e a provável retirada desses grupos do local de origem, como vemos no caso da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, uma Unidade de Proteção Integral criada em 2001, mas que apresenta comunidades quilombolas residentes há mais de 100 anos na área, causando um conflito entre os objetivos da Unidade de Conservação e as formas e meios de vida dessas comunidades, que correm o risco de perderem seu território tradicional.

Por outro lado, mesmo as Unidades de Conservação de Uso Sustentável⁹, que permitem a existência de populações humanas na área, com uso direto dos recursos naturais, em alguns casos, como nas Reservas Extrativistas, os conhecimentos consuetudinários, baseados no saber-fazer tradicional, foram, no decorrer da criação de regras institucionais, em alguns casos, substituídos pelo conhecimento técnico baseado na proteção ambiental, deixando a questão cultural para o segundo plano.

A esse respeito, Cunha (2010) ressalta que após a publicação da Portaria IBAMA nº 118 de 31 de outubro de 1994, a qual aprova as normas administrativas para criação, regularização e consolidação das Reservas Extrativistas, os extrativistas perderam autonomia na definição de suas próprias regras de uso dos recursos naturais. Sobre esta Portaria a autora comenta:

Nesses artigos fica claro, para nós, sinalizado o papel assumido pelo governo brasileiro, detentor da propriedade da terra, em dizer como os extrativistas irão se organizar (em última instância, quem estabelece os critérios é o CNPT) e quais projetos serão desenvolvidos na área com apoio externo. A autonomia dos extrativistas estará subordinada à obediência de regras ditadas pelo órgão, a partir das quais estarão livres para seguir suas próprias regras. (CUNHA, 2010 p. 200).

⁸ Proteção Integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (SNUC, 2000)

⁹ Uso Sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (SNUC, 2000)

Com o conjunto de normativas e contratos estabelecidos através da institucionalização das Reservas Extrativistas, as populações locais beneficiadas por esse território passaram a conviver com regras institucionais, as quais são, muitas vezes, diferentes do sistema tradicional pautado nos costumes e práticas da sociedade local, denominado direito consuetudinário, referido por Curi (2012, p. 231) como “[...] um conjunto de normas sociais tradicionais, criadas espontaneamente pelo povo, não escritas e não codificadas, baseado nos costumes”, por isso também denominado “direito costumeiro”.

2.4 RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS

As Reservas Extrativistas Marinhas - REM, assim como as Resex com ambiente florestal em área de terra-firme, têm como foco a garantia dos meios e qualidade de vida de populações tradicionais. No caso das REM, o ambiente delimitado é o território marinho, sendo este destinado para uso exclusivo de grupos específicos, como pescadores artesanais, caiçaras, dentre outros grupos que utilizam a área marinha.

Através da criação das REM, os conhecimentos costumeiros de pescadores artesanais, as formas de representação simbólica de tradição pesqueira, bem como sua área de uso, como manguezais e estuários, são reconhecidas pelo poder público (CHAMY, 2002).

Na prática, o reconhecimento e a destinação da área marinha à coletividade considerada extrativista, apresenta algumas contradições no que se refere à legalidade dos direitos individuais garantidos no Código Civil Brasileiro. Isso ocorre porque as áreas marinhas como os rios e mares, são considerados, de acordo com o artigo 99 do Código Civil, como bens públicos de uso comum do povo. Portanto, destinar esses espaços públicos para categorias da sociedade, como no caso de extrativistas em reservas marinhas, e criar regras específicas para o uso desses espaços, causa divergência em relação a sua legalidade. Segundo Milano (2011, p. 7):

Cabe-nos agora indagarmos quais as consequências de todas essas especificidades para a vida prática. Pois bem, o fato do mar ser considerado um bem público da União implica em dizer que a mesma é a responsável pela gestão dos recursos marinhos, e o fato de ser um bem de uso comum do povo significa dizer que os mesmos recursos são de livre acesso à população, isto é, uns advogam no sentido de que se é bem da União é ela quem estabelece o que pode ou não ser feito, e outros no sentido de que, se é bem de uso comum do povo não há que se falar em concessão de uso que estabeleça qualquer tipo de política diferencial, logo não é difícil perceber a confusão estabelecida.

Esta contradição entre os direitos individual e coletivo oriundo do Código Civil, repercute na gestão dos recursos naturais localizados em área de Reserva Extrativista

Marinha, pois a partir do momento em que o órgão gestor responsável pela Unidade de Conservação cria regras de uso desses recursos, definindo critérios para caracterização de “usuários” e não-usuários”, corre o risco de deixar de reconhecer práticas individuais realizadas por pescadores, prejudicando o alcance dos objetivos de uma reserva extrativista.

No Brasil, já foram criadas 26 REM Federais em área costeiro-marinha, sendo a Resex Marinha de Pirajubaé, localizada em uma área de manguezais incrustada em uma zona urbana no Estado de Santa Catarina, a primeira a ser criada, através do Decreto de criação nº 533, de 20 de maio de 1992 (SPINOLA, 2011).

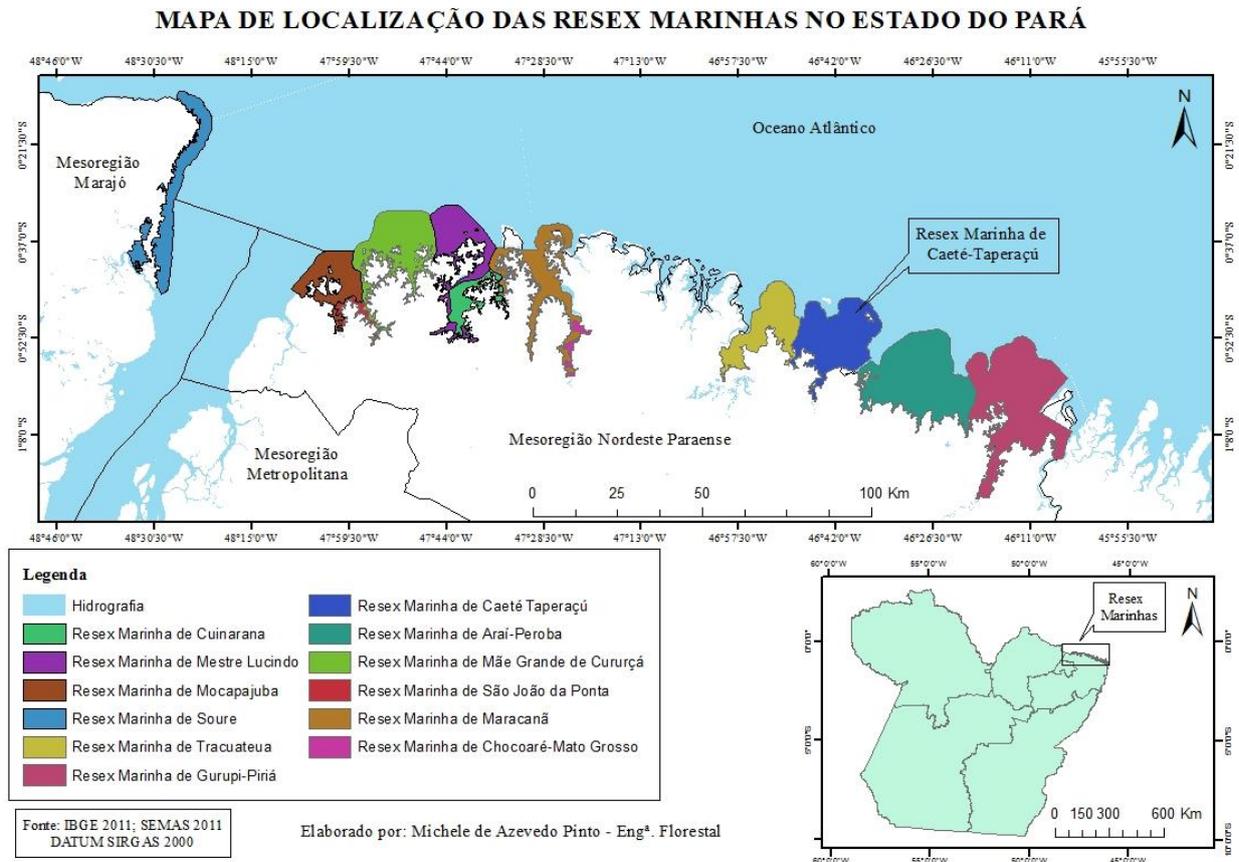
A Amazônia apresenta 16 REM Federais, totalizando mais de 950 mil hectares de área protegida, sendo 11 localizadas no nordeste do estado do Pará, 1 localizada a contra costa da ilha do Marajó, também no estado do Pará (Figura 01), e 4 no noroeste do estado do Maranhão. As mais recentes REM são: a REM Arapiranga Tromaí; REM da Baía do Tubarão e; REM Itapetininga, todas criadas na costa maranhense em 2018. O mapa de localização das Resex Marinhas no Estado do Pará mostra a faixa litorânea ocupada, quase que toda sua totalidade com REM.

De acordo com o Atlas de Manguezais do Brasil, o ecossistema de manguezal representa 8% de toda a linha de costa do planeta. A área de manguezais da costa nordeste do Pará e Noroeste do Maranhão corresponde a 7. 591,09 km², representando mais da metade da área de manguezais do Brasil, e a maior faixa contínua de manguezais do planeta (SOUZA FILHO, 2005).

Levando em consideração que cerca de 50% das áreas de manguezais de todo o mundo já foram perdidas em função da ocupação desordenada da zona costeira (KELLEHER et al., 1995 apud SOUZA FILHO, 2005), a criação de Reservas Extrativistas costeiro-marinhas apresenta grande importância não só para a conservação de ecossistemas, mas também para a manutenção dos modos de vida e cultura das comunidades de pescadores existentes no local.

Cabe ressaltar que o grande desafio na gestão dessas áreas costeiro-marinhas é a mensuração do grau de efetividade da conservação do ecossistema, e o grau de manutenção da cultura e meios de vida das populações tradicionais existentes, sendo necessário o investimento em pesquisas em relação não só aos modos de uso dos recursos pesqueiros do estuário pelos extrativistas, mas também em relação aos impactos da pesca industrial, que mesmo ocorrendo fora dos limites da UC, acaba interferindo nas espécies da fauna marinha que migram para dentro do estuário, bem como a pressão na zona de amortecimento da UC, através da urbanização desordenada, surgimento de projetos de aquicultura e da pecuária.

Figura 01: Mapa de localização das Resex Marinhas no Estado do Pará.



Fonte: Base de Dados ICMBio, 2017. Elaborado por Michele de Azevedo Pinto.

Sobre o segmento da pesca artesanal, Furtado (1987), define a distribuição desses pescadores da seguinte maneira:

As pescarias costeiras são efetuadas pelos pescadores que habitam as franjas da costa paraense, as quais se estendem desde a costa norte do Pará, passando pela contra-costa do Marajó até a costa oriental do Pará, até as proximidades do Maranhão. (FURTADO, 1987, p. 6).

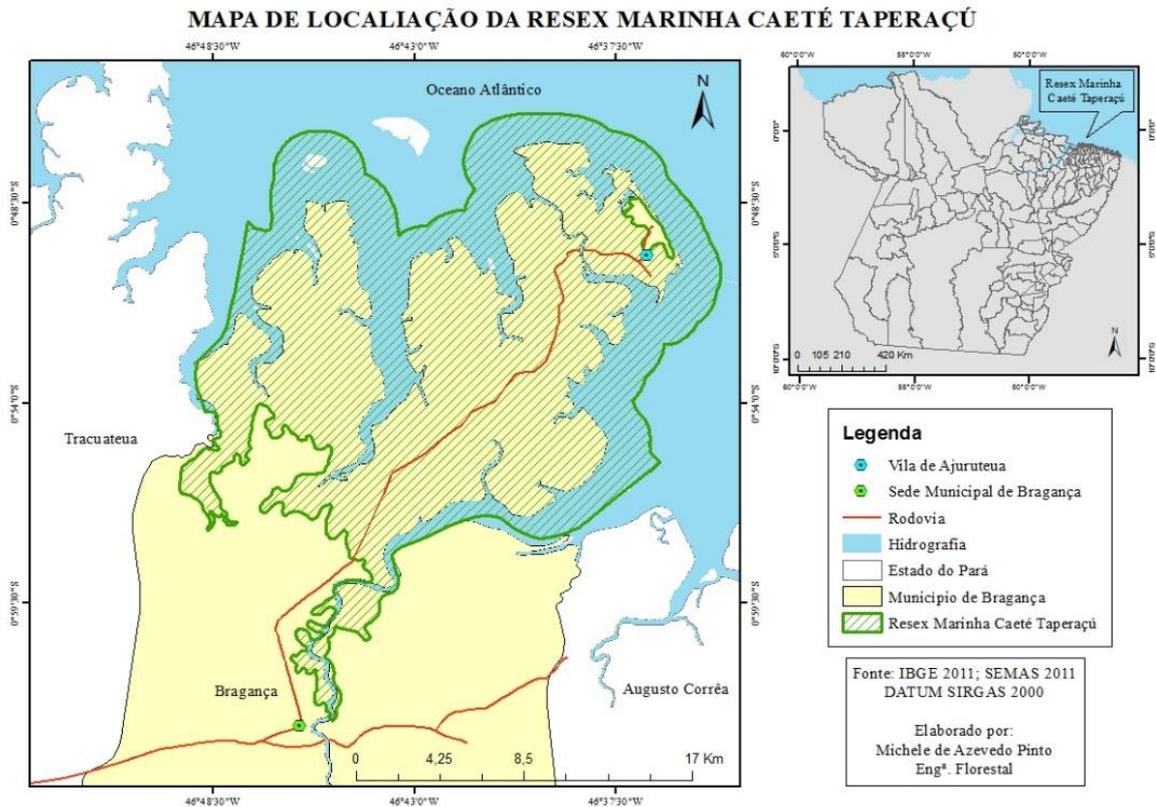
2.5 RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU

A REM Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, litoral nordeste do Estado do Pará, é uma Unidade de Conservação Federal de uso sustentável, criada através do Decreto Presidencial S/N de 20 de maio de 2005. Seu principal objetivo é o de proteger os meios de vida e garantir a utilização dos recursos naturais renováveis, utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência (BRASIL, 2005).

Com uma área de 42.068 hectares, a REM está inserida no maior e mais bem preservado ambiente tropical úmido do planeta, ao longo da costa de manguezais do litoral do

Estado do Pará. A REM abrange exclusivamente áreas costeiro-estuarinas e manguezais, incluindo as formações que ocorrem dentro desse bioma, como apicuns, campos salinos, restingas, dunas, praias e ilhas costeiras (ABDALA, 2012).

Figura 02: Localização da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, no Estado do Pará.



Fonte: Base de Dados ICMBio, 2017. Elaborado por Michele de Azevedo Pinto.

O acesso à área da REM Caeté-Taperaçu pode ser feito por via terrestre, através das Rodovias BR-316 e BR-308, que ligam Belém à Bragança, pela Rodovia PA-458, que liga Bragança à ilha de Ajuruteua, em um percurso de 33 Km de distância, ou por via marinha/fluvia, a partir do Oceano Atlântico, entrando no rio Caeté (ABDALA, 2012). O mapa de localização da REM Caeté-Taperaçu (Figura 02), mostra a rodovia que liga Bragança até a ilha de Ajuruteua, cortando a área de manguezal dentro dos limites da REM Caeté-Taperaçu.

A mobilização para a criação da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu iniciou-se em 1999, a partir da ação de moradores das 37 comunidades localizadas na área circundante da REM, nos estuários da planície bragantina, além de moradores de bairros do núcleo urbano de Bragança e posterior abertura de processo junto ao IBAMA (ABDALA, 2012).

Para criação da REM Caeté-Taperaçu, foi realizado, pelo CNPT/IBAMA, um laudo biológico, feito para identificar a fauna e a flora existente na área, bem como um laudo socioeconômico, para identificar o modo de vida da população local, visando identificar a tradicionalidade dessa população (ABDALA, 2012).

No total existem 50 comunidades e 7 bairros divididos em 8 Polos Comunitários, os quais possuem representação no Conselho Deliberativo da REM. Apenas 3 comunidades encontram-se dentro dos limites da REM Caeté-Taperaçu. São elas: Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio, localizadas no Polo Ajuruteua; e Vila Castelo, localizada no Polo Bacuriteua. Outras 47 comunidades e 7 bairros na zona urbana de Bragança estão localizados fora dos limites da REM, porém apresentam em sua maioria, populações que dependem dos recursos da REM para sua sobrevivência, e por isso possuem representação no Conselho Deliberativo e cadastro junto ao ICMBio, e na Associação dos Usuários da Resex Marinha Caeté-Taperaçu - ASSUREMACATA (ABDALA, 2012). O Quadro 03 apresenta os Polos Comunitários e a quantidade de comunidades e bairros representados.

Quadro 03: Polos Comunitários envolvidos na REM Caeté-Taperaçu.

Polo Comunitário	Quantidade Representada
Polo Cidade	07 bairros
Polo Bacuriteua	06 comunidades
Polo Treme	07 comunidades
Polo Caratateua	08 comunidades
Polo Tamatateua	06 comunidades
Polo Campo	14 comunidades
Polo Ajuruteua	03 comunidades
Polo Acarajó	06 comunidades
Total	50 comunidades + 7 bairros

Fonte: Abdala (2012).

Segundo informações obtidas pelo grupo responsável pelas pesquisas associadas à socioeconomia do Projeto MADAM¹⁰, existem cerca de 10.000 pessoas que dependem do manguezal do estuário do rio Maniteua e Taperaçu, localizado na REM Caeté-Taperaçu.

¹⁰ Projeto Mangrove Dynamics and Management – Apoio bilateral CNPq-Brasil/ZMT-Alemanha para produção de bases científicas para o gerenciamento de recursos do estuário do Caeté no Nordeste Paraense

Dessas 10 mil pessoas, 5 mil vivem da coleta do caranguejo extraídos na dentro da REM (ABDALA, 2012).

Em relação aos instrumentos de gestão, a REM Caeté-Taperaçu possui Plano de Utilização, criado em 2005; Conselho Deliberativo, criado em 2007; Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, criado em 2011; e Plano de Manejo, criado em 2012 (ABDALA, 2012).

2.6 O ICMBIO E A GESTÃO DA REM CAETÉ-TAPERAÇU

O ICMBio é uma autarquia da esfera federal, ligada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, responsável pela gestão, coordenação e acompanhamento da execução de políticas públicas e fiscalização ambiental em Unidades de Conservação, incluindo a área da REM Caeté-Taperaçu. A estrutura organizacional do ICMBio é descentralizada, não havendo Superintendências Regionais, como ocorre no caso do IBAMA.

A Coordenação Regional¹¹ do ICMBio em Belém, denominada CR-04/ICMBio, com sede no Prédio do CENSIPAM¹², tem o objetivo de realizar o suporte administrativo e finalístico na gestão de 48 Unidades de Conservação Federais localizadas no Estado do Amapá, parte do Estado do Maranhão, parte do Estado do Pará e norte do Estado do Tocantins. A CR-04/ICMBio conta com 1 coordenador regional, cujo cargo é comissionado; 1 Procuradora Jurídica; 4 analistas ambientais; 1 técnico administrativo; 1 agente de portaria e; 2 terceirizados.

Em relação à gestão da REM Caeté-Taperaçu, o ICMBio não possui estrutura física própria para o funcionamento de uma sede administrativa no município de Bragança. Assim, o órgão conta com uma parceria junto ao Governo do Estado, o qual disponibiliza um prédio da Secretaria de Trânsito do Estado do Pará – SETRAN com 45 m² de área, onde funciona o escritório do ICMBio em Bragança. A gestão institucional da REM Caeté-Taperaçu está ligada à Unidade Avançada (Unidade de Conservação) e conta com 1 cargo de analista

¹¹ As Coordenações Regionais são instâncias através das quais o ICMBio se organiza no território brasileiro, que têm o objetivo de apoiar a gestão das Unidades de Conservação localizadas em suas áreas de jurisdição (MENDONÇA; TALBOT, 2014).

¹² O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, como parceiro institucional, disponibilizou estrutura física para o funcionamento da Coordenação Regional do ICMBio na Amazônia.

ambiental, o qual também ocupa a função de Chefe¹³ de Unidade Avançada, e 1 técnico administrativo, totalizando 2 servidores para uma área de mais de 42 mil hectares.

O escritório também é usado como sede administrativa de outras 3 Unidades de Conservação Federais, sendo elas a REM de Tracuateua, localizada no município de Tracuateua; REM Araí-Peroba, localizada no município de Augusto Corrêa e REM Gurupi-Piriá, localizada no município de Viseu, localizados na Microrregião Bragantina, no Pará.

Apesar do território das 4 REM abrangerem áreas costeiro-marinhas, o ICMBio não dispõe de nenhuma embarcação, sendo necessário terceirizar os serviços náuticos. Além disso, o escritório local conta apenas com 1 analista ambiental por Unidade de Conservação e apenas 2 viaturas, tipo pick-up, para atender as demandas das 4 REM.

Tendo em vista a complexidade ambiental e geopolítica da região onde estão localizadas essas 4 REM, bem como a deficiência institucional na estrutura de gestão, o ICMBio denominou a gestão institucional dessas 4 REM como Núcleo de Gestão Integrada – NGI, visando o apoio mútuo entre os servidores, estreitamento dos vínculos com a comunidade extrativista, e a facilitação, otimização e eficiência dos processos de gestão do território, de forma integrada e em sinergia com o SNUC.

Apesar de Araújo (2007) ressaltar o fraco desempenho das antigas instituições responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação no Brasil, oriundas do sucateamento das instituições públicas e a falta de capacitação do corpo técnico, Mendonça e Talbot (2014) argumentam que o ICMBio vem buscando, nos últimos anos, modernizar a estrutura de gestão através do planejamento estratégico voltado para resultados, tendo como premissa a preocupação com a participação e o envolvimento dos servidores do órgão no processo de gestão compartilhada com a sociedade envolvida no território.

Segundo os autores, o ICMBio vem realizando anualmente, desde 2010, a capacitação de seu quadro de pessoal, através de oficinas, seminários e reuniões, que despertem no servidor a qualidade e a quantidade das competências existentes no capital humano, e a compreensão da complexidade e a dispersão geográfica da sua atuação. Além disso, o ICMBio conta com iniciativas de fortalecimento do Conselho Gestor, Coordenações Regionais e Sede, através de *Redes Colaborativas de apoio à Unidades de Conservação*¹⁴,

¹³ Cada Unidade Avançada, na estrutura organizacional do ICMBio, possui uma Chefia. Com isso, o termo *chefe* refere-se à estrutura organizacional do órgão e não propriamente à chefia do território onde encontra-se a Unidade de Conservação. Com frequência, a população local, em geral, denomina o *Chefe* como *Gestor*.

¹⁴ Essas redes são fruto de trabalhos e discussões ocorridas no âmbito do Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa realizado pelo ICMBio aos servidores e parceiros institucionais (MENDONÇA; TALBOT, 2014).

podendo “[...] representar a desconcentração do processo de tomada de decisão interna do Instituto” (MENDONÇA; TALBOT, 2014, p. 218).

Nos últimos 5 anos, a gestão da REM Caeté-Taperaçu, mesmo com apenas 1 analista e com a precariedade de equipamentos e ausência de embarcação, conseguiu, através da capacitação dos servidores em Gestão Participativa e da parceria institucional local com IFPA, UFPA, Prefeitura, ASSUREMACATA e Polos Comunitários, consolidar o Plano de Utilização e o Plano de Manejo, de forma integrada e participativa.

2.6.1 Plano de utilização

O Plano de Utilização da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu é um documento onde constam as regras básicas para orientar e organizar as atividades socioprodutivas realizadas dentro da área da REM. Criado em novembro de 2005, o Plano tem como objetivo garantir a preservação do ecossistema e o uso sustentável dos recursos naturais da REM pelos extrativistas que dela tiram seu sustento, e busca eliminar as práticas predatórias dentro de seu espaço (IBAMA, 2005).

Tendo em vista que as regras estabelecidas no Plano de Utilização foram construídas a partir da opinião dos próprios beneficiários, todos aqueles que, de alguma forma, utilizam o espaço e os recursos da REM, são responsáveis pela execução do Plano, tendo a ASSUREMACATA como a responsável pela aplicação das regras, e as demais organizações das comunidades locais e órgãos públicos das três esferas de poder, como co-responsáveis.

A responsabilidade de resolver questões e conflitos decorrentes da execução do Plano de Utilização fica a cargo do Conselho Deliberativo e do ICMBio, sendo que o descumprimento das normas será considerado uma “quebra de compromisso” com os objetivos da REM, podendo acarretar, ao responsável pelo descumprimento, a perda temporária ou definitiva do direito de uso dos recursos.

No Plano de Utilização estão descritos os ambientes da REM onde estão previstas intervenções, como os rios, os igarapés, furos, baías, áreas de manguezais, croas, igapós, apicuns e campos naturais. Em relação aos ambientes marinhos, o Plano permite a pesca artesanal pelos usuários regularmente cadastrados na Reserva, bem como a navegação de pequenas e médias embarcações. Em relação às práticas realizadas por outras modalidades de pesca, como a pesca esportiva, piscicultura, aquicultura, estas deverão ser autorizadas com base em estudos de impacto ambiental, quando for o caso (IBAMA, 2005).

Sobre as áreas de manguezais, o Plano de Utilização proíbe o desmatamento nas margens e cabeceira dos rios e igarapés, devendo ser respeitada a legislação vigente. No entanto, o Plano permite o aproveitamento de madeira de mangue para construção de ranchos de pesca, currais ou embarcações. No caso de extração vegetal, o órgão ambiental deverá fornecer, previamente, a autorização para extração somente nos casos de consumo próprio (IBAMA, 2005).

No caso do aproveitamento de madeira de mangue, podemos considerar o Plano de Utilização como um documento favorável aos usuários extrativistas, tendo em vista que o documento permite a extração vegetal nos casos de construção de ranchos pesqueiros e artefatos da pesca, como o curral. Neste caso, o aspecto cultural é garantido, mesmo se contrapondo ao aspecto natural, já que o corte de madeira em área de preservação permanente – APP é proibido pela Lei de Crimes Ambientais, cuja prática é punida com multa pelo Decreto 6.514/2008.

Em relação às atividades pesqueiras, o Plano de Utilização define a pesca artesanal como a modalidade de pesca permitida em toda a área da REM, desde que o pescador seja cadastrado e obedeça às regras estabelecidas no Plano de Utilização e legislação vigente. Dentre os apetrechos permitidos na REM, destacamos:

- a) Pesca de espinhel nas bacias dos rios e canais, com no máximo de 1000 anzóis para cada pescador, numeração de 06 a 10;
- b) Cacuri com 40 mm de espaçamento entre talas, desde que seja feita na beirada;
- c) Rede para arrasto de camarão, com tamanho máximo de 200 metros de comprimento de malha de 25 mm entre ângulos opostos de malha esticada, sendo operada através de duplas;
- d) Na captura de caíca para comercialização, será permitido 1000 metros de rede de malha 25x25 mm nos lombos de fora ainda nos limites da RESEX, aproveitando a fauna acompanhante;
- e) Rede de pesca nos rios e furos até com 300 metros e malha 25x25 mm, para cada pescador;
- f) Currais com espaçamento de 35x35 mm no chiqueiro e 6 braças de espia de cada lado com 30 cm de espaçamento entre as varas, com sinalização nas extremidades, sendo permitido 02 currais por família de forma coletiva, e estando cadastrados na ASSUREMACATA, os donos de currais deverão informar a procedência dos moirões ou varas; caso seja retirado da reserva, deverá ser acompanhado de manejo e autorização da associação. (IBAMA, 2005).

Dentre as atividades de pesca proibidas na Resex, o Plano de Utilização pontua:

- a) Curral nos canais, entrada e saída dos furos ou rios;
- b) Quando desmoronar o curral, não deixar a muruada ou tocos de madeira no local;
- c) É terminantemente proibida a instalação de qualquer tipo de fuzarca na área da Reserva;
- d) Qualquer tipo de rede cercando os emburateuas ou batimento de pau nos mesmos;

- e) Arrastão ou apoitamento (método de prender a extremidade da rede no fundo com pedra ou âncora) de qualquer tipo de rede nas áreas da Reserva;
- f) Nas praias ou lombos para pesca de camarão, fica proibido escorar ou fixar as redes;
- g) Deixar as muruadas/varas nos rios, furos ou igarapés;
- h) Não será permitida na pesca dos furos dos rios rede de malha batida (malhas inferiores a permitida);
- i) Fica proibido o uso de timbó, cunambi e outros tipos de venenos naturais ou químicos na área da Reserva. (IBAMA, 2005).

Além da definição das atividades de pesca permitidas e proibidas, o Plano de Uso também define áreas destinadas à proteção, considerando as áreas importantes na renovação e reprodução dos estoques marinhos e de aves. Nessas áreas não é permitida a extração de qualquer recurso biológico, bem como a visitação nesses ambientes (IBAMA, 2005).

As áreas protegidas na REM Caeté-Taperaçu são: Ilha do Pombal; Ilha do Criminoso; Ilha da Caba; Ilha da Palha; Ilha do Jabuti; Ilha do Jatitará; Ilha da Garça; Ilha do Cajueiro e; Ilha da Salina. Nas áreas definidas como protegidas, fica permitido apenas o desenvolvimento de pesquisas previamente autorizadas pelo órgão gestor e pelo Conselho Deliberativo (IBAMA, 2005).

Apesar das Reservas Extrativistas serem um espaço de uso sustentável, o Plano de Utilização permite a escolha, pelos próprios usuários da Resex, de áreas de exclusão, visando a conservação e perpetuação de espécies consideradas, localmente, ameaçadas.

O Plano de Utilização prevê que todos os usuários cadastrados terão a reponsabilidade de fiscalizar a área da Reserva, podendo denunciar à ASSUREMACATA, ao ICMBio ou a outro órgão governamental, qualquer atividade contrária ao Plano e à legislação vigente. Nesse sentido, os órgãos deverão realizar a ação fiscalizatória oficial, a ASSUREMACATA deverá auxiliar a ação e o Conselho Deliberativo deverá encaminhar as denúncias referente ao descumprimento do Plano e também auxiliar durante a ação fiscalizatória.

Na prática, existem diferentes experiências de fiscalização realizadas pela própria comunidade local. Em algumas comunidades, com maior nível de organização e respeito pelos usuários dos recursos naturais, como na Resex Marinha de São João da Ponta, as experiências de monitoramento e fiscalização do cumprimento das regras contidas no Plano de Utilização foram realizadas com êxito, inclusive com cursos e capacitação entre moradores locais e o IBAMA, através do Programa dos Agentes Ambientais Voluntários. Porém, existem relatos em outras Unidades de Conservação, como na Resex de Maracanã, em que as ações comunitárias de monitoramento e fiscalização resultaram em conflitos, incluindo ameaças de morte aos agentes ambientais voluntários.

Com a ocorrência desses conflitos e ameaças, o Programa de Agentes Ambientais Voluntários foi extinto e as fiscalizações ambientais responsáveis pelo monitoramento das Unidades de Conservação e cumprimento do Plano de Utilização passaram a ser realizadas apenas por agentes do ICMBio, IBAMA, e órgãos estaduais. Entretanto, caso haja descumprimento das regras estabelecidas no Plano de Utilização, além das penalidades administrativas previstas em lei, o usuário também será penalizado através de ações locais aplicadas pela ASSUREMACATA, como advertência, suspensão temporária, e até suspensão definitiva do Direito de Uso, tendo seu direito de defesa garantido perante o Conselho Deliberativo.

2.6.2 Plano de manejo

O Plano de Manejo é um documento técnico que está caracterizado no SNUC e representa o principal instrumento de gestão em Unidades de Conservação. Nele são definidas a estrutura física e as formas de administração, zoneamento e normas de uso da área, bem como o indicativo de programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, devendo ser construído junto com a população tradicional da Unidade de Conservação (ICMBIO, 2007).

A Instrução Normativa ICMBio nº 01 de 18 de setembro de 2007, determina que a elaboração do Plano de Manejo deve ser realizada de forma participativa, considerando as seguintes diretrizes:

- I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade;
- II - a transparência dos processos de gestão das Unidades e a adequação a cada realidade local;
- III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social;
- IV – o reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;
- V – a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade;
- VI – a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais;
- VII – a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características socioculturais. (ICMBIO, 2007).

O Plano de Manejo da REM Caeté-Taperaçu foi publicado em 2012, sendo apresentado em 2 volumes. O primeiro volume exhibe um diagnóstico da área que compreende a REM com a contextualização da região bragantina; a criação e o histórico legal da REM, apresentando a caracterização da população beneficiária, forma de uso e ocupação do território; aspectos ambientais, diversidade de paisagens e ecossistema; bem como o estado de

conservação, ameaças, conflitos e impactos socioambientais. Este documento apresenta algumas lacunas de conhecimento por parte de comunitários, técnicos do órgão gestor, pesquisadores e demais instituições. Dentre aquelas relacionadas ao tema desta dissertação, merecem destaque:

- I - Registro e resgate do conhecimento tradicional dos beneficiários da Resex sobre as atividades pesqueiras, história das comunidades, registro de animais no passado e demais tradições da população beneficiária da RESEX;
- II - Estudo do impacto das técnicas consideradas predatórias sobre os estoques pesqueiros do estuário (arrasto, puçá, rede apoiada e fuzarca), assim como sistema de monitoramento do impacto causado pelos petrechos atualmente permitidos no Plano de Utilização da RESEX;
- III - Estudo do impacto das técnicas consideradas predatórias realizadas nas cabeceiras sobre os estoques pesqueiros do estuário (cunambi e timbó);
- IV - Estudo etnográfico e antropológico sobre as comunidades e a população beneficiária da RESEX.

Apesar de não conter informações mais aprofundadas sobre as características e comportamento dessas populações, havendo necessidade de maiores estudos antropológicos sobre a população beneficiária, o documento permite ao gestor da REM conhecer um pouco sobre as atividades produtivas na região e sobre as técnicas utilizadas e seus efeitos ao meio ambiente, permitindo um diagnóstico para tomadas de decisão na gestão do território.

Devido à alta rotatividade de analistas ambientais do ICMBio que realizam o trabalho de gestão de Unidades de Conservação, com uma média de permanência de 4 anos antes de uma remoção para outra Unidade de Conservação, o Plano de Manejo é um documento importante para o conhecimento da área a ser gerida, possibilitando a qualquer gestor que inicie algum trabalho, o conhecimento da área e das formas de uso dos recursos naturais.

O segundo volume do Plano de Manejo apresenta o foco estratégico como diretriz institucional e as metodologias de planejamento de gestão. Nesta fase do Plano de Manejo são apresentados os instrumentos de gestão, sendo eles: o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU; Conselho Deliberativo; Plano de Utilização; Acordo de Gestão; e demais instâncias de gestão. Neste volume do Plano de Manejo são apresentados os zoneamentos¹⁵ definidos na área da REM, sendo elas: (a) Zona Populacional; (b) Zona de Recuperação; (c) Zona de Extrativismo Intensivo; (d) Zona de Reserva Comunitária; (e) Zona Prioritária para Conservação; (f) Zona Prioritária para o Turismo Sustentável e; (g) Zona de Amortecimento.

Também são apresentados os Programas de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômico, sendo eles: Programa de Sustentabilidade dos Recursos Naturais e Cadeias

¹⁵ A Lei 9.985/2000 (SNUC), em seu art. 2º, define zoneamento como “[...] definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

Produtivas; Programa de Proteção Ambiental; Programa de Conhecimento; Programa de Gestão Participativa e Organização Social; e Programa de Operacionalização da REM.

O segundo volume do Plano de Manejo é um documento que permite aos gestores da Unidade de Conservação, tanto da sociedade civil quanto de órgãos governamentais, balizarem suas estratégias de gestão através do zoneamento e programas de ação, visando a garantia dos objetivos definidos no decreto de criação da REM.

CAPÍTULO 3: PESCADORES ARTESANAIS: ESTRATÉGIAS PARA O USO DOS RECURSOS NATURAIS EM ÁREA DE USO COMUM

3.1 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E TERRITÓRIO

No contexto deste estudo, consideramos como populações tradicionais, ou simplesmente extrativistas, aqueles pescadores artesanais que ocupam ou utilizam os recursos naturais da REM Caeté-Taperaçu, embora o conceito de populações tradicionais traga uma diversidade de características e entendimentos.

As terras ocupadas por diferentes povos e grupos sociais, que apresentam formas diversificadas de existência coletiva e relações simbióticas com os recursos da natureza, são frequentemente identificadas como “terras tradicionalmente ocupadas”. Como forma de divisão, maneira de organização e encaminhamento de demandas desses diferentes grupos sociais, destacam-se os “[...] fatores étnicos, critérios ecológicos, critérios de gênero e auto definição coletiva desses grupos” (ALMEIDA, 2004, p. 9).

Diegues (2000) define culturas tradicionais como aquelas associadas a modos de produção pré-capitalista, havendo dependência do mercado, mas não totalmente. A peculiaridade dessas culturas, segundo o autor, está na forma de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social.

Em relação ao modo de vida das populações tradicionais, Diegues (2001) relaciona as atividades de produção, troca e comercialização como estratégias adaptativas que o homem criou para o uso dos recursos naturais e para solução das limitações ecológicas que pesam sobre a reprodução desses recursos e dos próprios grupos humanos.

Porém, afirmar simplesmente que o fato de determinados recursos naturais serem manejados por populações tradicionais garante a sua conservação e perenidade, é prematuro, pois é necessário avaliar as particularidades de cada situação de uso e apropriação do espaço para obter respostas sobre a efetividade do equilíbrio do ecossistema, principalmente devido ao crescimento da procura pelos recursos naturais.

O Brasil apresenta grande diversidade de modos de vida e culturas diferenciadas consideradas tradicionais. As populações tradicionais desenvolveram modos de vida peculiares devido ao seu isolamento, envolvendo, portanto, grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e linguagem específica (DIEGUES, 2001).

Essa imensa diversidade sociocultural do Brasil possui um inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formando vários núcleos como os quilombolas, caiçaras, caboclos, pescadores artesanais, pantaneiros, dentre outros. Esses grupos são identificados sob a categoria de “populações, comunidades, povos ou sociedades”, acompanhados dos adjetivos “tradicionais, autóctones, rurais e locais”. Porém, a abrangência e a diversidade dos grupos deixam o termo “tradicional” pouco representativo, servindo principalmente para indicar grupos que buscam a soberania em territórios com espaços cada vez mais disputados (LITTLE, 2004, p. 252).

Apesar das diferenças dos modos de vida entre um grupo de seringueiros localizado no Acre e um grupo de pescadores no litoral do Rio de Janeiro, ambos lutam pela sua permanência no território de origem, em uma disputa acirrada pelo controle dos recursos naturais contra empresários do setor pecuário, indústrias petroquímicas, estaleiros e grandes portos, o que os caracterizam como populações tradicionais.

Arruda (1999) afirma que as populações tradicionais têm uma grande contribuição na manutenção e equilíbrio do ecossistema, tendo em vista que a conservação da fauna e da flora é a garantia de sua perenidade. Dessa forma, o autor afirma que “[...] a maior parte das áreas ainda preservadas do território brasileiro são habitadas com maior ou menor densidade por populações indígenas ou por comunidades rurais tradicionais” (ARRUDA, 1999, p. 90).

Mesmo com a grande diversidade de populações tradicionais, o Estado brasileiro só reconheceu os direitos étnicos com a Constituição de 1988, a qual possibilitou uma nova relação jurídica entre o Estado e os povos tradicionais com base no reconhecimento da diversidade cultural, bem como na criação de nova modalidade de apropriação formal de terras para povos como os quilombolas (ALMEIDA, 2004).

Com a criação das Reservas Extrativistas, os povos existentes nesses territórios como seringueiros, coletores de castanha-do-pará, pescadores artesanais, também foram reconhecidos e se auto declararam como populações tradicionais, visando a conquista desses territórios e acesso às políticas públicas governamentais destinadas a essa categoria de população. Porém, esse processo de conquista jurídica não resultou na concretização das reivindicações em relação às políticas públicas destinadas às minorias étnicas, pois ainda há dificuldades do Estado na execução da lei, já que sua estrutura ainda é pautada em aparatos burocráticos e autoritários, mesmo com a instituição de novos órgãos públicos (ALMEIDA, 2004).

O conceito de território incorporado pelas ações governamentais, principalmente na primeira década do século XXI, vem ganhando novas significações, marcadas por “novos critérios de classificação” que privilegiam biomas e ecossistemas como delimitadores de regiões, refletindo fatores ambientais e econômicos na definição de normas jurídicas que assegurem os direitos de território para diferentes povos (ALMEIDA, 2012).

No âmbito da criação de territórios destinados a populações tradicionais, as Reservas Extrativistas Marinhas com definição de seus limites físicos em área de espelho d’água de rios e oceanos, e áreas de manguezal, deixando fora dos limites as áreas de terra-firme, onde estão situadas as moradias dos pescadores artesanais, pode ser considerado como um critério que privilegia apenas o bioma e o ecossistema, permitindo o fortalecimento da proteção desses ambientes, porém, fragilizando a permanência dos habitantes locais, uma vez que as comunidades onde os pescadores residem estão localizadas fora dos limites da Reserva Extrativista, como é o caso da REM Caeté-Taperaçu, onde apenas três das cinquenta comunidades estão localizadas dentro da Unidade de Conservação.

A estratégia do Estado em proteger os recursos naturais através da criação de Reservas Extrativistas em biomas e ecossistemas sem, no entanto, inserir nesses territórios o local de moradia dessas populações tradicionais, não garante a permanência dessas populações locais, uma vez que essas áreas de moradia estão localizadas fora do território protegido, sofrendo ameaças da especulação imobiliária, implantação de projetos agropecuários, crescimento urbano desordenado e instalação de indústrias, como podemos observar na Reserva Extrativista Marinha Pirajubaé, cercada pelo crescimento urbano de Florianópolis-SC, e a Reserva Extrativistas Marinha de Arraial do Cabo, onde os habitantes locais perdem cada vez mais espaço para a indústria do turismo através da especulação imobiliária.

A questão fundiária no Brasil não se restringe à redistribuição de terras, tendo seu principal problema nos processos de ocupação e afirmação territorial por grupos diversificados, cujo Estado remete às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial, incapaz de atender a demanda das populações minoritárias (LITTLE, 2004).

Diante do complexo problema fundiário, as semelhanças encontradas nesses grupos populacionais ficam aparentes ao focar o seguinte interesse: “[...] a luta pela distribuição mais equitativa de terras para setores despossuídos da sociedade”, especialmente no que se refere a “[...] demarcação e homologação de terras indígenas, reconhecimento e titulação dos remanescentes de quilombos e ao estabelecimento de reservas extrativistas” (LITTLE, 2004, p. 252).

Os pescadores artesanais que vivem e utilizam os recursos naturais, mantendo seus costumes e ancestralidade, bem como uma dependência e proximidade com a natureza, residentes dentro ou fora dos limites de Reservas Extrativistas são considerados populações tradicionais, tendo em vista não só a contínua luta pelos direitos de permanência no território, mas também devido à luta pela garantia de seus meios de vida e práticas cotidianas.

3.2 A PESCA ARTESANAL COMO PRÁTICA COTIDIANA

A pesca artesanal faz parte de um contexto sociocultural, econômico e político sujeito a dinâmicas sociais complexas, onde o “simples” ato de pescar “[...] deixa de ter um caráter puramente ocupacional e locacional, para significar um modo de viver no contexto da sociedade envolvente” (FURTADO, 2006, p. 162).

Tradicionalmente os pescadores artesanais utilizam as mais diversas matérias-primas, desde o breu para calafetagem das embarcações até cipós, talas e palmeiras para a construção dos currais e diversos tipos e metragens de redes de emalhar. A técnica utilizada por esses pescadores durante o processo de instalação destas armadilhas possui grande relevância no sentido de se conhecer a natureza dos recursos necessários para esta atividade, e o conhecimento dos processos naturais para captura do pescado (NERY, 1995).

A pesca vem sofrendo várias mudanças no saber-fazer do pescador ao longo do tempo, conforme as necessidades humanas. Com a criação de Reservas Extrativistas Marinhas em territórios ocupados por pescadores artesanais, os modos de viver desses pescadores acabam por receber algum tipo de influência, tendo em vista as necessidades de uso dos recursos, ocorrendo, em certos casos, disputas por espaço e recursos entre os próprios pescadores artesanais, como na Resex Marinha de Soure/PA, com pescadores industriais, população urbana limítrofe, e empresas que exploram os recursos através de turismo, como na Resex Marinha do Arraial do Cabo/RJ ou outras atividades econômicas, como exploração de petróleo no pré-sal, no caso da APA de Guapimirim, ou carcinicultura, nas proximidades da Resex de Cassurubá/BA.

Os territórios utilizados por pescadores artesanais no litoral paraense vêm enfrentando ao longo do tempo problemas relacionados a escassez de recursos pesqueiros, fato este ocasionado não só a nível local, mas a nível global, tendo em vista a escassez de pescado em todos os oceanos do planeta. Porém, diferente do litoral das outras regiões como no nordeste, sudeste, e sul, o litoral norte pouco apresenta disputas territoriais entre os pescadores

artesanais e grandes projetos, como os de carcinicultura, grandes portos, estaleiros e indústria petroquímica.

No caso da pesca, historicamente, o crescimento pela procura dos recursos pesqueiros foi um fator determinante para a ocorrência de mudanças no saber-fazer dos pescadores. Até a idade moderna, as populações desenvolveram atividades com baixo nível de captura do pescado, tendo em vista a imensidão dos espaços pesqueiros disponíveis e do tamanho reduzido das populações. No entanto, com a Revolução Industrial no século XIX, ocorreram grandes transformações tecnológicas, influenciando na navegação e na captura do pescado, constituindo-se um importante marco histórico nas relações “homem-recursos pesqueiros”, onde “[...] a natureza, de provedora de subsistência, passa a ser produtora de bens de consumo de origem marinha” (MARRUL FILHO, 2003, p. 23).

Com a crescente procura mundial por recursos pesqueiros nos oceanos, Marrul Filho (2003, p. 22) aponta mudanças ocorridas nas práticas de pescadores, onde o “saber-fazer” baseado no conhecimento tradicional deixa de atender apenas as perspectivas de subsistência de pescadores, ou até de inserção nos mercados locais, sendo substituídos pelo “[...] saber-usar instrumentos tecnológicos, pelo saber-ler gráficos, pelo saber-interpretar informações, saberes requeridos pela necessidade de produção em larga escala”.

É importante ressaltar que a Revolução Industrial gerou condições para o modo de produção capitalista na atividade pesqueira, desenvolvendo uma racionalidade utilitarista e produtivista na apropriação dos recursos. Tal processo é dividido, por Marrul Filho (2003, p. 23), em dois períodos. No primeiro, “[...] prevalece a lógica de dominação e exploração da natureza, seus bens e serviços, considerada externa ao capital”, momento em que predomina a visão de “inesgotabilidade dos recursos pesqueiros”. Já no segundo período, mais atual, prevalece a ideia de que “[...] os recursos ambientais, entre eles os pesqueiros, não eram inesgotáveis”.

A partir de então, Marrul Filho (2003, p. 23) aponta para o que ele chama de “ressignificação da natureza”, onde a natureza passa a ser enxergada como “[...] interna ao próprio capital, sendo seus bens agora vistos como estoques”. Este ressignificado é sinalizado pelo autor como base ideológica para uma nova etapa de crescimento e acumulação, sob o argumento da gestão e conservação da natureza.

Analisando as transformações da pesca realizada na Islândia, Palsón (1990) apud Diegues (1995, p. 197) destaca três períodos importantes onde a relação homem-natureza é distinta: primeiro durante o período medieval, onde a pesca era apenas para auto-subsistência

e o pescador deveria saber sobre “sinais” da existência do pescado, considerando um “dom da natureza”, sendo a pesca considerada “uma troca com a natureza dadivosa”. No segundo período, Palsón destaca o momento da economia mercantil, em que o peixe se transforma em mercadoria, havendo competição entre pescadores. Nesse período, não importa a percepção do pescador sobre os “sinais da natureza”, importa agora quem realiza a maior quantidade de captura. O peixe “é um bem de valor de mercado” e o aumento pela captura, segundo o autor, “[...] leva a sobrepesca, com a introdução de tecnologia moderna pela indústria pesqueira” (PALSÓN, 1990 apud DIEGUES, 1995, p. 198). Já o terceiro período, mais atual, é caracterizado por Palsón pela diminuição dos estoques pesqueiros e necessidade de administração dos recursos através de sistemas de cotas. Segundo o autor, “[...] a quantidade a ser capturada por barco já não é mais definida pelo mestre, mas pela administração pública, onde imperam os biólogos marinhos”, os quais passam a ser os detentores do conhecimento moderno, em detrimento dos mestres de pesca (PALSÓN, 1990 apud DIEGUES, 1995, p. 198).

Os pescadores artesanais que residem na Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio, na região bragantina, estão situados no período da economia mercantil, onde predomina a disputa pelos recursos pesqueiros que se encontram cada vez mais escassos, uso de tecnologia diversificada durante a captura do pescado, e intervenção do Estado no ordenamento dos recursos pesqueiros através de leis e regramentos.

Na Amazônia, as sociedades pesqueiras possuem características socioculturais e ambientais construídas, ao longo da história, pelos formadores da sociedade regional, tendo, portanto, a influência dos nativos, dos europeus e dos africanos. Ao longo do tempo, essas populações pesqueiras vêm criando e transformando os modos de produção realizados para a pesca, coleta e extrativismo marinho como meio de vida (FURTADO, 2006). Segundo a autora, as transformações no cotidiano das populações pesqueiras na Amazônia estão relacionadas às origens pluriétnicas que estão na base da sociedade e cultura que se formaram na Amazônia. Com isso, para entender as técnicas desenvolvidas atualmente pelos pescadores artesanais, devemos compreender as influências históricas ocorridas no passado, e as influências atuais ocorridas com a procura crescente pelos recursos naturais. Sobre essas influências, Furtado (2006, p. 162) destaca que:

O encontro de sociedades tribais e não-tribais na história de longa duração da Amazônia gerou uma sociedade miscigenada étnica e culturalmente; e proporcionou a coexistência de diversos grupos humanos (de início índios, europeus e povos africanos, depois, segmentos rurais e urbanos, migrantes marcados por diferenças socioculturais) da qual resultou, certamente, a troca de experiências, valores e

práticas em seus cotidianos de trabalho e comportamento face aos recursos ambientais e, ao mesmo tempo, refletidos nas práticas de grupos atuais, sobretudo daqueles dotados de tecnologia simples, que manejam ambientes e recursos naturais marcados pela presença da água, singular na Amazônia em relação às outras regiões brasileiras.

Em termos analíticos, Almeida (2004, p. 10) ressalta que as formas como as populações tradicionais se comportam em relação ao uso e controle dos recursos naturais se dá por meio de normas específicas acatadas de maneira consensual e com atualizações reconhecidas socialmente, através de “laços solidários e ajuda mútua”. Segundo o autor, as populações combinam o uso comum dos recursos e a apropriação privada de bens “[...] nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõe uma unidade social”.

Por suas peculiaridades, a atividade produtiva oriunda do acesso aos recursos naturais por populações tradicionais se dá, também, de acordo com Almeida (2004, p. 10), “[...] em face de antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito, que reforçam politicamente as redes de relações sociais”. Portanto, o autor ressalta que essas relações sociais para o acesso de recursos se dão não apenas através das estruturas de “parentesco”, “laços étnicos” ou dos “grupos locais”, mas também através dos “conflitos externos”.

O conhecimento tradicional na pesca é definido por Diegues (2004, p. 126) como: “[...] um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidos oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”. Nesse sentido, o conhecimento das artes de pesca, segundo o autor, está relacionado ao modo de vida e visão de mundo das comunidades de pescadores.

Diegues (2004) também evidencia que a observação contínua dos fenômenos naturais cria ao pescador um corpo de saberes que ajuda na tomada de decisão em sua mobilidade, auxiliando-o no melhor momento de ir pescar, no melhor local e em qual técnica utilizar.

Diante do exposto, podemos afirmar que o conjunto de saberes e habilidades, incluindo as normas específicas reconhecidas localmente e as práticas realizadas por pescadores artesanais, são fundamentais para manutenção de sua sobrevivência e reprodução de seus modos de vida, tornando-se importantes informações para a compreensão das transformações da pesca artesanal e conseqüentemente, auxiliando durante a tomada de decisão na gestão do território.

3.3 USO DE BENS COMUNS

Bens comuns, de uma forma geral, pode se referir a qualquer recurso utilizado por grupos sociais de forma compartilhada e com auto-gestão do uso, através de limites e regras definidas, podendo ser criados pelo próprio homem, como parques e bibliotecas; conservados, como florestas e oceanos; ou até mesmo utilizados para sobrevivência humana, como a atmosfera, a água e a biodiversidade (BOLLIER, 2010).

O principal interesse em se reportar a bens comuns é tratar sobre as formas de uso e controle dos recursos por cidadãos comuns em geral ou grupos específicos, tendo em vista interesses individuais e coletivos. Segundo Bollier (2010), as regras de uso de bens comuns podem estar compiladas formalmente em leis ou existir informalmente na tradição de normas costumeiras, sendo, nos dois casos, compreendida as condições de direito de uso.

Em uma sociedade onde prevalece o livre mercado e o acúmulo de riqueza, os bens comuns estão sendo utilizados como insumos brutos para compra e venda no mercado, se tornando menos acessível àqueles que possuem menor capacidade de exploração (BOLLIER, 2010). Os recursos públicos ou coletivos estão sendo convertidos em propriedade privada através de um processo, denominado por Bollier (2010, p. 44), como “cercamento dos bens comuns”. Segundo o autor, em uma perspectiva neoliberal, “[...] os direitos de propriedade privada representam a maneira mais eficiente para produzir riqueza”.

No que diz respeito à gestão dos bens comuns, Hardin (1968) trouxe valorosa contribuição ao debate. Segundo o autor, utilizando o exemplo de um pasto coletivo, quando o indivíduo utiliza o recurso pensando em se beneficiar individualmente, a tendência é o seu esgotamento, já que os outros indivíduos também vão querer se beneficiar e não levarão, em consideração, a capacidade de suporte do pasto.

Nesse sentido, a obra “A Lógica da Ação Coletiva” de Mancur Olson, escrita em 1965, também é bastante utilizada no debate sobre a gestão de bens comuns. Segundo o autor, os indivíduos em grupo agem conforme seus interesses pessoais, sendo os interesses coletivos priorizados apenas caso o grupo seja pequeno, ou haja alguma forma de coerção individual.

Bollier (2010), ressalta que pesquisadores relacionados com a Associação Internacional para Estudo dos Bens Comuns – IASC, citam centenas de sistemas de gestão coletiva de recursos comuns organizados por comunidades locais, baseados na confiança social recíproca, e monitoramento local, fatos estes não considerados por Hardin.

Apesar do modelo proposto por Hardin, no que diz respeito ao sistema de acesso à terra se dar de forma aberta e sem nenhuma regulação, o que foi motivo de críticas, Feeny et

al. (1990) destacam que as contribuições da obra “A Tragédia dos Bens Comuns” foi a ideia de que recursos como oceanos, lagos, atmosfera e parques estão sujeitos a maciça degradação.

Desde então, Cunha (2004) ressalta que diferentes perspectivas analíticas foram desenvolvidas visando analisar as complexas interações entre os indivíduos e suas organizações no uso dos recursos naturais e suas consequências para a manutenção desses bens de uso comum. Fatores internos como as estratégias locais de usuários dos recursos e fatores externos como a intervenção estatal devem ser considerados para uma avaliação do manejo dos recursos naturais. Nesse aspecto, Elinor Ostron, prêmio Nobel de Ciências Econômicas, aponta exemplos de gestão de bens comuns exitosas através de grupos locais, os quais criaram suas próprias regras de uso (Neo-institucionalidade), mostrando as possibilidades de gestão dos recursos naturais por longa duração (SCHMITZ, 2009).

Corroborando com Ostron, no que se refere a alternativas contra o declínio dos recursos naturais, Feeny et al. (2011), ressaltam que o grau de sucesso ou insucesso do manejo está relacionado às características do recurso utilizado, arranjos institucionais, ambiente socioeconômico e regimes de propriedade. Neste sentido, os autores argumentam que a capacidade de ações sociais orquestradas sobrepõe divergências entre racionalidades individuais e coletivas.

McKean e Ostron (2011) relatam que em situações onde o regime de propriedade comum foi substituído por arranjos de propriedade privada ou estatal, os incentivos de monitoramento e restrição nos sistemas de exploração foram perdidos, ampliando a degradação que se pretendia prevenir.

Porém, após estudos realizados por Ostron (1990), através da teoria da “neo-institucionalidade”, a qual aborda a influência de arranjos locais como estratégias eficientes na gestão de bens comuns, foi possível avançar na concepção de que as populações tradicionais podem realizar práticas que minimizam a ação predatória ao meio ambiente.

Corroborando com Ostron, Benatti, McGrath e Oliveira (2003) ressaltam que as comunidades locais envolvidas em atividades de manejo dos recursos naturais possuem conhecimento dos processos ecológicos e das práticas tradicionais, e por isso apresentam maior interesse na preservação e manutenção desses recursos, diferentemente de instituições governamentais ou da sociedade civil, os quais apresentam distanciamento e pouco conhecimento da realidade local.

Para que sejam duradouras, as estratégias de uso de bens comuns requerem alguns princípios como a definição clara do sistema de recursos, organização mínima de seus

participantes, criação de regras de apropriação dos recursos, possibilidade de participação dos próprios indivíduos afetados na definição de regras, monitoramento regular e aplicação de sanções gradativas. Essas estratégias, mesmo definidas no âmbito local, geram conflitos, pois resulta na exclusão de grupos ou indivíduos que não se adequam aos objetivos da organização local ou na limitação do uso devido à escassez dos recursos (OSTRON, 1990).

Como exemplo da não adequação de grupos diante de limitação de uso dos recursos, podemos citar alguns catadores de caranguejo que insistem em capturar a espécie em períodos de acasalamento, momento em que, conforme regras estabelecidas, a captura da espécie não é permitida. Outro exemplo se dá com os pescadores que utilizam o uso de veneno natural, como o timbó ou cunambi, para captura do pescado, mesmo essa prática sendo proibida através de acordos de pesca criados por pescadores em geral.

Sobre esse processo de mudança social, Lobão (2006) destaca a inserção de novas práticas e formas de relações sociais que seriam estranha à tradição e à cultura local. Na ocasião, o autor cita a questão das mudanças de comportamento das mulheres dos pescadores e catadoras de caranguejo da Resex Marinha de Soure/PA, que através da inserção de projetos com atividades econômicas voltadas ao mercado de fitoterápicos e artesanato, trouxe um rápido desenvolvimento do associativismo feminino com participação na renda familiar, trazendo reações de estranhamento no universo masculino local. Segundo o autor:

A falta da enunciação de um conhecimento aprofundado sobre as relações sociais do lugar, o papel da família, do casamento, sugerem que tais processos, se entendidos como uma mudança social dirigida, poderiam ser arriscados para serem patrocinados por atores externos. Entretanto, se entendidos como mecanismos legítimos de emancipação feminina, onde os elementos externos estariam sendo apropriados de acordo com os interesses dos atores, os signos que receberiam seriam positivos. Em qualquer dos casos, sendo recebidos como um processo positivo ou negativo, serve para reforçar o princípio da precaução – tão propalada quando se trata de proteção da natureza – e o estender para as iniciativas que tenham por objetivo a proteção e o desenvolvimento de grupos sociais. (LOBÃO, 2006, p. 101).

Outro fator que merece destaque na gestão de bens comuns é que no caso da criação de Reserva Extrativista em área com a realização histórica de atividades pesqueiras por pescadores de diversos lugares, regras são criadas pela própria coletividade local, onde, em muitos casos, pode prejudicar pescadores oriundos de outras regiões, mas que apesar de não residirem no local, desenvolvem as atividades pesqueiras desde sua ancestralidade, criando um conflito ao impedir que esses pescadores continuem exercendo suas atividades pesqueiras. A esse respeito, Lobão (2006) aborda uma das justificativas para a criação da Reserva Extrativista Marinha de Soure, criada, dentre outros motivos, para conter as atividades

pesqueiras realizadas por pescadores da região do Salgado Paraense. Sobre a criação da REM de Soure, na ilha do Marajó, Lobão (2006, p. 98) destaca:

As discussões sobre a construção de uma Resex tiveram início em 1997. A Resex estaria voltada para a proteção dos extrativistas do camarão e do caranguejo. Estes se encontravam constantemente ameaçados por pescadores que vinham do Salgado Paraense.

Diante do exposto, verificamos que com a criação da REM de Soure, os grupos locais de pescadores foram beneficiados com a criação de uma Unidade de Conservação, cuja legalização fundiária do território, possibilitou a permanência das populações locais, bem como o direito a reprodução dos seus modos de vida. Porém, outros grupos de pescadores, como aqueles oriundos da região do Salgado Paraense, que também possuem os modos de vida similar aos pescadores de Soure, foram impedidos de realizar atividades pesqueiras no território da Resex, pelo fato de serem de outra região, tornando-se transgressores aos olhos do Estado, e invasores aos olhos dos pescadores de Soure, mesmo se tratando de pescadores artesanais.

Os conflitos existentes na gestão de recursos naturais, apesar de gerados em decorrência de sua limitação ou divergência de interesses e formas de uso, por vezes são motivados pela incompatibilidade entre a norma legal e a sua aplicação no dia-a-dia, devido à complexidade na definição de normas ambientais, principalmente no entendimento jurídico e nas dificuldades de sua aplicação (MILANO, 2011).

3.4 AS PRÁTICAS PRODUTIVAS EM AMBIENTES RURAIS

A noção de desenvolvimento adotada pelas ciências agrárias tem se igualado a do crescimento econômico, assumindo um papel estratégico no atendimento das demandas de mercado e padecendo da ausência de realidades sociais concretas (SILVA, 2011). Este fato remete a incapacidade de compreensão das complexas relações existentes nas lógicas sociais e produtivas em ambientes rurais.

Para se compreender os processos de transformação da sociedade rural, é necessário a abordagem de modelos analíticos complexos, considerando um sistema global de interações, onde se combinam as restrições naturais, as forças do mercado, as práticas técnicas, e as relações sociais (RAYNAUT, 1994).

O estudo das diversas práticas dos agricultores através de um enfoque sistêmico, permite analisar o sistema família-atividades produtivas e a diversidade local (LANDAIS; DAFFONTAINES; BENOÎT, 1988), tornando possível perceber que a adoção de técnicas de

produção não responde apenas a uma lógica de maximização de renda, mas é influenciada por componentes biológicos, ambiente físico e contexto humano (REIJNTJES, 1999).

Através do estudo das combinações das práticas, é possível caracterizar a especificidade do sistema realizado pelo agricultor, pescador, extrativista, etc. Nesse aspecto, as influências como clima, ambiente, relevo, animais, plantas e ciclos naturais têm reflexo na diversificação da prática desenvolvida por esses atores.

Ao realizar uma prática, a família toma uma decisão não só baseada na técnica memorizada, mas levando em conta limitações e potenciais do próprio sistema, adaptando e se apropriando de processos baseados nas possibilidades existentes (LANDAIS; DAFFONTAINES; BENOÎT, 1988).

Em uma visão sistêmica, o ambiente rural como um todo não deve ser analisado pela simples soma das partes ou pelo conhecimento de só um dos componentes. Nesse sentido, o enfoque sistêmico reforça que o saber local e as práticas desenvolvidas por indivíduos e famílias rurais devem ser considerados como tema central (SILVA, 2011).

Diante da necessidade da compreensão do comportamento do homem do campo para compreensão da dinâmica do ambiente rural como um todo, Garcia Jr. e Heredia (2009) ressaltam a importância do estudo das relações sociais e dos modos de operação das famílias como unidades de produção e consumo através de suas práticas e estratégias. Neste sentido, os autores ressaltam que essas relações apresentam singularidades que:

Têm a ver diretamente com o fato de que o grupo doméstico é o quadro das atividades produtivas, mas também é o horizonte onde o consumo individual e coletivo ganham significado, e é, ainda, a mesma rede de relações que permite o surgimento de novas gerações e assegura a transmissão de saberes e do patrimônio material acumulado pelas gerações precedentes (GARCIA; HEREDIA, 2009, p. 219).

A compreensão das práticas de um indivíduo também requer o entendimento do *habitus*, o qual, na visão de Bourdieu (2004), são modos de agir e pensar que não significam apenas a simples execução de uma regra, mas a incorporação de experiências adquiridas, podendo variar de acordo com o lugar e o momento vivido.

Segundo o autor, essas ações permitem “[...] gerar uma infinidade de lances adaptados à infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Segundo Araújo (2009, p. 38), o conceito de *habitus*, elaborado por Pierre Bourdieu, “[...] ressalta o lado ativo do agente que, apesar de internalizar as representações da estrutura

social, age sobre elas, não sendo apenas o seu reflexo ou resultado mecânico dos condicionamentos sociais”.

No ambiente rural, o *hábitus* está presente na vida prática do camponês¹⁶ através da ação organizadora da sua própria vida, repassada de geração em geração, através das relações sociais. O *habitus* faz com que o camponês e os membros de sua família desenvolvam um “[...] estado de ser, uma maneira de agir no cotidiano” revelando uma “[...] vocação para viver uma relação entre meios e fins atravessada por uma singular visão de mundo” (WITKOSKI, 2010, p. 163).

A multifuncionalidade do modo de vida do camponês lhe confere formas de relação com a natureza peculiares, que de acordo com Witkoski (2010), possuem algumas características, dentre elas, a terra, a floresta e a água como meios fundamentais de produção; a mão-de-obra, praticamente familiar, é realizada em diversificadas atividades do mundo econômico; existência de divisão sexual e social do trabalho na família; tecnologia com limitado impacto sobre o meio ambiente e; relação simbiótica com a natureza através dos ciclos naturais.

Para compreender essa multifuncionalidade, o estabelecimento agrícola deve ser visto como um sistema, considerando os agricultores como atores tomadores de decisão, levando em consideração as práticas realizadas por esses agricultores, verificando como as técnicas são concretamente realizadas no contexto de um estabelecimento agrícola dentro de uma realidade local, caracterizada pela sua história, seu território e seu funcionamento (LANDAIS; DAFFONTAINES; BENOÎT, 1988).

No caso de pescadores artesanais, a rusticidade dos apetrechos utilizados, e modestos equipamentos usados para a navegação durante a captura do pescado, se torna um fator limitante para que esses pescadores percorram maiores distâncias costa a fora. A costa recortada e a presença de fortes gradientes ambientais, desde águas doce, águas salobras e águas marinhas, proporcionam ao estuário da costa amazônica um ótimo ambiente para presença de organismos aquáticos, favorecendo a pesca nas proximidades da costa.

Em uma análise sistêmica da pesca artesanal em Tramandaí/RS, equiparando um sistema agrário a um sistema pesqueiro¹⁷, Cotrim e Miguel (2007) consideraram as

¹⁶ Segundo Shanin (2005), o conceito de camponês difere de uma sociedade para outra e dentro de uma mesma sociedade, devendo ser compreendido através da investigação das características do estabelecimento rural familiar, tanto interna quanto externamente, isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo.

¹⁷ Cotrim e Miguel (2007) consideram um Sistema Pesqueiro como sendo formado pelas interações entre as dinâmicas sociais e ambientais que representam um conjunto de sistema de produção na pesca.

combinações entre o ambiente aquático, o esforço de captura, as relações de trabalho e os meios de produção, como arranjos de um sistema produtivo adaptado para a pesca. Segundo o autor, para esta adaptação foram considerados, em um determinado território, as relações sociais e econômicas em um meio natural, analisando, também, a relação sociedade-natureza considerando o espaço geográfico.

Considerando as relações sociais em uma comunidade de pescadores, os estoques pesqueiros se tornam fator determinante na tomada de decisão relacionada à prática de captura desses recursos. Fatores climáticos, estações do ano, movimento da lua, períodos de safra, e outros conhecimentos empíricos ensinados através de gerações, influenciam bastante na atividade pesqueira no decorrer do tempo. A pluriatividade pesqueira, com o uso dos diversos apetrechos de pesca, como espinheis, currais, redes, puçás, tarrafas, cria subgrupos de pescadores que trabalham de forma coletiva, mas que em algumas situações entram em conflito pela disputa do pescado, tendo em vista sua escassez.

As práticas estão relacionadas à forma como o operador executa seu trabalho, através do conhecimento assimilado pela técnica aprendida, sendo a técnica um modelo conceitual para uma ação finalizada. Entre práticas e técnicas existe uma relação recíproca do saber e do fazer, através da realização de uma técnica através da prática e obter da prática ensinamentos técnicos (LANDAIS; DAFFONTAINES; BENOÎT, 1988).

A partir de um enunciado técnico, obtém-se várias traduções concretas ao nível da ação. A prática resulta de um processo estruturado de apropriação e decisão, através de adaptações de um enunciado de partida, resultantes dos potenciais e limitações do operador. Porém nem toda a ação pode ser considerada prática. O ator tem que decidir fazer, de forma regular e repetitiva no tempo e no espaço (LANDAIS; DAFFONTAINES; BENOÎT, 1988).

O fato de existir várias interpretações da relação entre práticas e técnicas e técnicas e práticas sugere uma grande diversidade de inovações de novos modelos técnicos, em razão da complexidade dos sistemas, justificando o crescimento de pesquisas que se interessam no saber e no fazer dos agricultores (LANDAIS; DAFFONTAINES; BENOÎT, 1988).

Neste sentido, o estudo das práticas realizadas por pescadores artesanais em uma Reserva Extrativista Marinha, pode colaborar na identificação e compreensão do saber-fazer e das mudanças ocorridas em um ambiente onde o uso dos recursos é baseado nas práticas individuais e na construção de regras coletivas.

CAPÍTULO 4: PRÁTICAS LOCAIS E REGRAS INSTITUCIONAIS NA REM CAETÉ-TAPERACU

4.1 VILA DOS PESCADORES E VILA BONIFÁCIO: DA OCUPAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

A Vila dos Pescadores está localizada na ilha de Ajuruteua, distante 36 quilômetros do centro de Bragança, tendo seu acesso por via terrestre, através da Rodovia PA – 458 (Foto 01), ou por via marítima, através do Oceano Atlântico. O percurso terrestre passa por uma extensa área de manguezal, e apresenta seis pontes que passam por furos do rio Caeté.

Foto 01: Acesso terrestre para Vila dos Pescadores.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

De acordo com relato do Sr. Lázaro, neto de um dos pioneiros da Vila dos Pescadores, os primeiros habitantes chegaram em meados de 1913, quando um grupo de cearenses chegou na região bragantina, fugindo de grandes secas que atingiram o sertão nordestino na década de 1910. Esses pioneiros, oriundos da cidade de Sobral, vieram montados em lombo de animal, e de trem até o município de Bragança, e depois se deslocaram durante dias, percorrendo o rio Caeté e o rio Maguari, através de canoas à remo e jangada, até chegarem onde hoje é conhecido como Vila dos Pescadores.

Dentre os habitantes da Vila dos Pescadores, destacaram-se o senhor Raimundo Domingos Melo e o Senhor Augusto Fernandes, conhecido como Sobral, ambos pioneiros na vila, e responsáveis pelo povoamento na localidade. Segundo o seu Lázaro, morador e descendente de pioneiros, a Vila dos Pescadores possui hoje 98 famílias, porém começou

apenas com um aglomerado de ranchos de pesca, o qual foi se desenvolvendo ao longo do tempo. Segundo seu Lázaro:

Foi o Raimundo Domingos Melo e acompanhando ele veio um senhor por nome de Augusto, que era o meu avô, mas chamavam ele de Sobral, porque eles vieram da cidade de Sobral, no Ceará. De 1913 eles chegaram aqui, se aglomeraram, fizeram um ranchinho e daí foi o começo de Ajuruteua e depois vieram alguns da família dele e aí foi fluindo, né? (Pesquisa de campo, 2017).

A partir da formação das primeiras famílias, a localidade foi crescendo com a construção de casas de madeira ao longo da restinga¹⁸. As casas, desde o início, foram construídas nas proximidades de dunas, de vegetação de manguezais, e em locais sob influência da maré. As casas foram construídas uma ao lado da outra, com madeira originária da própria vegetação do mangue da região, formando aglomerados. Ainda hoje, as ruelas estão dispostas sobre a superfície arenosa da praia e as casas continuam sendo construídas com madeira (Foto 02), porém, oriundas da compra em estâncias e comércios de material de construção. Já as peças oriundas da vegetação do mangue continuam sendo utilizadas para o uso em cercas, ranchos e apetrechos de pesca.

Foto 02: Ruela na Vila dos Pescadores.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

A formação da primeira família na Vila dos Pescadores se deu através do casamento entre os pioneiros da Vila, o senhor Raimundo Domingos Melo com a senhora Maria de

¹⁸ A restinga é um espaço geográfico formado por depósitos arenosos paralelos à linha da costa, recebendo influência marinha.

Melo, e do senhor Augusto com a senhora Constância, irmã da Maria de Melo. Do casamento do Augusto com a Constância, nasceu o primeiro filho do casal e talvez um dos primeiros habitantes nascido na vila, o pai do seu Lázaro. Do casamento do casal Raimundo Domingos Melo e Maria de Melo, nasceu Gregório de Melo, avô do senhor Moisés Melo Amorim, conhecido como “Brandão”, que atualmente exerce a pesca de curral, tendo como influência a atividade pesqueira de seu avô.

Muitos parentes da família do Raimundo Melo e do Augusto foram embora da Vila dos Pescadores. Porém, por serem as famílias com maior número de parentes na vila dos Pescadores, se destacam a família Fernandes, a Família Melo, ambas com laços de parentesco, e a família Miranda. O patriarca da família Miranda, o senhor Antônio Miranda, faleceu em 2005 com 86 anos. Atualmente o maior comércio da Vila dos Pescadores (Foto 03) pertence à filha do senhor Antônio Miranda. “O Antônio Miranda já deve tá com uns 12 anos que é morto. Quando morreu já tava com 86 anos. Era muito grande a família dele. Esse comércio grande que tem aí é da família dele, é da filha dele”, relatou Seu Lázaro.

Foto 03: Comércio (fundos) na Vila dos Pescadores.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Um fato marcante na história da Vila dos Pescadores foi a construção de rodovia e pontes de concreto, que ligam Bragança até a Vila (Fotos 04 e 05). A rodovia PA - 458 possui 36 quilômetros de extensão, cortando uma densa área de manguezal, rios, e área de campos naturais alagados. Segundo depoimento do seu Lázaro, esta rodovia foi inaugurada em 1984, depois de quase 10 anos de construção. Com a opção de uso da rodovia e a implementação de

linha de ônibus e lotação, bem como o acesso à serviços, como tráfego de ambulâncias e veículos de passeio, segundo o pescador Luiz Melo, possibilitou melhorias para a comunidade já que o tempo de deslocamento gasto entre Bragança e a Vila, diminuiu, favorecendo o turismo e o comércio de pescado.

Foto 04: Rodovia PA-458 entrada para V. Bonifácio.



Foto 05: Ponte sobre o furo do Maguari.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017. Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Na opinião do seu Luiz Melo, pescador de 71 anos, nascido e criado na Vila dos Pescadores, a construção da estrada melhorou para os moradores locais que precisam de atendimento médico. Segundo o pescador, antes da construção da estrada, as pessoas morriam por falta de atendimento médico, pois o posto de atendimento mais próximo fica em Bragança, e o único acesso antes da estrada era através de canoa pelo furo do Maguari e rio Caeté, cujo trajeto durava no mínimo 3 dias de viagem, já que no passado não existia embarcação motorizada na região.

Diante da proximidade com a maré, mudanças em relação ao ordenamento de algumas casas vêm ocorrendo nas últimas 3 décadas, já que muitas famílias tiveram que abandonar suas moradias devido ao avanço do mar (Foto 06), forçando famílias a afastarem-se da área costeira. Com a procura de local mais afastado da costa, aqueles que se viram ameaçados pelo avanço do mar, migraram para áreas mais continentais, criando, na década de 1990, a Vila Bonifácio (Foto 07), localizada nas proximidades do rio Maguari, o qual faz limite com a Vila dos Pescadores.

Foto 06: Influência da maré sobre casas.**Foto 07:** Vila Bonifácio.

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

A proximidade das duas vilas com o ambiente costeiro possibilita aos moradores o acesso aos recursos naturais como: variedades de pescado; caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), utilizados para alimentação e comercialização; e madeira de mangue, como as espécies de tinteiro (*Laguncularia racemosa Gaertn*), mangueiro (*Rhizophora mangle L*) e siriubeira (*Avicennia germinans L. Stearn*), utilizadas para construção de currais, cercas e ranchos de pesca. O oceano atlântico, e os rios Caeté e Maguari servem tanto para navegação quanto para o fornecimento de pescado para essas duas vilas.

A relação entre os habitantes da região e os recursos naturais é destacada nos estudos de Maneschy (1995), os quais relatam o crescimento da Vila dos Pescadores com a chegada de pescadores de outras praias da região e do interior de Bragança, tendo como base da subsistência a captura de frutos do mar, principalmente o pescado, o camarão e o caranguejo, através da pesca artesanal, a qual manteve uma relação de proximidade com a natureza existente no local.

Outro fato marcante na Vila dos Pescadores foi a chegada da energia elétrica. Segundo o seu Luiz Melo, na época de sua infância as pessoas dependiam da luz de lamparina. A energia elétrica só foi instalada em 1996, depois de muita luta dos moradores locais. A energia elétrica chegou à Vila dos Pescadores depois que fizeram uma vicinal ligando a rodovia PA 458 até a vila. Segundo o seu Luiz Melo, o turismo ficou mais forte com a chegada da energia elétrica, pois assim foi possível, além da iluminação, a possibilidade de refrigerar comidas e bebidas.

A pesca ainda é a principal atividade econômica da região, tendo o turismo como impulsionador da economia local, já que esta atividade movimenta o comércio e a prestação

de serviços na área de estudo. O estilo rústico, com casas de madeira e ruas estreitas, sem pavimentação e situadas na areia as margens da praia, faz da Vila dos Pescadores, um atrativo para turistas que procuram tranquilidade. Já a Vila Bonifácio, situada mais próxima da rodovia de acesso entre Bragança e Ajuruteua, por ser mais povoada e com maior movimentação de pescadores, que escoam e recebem embarcações pesqueiras da região, atrai aqueles que procuram o comércio de pescado (Foto 08), tendo em vista a procura de diversas variedades.

Foto 08: Rancho para comércio de pescado na V. Bonifácio.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Quanto a tendência dos habitantes da Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio à atividade pesqueira, Maneschy (1995) ressalta que nas primeiras décadas do século XX, a região Bragantina não possuía tantas opções de emprego e o grau de escolaridade da maioria da população local era muito baixo. Com isso, a autora explica que a localização próxima ao mar, a predominância de solo arenoso impróprio para agricultura, e a existência de ranchos pesqueiros utilizados por pescadores que transitavam na região, foram fatores favoráveis para que os primeiros habitantes da Vila dos Pescadores exercessem a atividade pesqueira para comercialização e subsistência.

Além da pesca, também merecem destaque o turismo nas duas vilas. Seu Luiz Melo relata que com a chegada da estrada, a vila cresceu e com o aumento da quantidade de moradores, o turismo se desenvolveu ainda mais na região, trazendo coisas boas e ruins.

Segundo o pescador, o turismo trouxe mais oportunidade de renda para os moradores locais, mas por outro lado, vieram os primeiros furtos. “Aqui na vila ninguém pode criar galinha, pato, porque senão vem alguém e rouba”, reclamou o Sr. Luiz Melo, pescador nascido na Vila dos Pescadores.

Seu Lázaro também ressalta o turismo como fato marcante na vida dos moradores da Vila dos Pescadores. Sendo mais visitada devido ao melhor acesso à praia, a Vila Campo do Meio é conhecida pelos turistas como “Praia de Ajuruteua”, porém, os moradores locais reconhecem a Vila dos Pescadores como “Ajuruteua”, e a área mais frequentada pelos turistas é reconhecida pelos locais como “Campo do Meio”. Segundo Seu Lázaro:

Quando surgiu a estrada pra lá pra praia do Campo do Meio, ai foi feita essa vicinal pra cá, esse ramal, e a luz saiu pra lá e de lá já começou por ai o elevado da energia elétrica, né? Ai já botaram aqui, aqui hoje é reconhecida aqui como Vila dos Pescadores e lá na praia do Campo do Meio, que é o nome biológico, passou a ser Ajuruteua por causa do turismo, né? é uma coisa de histórico devido o turismo, que o turismo busca muita coisa, e traz também. (Pesquisa de campo, 2017).

O relato do Seu Lázaro mostra que apesar do processo de transformação turística da localidade ter modificado o nome da praia do Campo do Meio para praia de Ajuruteua, os habitantes nativos reconhecem a praia de Ajuruteua como a praia situada na Vila dos Pescadores, contrariando a opinião dos turistas que visitam a região.

Silva (2014), também identificou o turismo como fator de impacto na dinâmica da comunidade. Em seu estudo, a autora informa que a construção e pavimentação da estrada que liga Bragança à praia de Ajuruteua trouxe algumas transformações, como o aumento do turismo e a chegada de novas fontes de renda, através da abertura de bares, pequenos comércios, pousadas, e com isso a proliferação de trabalhadores informais, e uma rede de prestadores de serviço como cozinheiras e garçons.

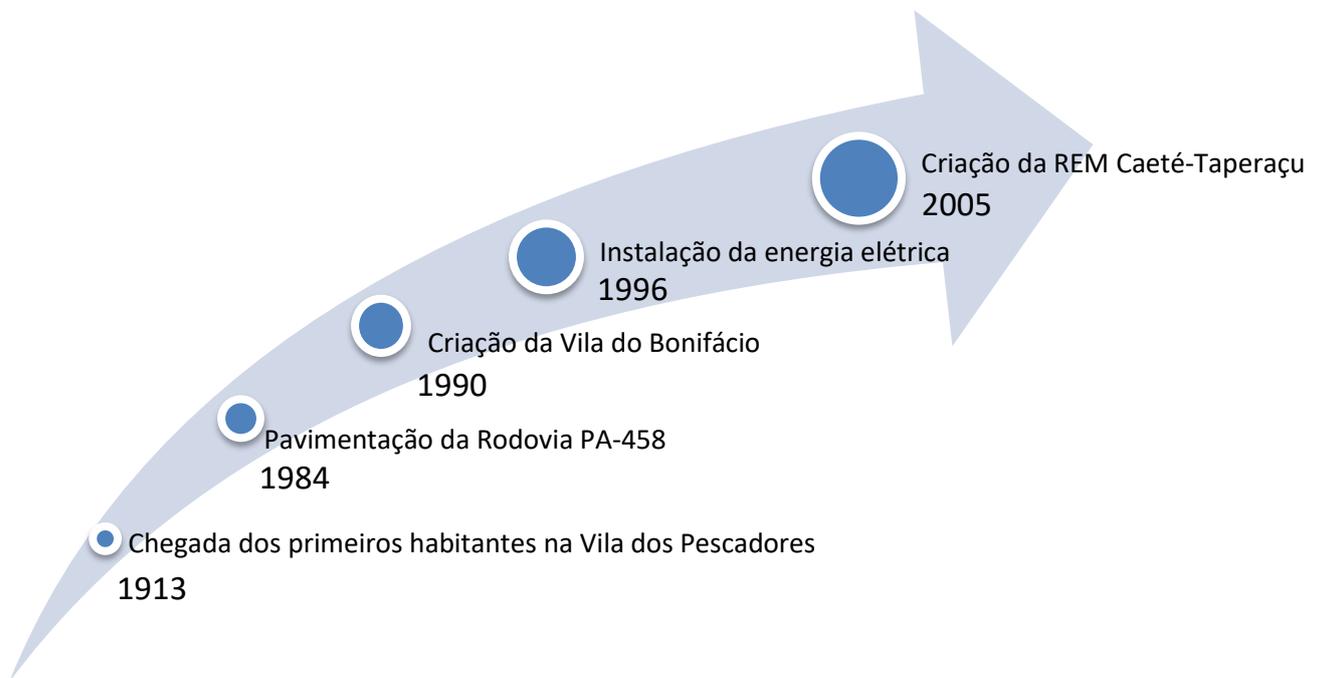
Entretanto, neste estudo, identificou-se que um sério problema enfrentado pelo crescimento desordenado das vilas em Ajuruteua é a falta de emprego e renda, já que a pesca, principal atividade econômica, depende da safra, que ocorre apenas durante alguns meses do inverno amazônico. Já o turismo, que movimentava o comércio local, ocorre apenas em julho. Com a reduzida possibilidade de renda, a falta de programas que incentivem a economia local, e com a pouca presença de policiamento nas vilas, a incidência de roubos e furtos é bem latente.

Com a chegada de melhorias na infraestrutura, como a pavimentação, o melhoramento da rodovia, e a instalação de energia elétrica nas vilas, houve um significativo aumento da população local e do turismo no início da década de 1990. Porém, o crescimento desordenado

das Vilas dos Pescadores e Bonifácio, com a falta de saneamento básico, falta de coleta de lixo, falta de fornecimento de água potável, e falta de ordenamento das novas construções que surgem nas vilas, vem trazendo preocupação aos moradores, pois os esgotos a céu aberto e o despejo de dejetos como resíduo de peixe e caranguejo são lançados nos manguezais próximos às moradias, causando mau cheiro e contaminação dos recursos hídricos.

O esquema abaixo mostra a linha do tempo dos acontecimentos mais marcantes na Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio desde a chegada dos primeiros habitantes até os dias de hoje.

Figura 03: Linha do Tempo dos acontecimentos marcantes na região estudada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

4.1.1 A criação da REM Caeté-Tapeaçu

Em 2005, a criação da REM Caeté- Tapeaçu, chamou a tenção dos moradores da Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio, pois através da mobilização de lideranças locais, foram criados núcleos organizacionais como forma de aproximação entre a população local e lideranças comunitárias através de comitês comunitários ligados à Associação dos Usuários da Resex Marinha Caeté-Tapeaçu – ASSUREMACATA.

Após a criação da REM e da ASSUREMACATA, a localidade de Ajuruteua foi representada por organizações sociais locais tendo como núcleo organizacional o Polo

Ajuruteua, o qual compreende 3 comunidades: Vila dos Pescadores, Vila Bonifácio e Vila Campo do Meio. Essas 3 vilas possuem 740 famílias extrativistas, as quais possuem como atividade principal a pesca artesanal (Quadro 04). Na Vila Campo do Meio, apesar da atividade principal da maioria dos moradores ser a pesca, o turismo nos meses de julho e dezembro movimentam a economia da região.

Quadro 04: Número de habitantes por Vila, na ilha de Ajuruteua.

Vilas na ilha de Ajuruteua	Nº de habitantes	Atividade Principal
Vila dos Pescadores	98	Pesca
Vila do Bonifácio	282	Pesca
Vila do Campo do Meio	360	Pesca
Total	740	

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Segundo o atual representante do comitê comunitário, no início da criação da REM Caeté-Taperaçu, muitos pescadores acessaram programas sociais como fomento para aquisição de apetrechos de pesca e créditos para construção de moradia. Para ele o surgimento da REM Caeté-Taperaçu trouxe esperança de melhoria da qualidade de vida dos pescadores, através do acesso a programas governamentais, organização das comunidades em comitês e fiscalização do uso dos recursos naturais visando o aumento da produção do pescado e a manutenção das áreas de manguezais. Por outro lado, o pescador L.C.M, 71 anos, entende que a criação da REM Caeté-Taperaçu só trouxe promessas, já que as condições e modo de vida do pescador na vila não mudou, já que pouquíssimos pescadores acessaram programas sociais, não há melhoria na estrutura da vila, os pescadores não se sentem satisfeitos com a diminuição do pescado, e o ICMBio pouco comparece na vila.

Por outro lado, de acordo com os dados fornecidos pelo ICMBio, 4.880 famílias da região bragantina que utilizam os recursos naturais da REM Caeté-Taperaçu estão cadastradas na Relação de Beneficiários do INCRA¹⁹. Deste total, 1.666 famílias acessaram crédito para construção de casa, e 800 famílias acessaram fomento para apetrechos de pesca. Até 2016 a quantidade de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde chegou a 2.674 famílias,

¹⁹ A Relação de Beneficiários (RB) contém a listagem de todas as famílias selecionadas no Programa Nacional de Reforma Agrária, com dados do projeto de assentamento, município, nomes dos beneficiários assentados, data em que a seleção foi homologada e situação da unidade familiar por superintendência regional.

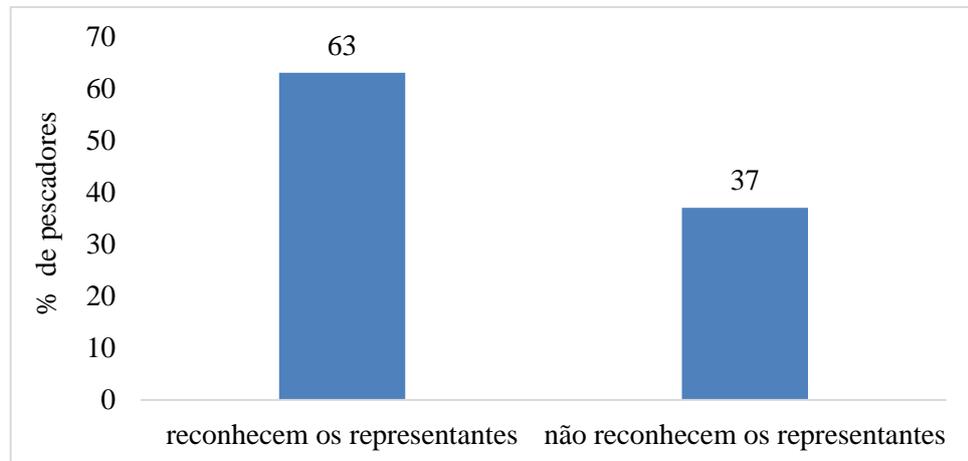
totalizando, em 2017, uma receita anual de R\$ 3.208.800,00 destinadas aos extrativistas que utilizam a REM Caeté-Taperaçu. Do total de 41 entrevistados, 14 recebem o Programa Bolsa Verde e Bolsa Família do Governo Federal, representando 34% da população das duas comunidades pesquisadas.

Os números apresentados pelo ICMBio e os relatos dos pescadores mostram que houve avanços no acesso a políticas públicas, com incremento no orçamento familiar. Porém, quase 70% das famílias de pescadores não acessaram tal recursos, mostrando que apesar do avanço, há necessidade de melhorias no acesso a políticas públicas e no desenvolvimento de ações governamentais que melhorem a produção pesqueira artesanal.

4.1.2 Os pescadores e a gestão da REM Caeté-Taperaçu

A Vila dos Pescadores conta com o Sr. Lázaro como representante do Conselho Deliberativo da REM Caeté-Taperaçu, e o Sr. Ubiraci como representante do Comitê Comunitário da ASSUREMACATA. Ambos desenvolvem o papel de representantes comunitários, cuja função é dialogar com os pescadores, e apresentar suas demandas ao ICMBio e Associação da Resex. De acordo com as entrevistas realizadas, a maioria dos pescadores reconhecem seus representantes no comitê comunitário (Gráfico 01), o que legitima as decisões tomadas no mesmo. Em relação àqueles que não reconhecem seus representantes, existe a decepção pela falta de diálogos e explicações por parte dos representantes locais e do ICMBio, já que poucas vezes são feitas reuniões sobre o ordenamento pesqueiro. Outro fator preponderante para o não reconhecimento dos representantes é a falta de explicação sobre o real papel desses representantes, e sua relação com a Resex e com o ICMBio.

Todos os entrevistados informaram conhecer o órgão ICMBio, e se mostraram cientes de que vivem e utilizam os recursos pesqueiros em uma Reserva Extrativista. Em relação à frequência da presença do ICMBio nas Vilas dos Pescadores e Vila Bonifácio, os entrevistados informaram que o órgão raramente aparece nas vilas. Os 41 pescadores entrevistados enxergam o ICMBio como um órgão de fiscalização do meio ambiente, responsável pela punição daqueles que não cumprem as regras ambientais, como a pesca ilegal e o corte irregular de madeira. Sobre as motivações que levaram à criação da REM Caeté-Taperaçu, os entrevistados disseram que vislumbravam o acesso a políticas públicas, como créditos e fomentos do INCRA para reforma agrária; acesso à programas de incremento de renda, como Programa Bolsa Família e Bolsa Verde, e; melhorias para realização da pesca artesanal, como proteção dos pesqueiros, aquisição de insumos e apetrechos de pesca.

Gráfico 01: Reconhecimento do Comitê pelos pescadores locais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A ideia que a população tem sobre o que é uma reserva extrativista, ainda é muito vaga, baseada principalmente na expectativa de receber ou ter acesso a políticas inclusivas, conforme podemos observar no Quadro 05.

Quadro 05: Concepções dos pescadores sobre o conceito de Reserva Extrativista.

“Um lugar de preservação onde existem as regras para não poluir” (M.M.A, 62 anos).
“É uma associação que traz bolsa verde e casa para o pescador que precisa” (D.M.S, 66 anos).
“Não significa nada, pois não traz benefício nenhum” (G.M.S, 61 anos).
“Não pode desmatar e não pode a pesca predatória” (L.M.M, 47 anos).
“É pra ser o apoio do pescador, era pra oferecer cesta básica. O pescador fica esperando ganhar a Bolsa Verde” (R.C.M, 29 anos).
“Preservar o meio ambiente, não derrubar as matas, não poluir o mar” (A.L.B, 48 anos).
“É uma associação que cuida do interesse do pescador” (A.M.M, 35 anos).
“É tirar o que dá pra viver. A resex deu casa e fomento para os pescadores. Falaram que não era para desmatar” (M.M.A, 62 anos).
“É uma área de proibição” (L.C.M, 71 anos).
“É uma área fiscalizada” (R.T, 53 anos).
“não sei o que significa” (U.A.S, 39 anos).

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Em estudos sobre a atuação da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, Rodrigues (2017) encontrou deficiências no meio de comunicação entre os dirigentes da Associação, os representantes de comunidades e os usuários da Resex. A autora também relata que alguns moradores locais confundem a Associação com o INCRA. Essa deficiência na comunicação, bem como a ausência do ICMBio durante os primeiros cinco anos da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, contribuiu para o pouco entendimento, ainda presente, da comunidade local sobre o real papel da Unidade de Conservação e do cumprimento de suas regras de utilização.

4.2 DIAGNÓSTICO DA PESCA ARTESANAL NA VILA DOS PESCADORES E VILA BONIFÁCIO

A Vila dos Pescadores e a Vila Bonifácio se destacam pelas atividades da maioria de seus moradores estarem ligadas a pesca artesanal. Essas atividades estão relacionadas aos saberes, que ao longo de gerações são repassados de pai para filho e misturam-se à criatividade de cada um e se adaptam ao meio em que vivem.

Esses pescadores aprenderam a pescar desde criança, com seus pais e avôs. Muitos viram na pesca a única saída como meio de vida, por falta de opção profissional ou falta de oportunidade de estudos, resultados que coadunam com os estudos de Maneschy (1995). Segundo alguns relatos de pescadores, “quem mora na praia e não sabe pescar, morre de fome”. Para aqueles que não têm oportunidades, a pesca é o único meio de garantir o sustento da família e a garantia de uma profissão. Diegues (1995, p. 35) define que o ser pescador como profissão “[...] é entendido como o conjunto de domínio de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal”. De acordo com o autor, o domínio do saber-fazer e do conhecer, aprendido com os mais velhos, proporciona ao pescador um aprendizado sobre as representações simbólicas do mundo natural, possibilitando a compreensão e respeito às leis que regem o mar.

Considerando as características ambientais da Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio, onde há predominância de solo arenoso impróprio para o plantio, os moradores da localidade não realizam atividades agrícolas expressivas, tendo um ou outro plantio de mandioca, sendo predominante a pesca na faixa litorânea. Algumas famílias também produzem carvão, através da extração da vegetação localizada nos arredores.

Apesar das diversas queixas sobre a diminuição do pescado nas últimas décadas, os pescadores contam com uma considerável diversidade de pescado disponível conforme

podemos observar na Tabela 01. Peixes comerciais como a corvina, pescada-gó, tainha, pratiqueira, até peixes pouco conhecidos como sete-grude e birrete são alguns dos peixes mais encontrados na região. A pescada-gó é a mais encontrada em quantidade e em frequência, pois é pescada em todos os meses do ano, conforme relato do pescador Lázaro:

Agora tem a safra da gó, ai termina da gó, entra do camarão, ai tem da pratiqueira... A gó é todo tempo, é a gó graúda que eles pescam mais separado aqui dentro. A safra mesmo da gó é o mês de maio. A safra é todo tempo. Aqui tem a gó, o bandeirado, a corvina. (Pesquisa de campo, 2017).

A pescada-amarela é a espécie menos capturada na região. Nos currais de pesca a guaravilha é a espécie mais encontrada, porém seu valor de mercado é baixo.

Tabela 01: Variedades de pescado capturados e período de safra.

Espécie	Nome Científico	Período da safra
Arraia	<i>Dasyatis spp</i>	janeiro a dezembro
Bagre	<i>Sciades herzbergii</i>	janeiro a maio
Bandeirado	<i>Bagre bagre</i>	julho a dezembro
Birrete	<i>Trachinotus spp</i>	agosto a novembro
Camurim	<i>Centropomus spp</i>	julho a dezembro
Cioba	<i>Rhomboplites aurorubens</i>	julho a dezembro
Corvina	<i>Cynoscion virescens</i>	julho a dezembro
Dourada	<i>Brachyplatystoma flavicans</i>	janeiro a abril
Guaravira	<i>Trichiurus lepturus</i>	janeiro a dezembro
Pacamum	<i>Batrachoides surinamensis</i>	julho a dezembro
Pampo	<i>Trachinotus spp</i>	julho a dezembro
Peixe-pedra	<i>Geniatremus luteus</i>	julho a dezembro
Pescada-cururuca	<i>Micropogonias furnieri</i>	agosto a novembro
Pescada-amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>	abril a junho
Pescada-gó	<i>Macrodon ancylodon</i>	janeiro a dezembro
Pratiqueira	<i>Mugil spp</i>	fevereiro a maio
Sarda	<i>Pellona spp</i> <i>Scomberomorus</i>	julho a dezembro
Serra	<i>brasiliensis</i>	maio a novembro
Sete grude	<i>Nebris microps</i>	julho a dezembro
Tainha	<i>Mugil spp</i>	abril a junho
Uritinga	<i>Hexanematichthys proops</i>	janeiro a julho

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Furtado (1987) ressalta que, em geral, os pescadores relacionam a ocorrência da espécie de peixe de acordo com o tempo das águas²⁰. Segundo a autora, quando os pescadores

²⁰ Segundo Furtado (1987), a partir de agosto, princípio do verão amazônico, a vazão do rio Amazonas se torna ainda menor, as águas litorâneas tornam-se mais salgadas, dada a não interferência do regime do Amazonas. Esse período é regionalmente conhecido como o tempo da água sagada na região nordeste do Pará.

são perguntados sobre o período de safra de determinado peixe, eles referem-se da seguinte maneira “tempo do Serra, tempo da Pratiqueira, tempo da Gó”, etc. A autora explica que esse conhecimento “é resultado da intimidade que os pescadores e suas famílias mantêm com o meio natural e imediato, durante sucessivos anos.

Em estudo sobre a produção pesqueira na região nordeste paraense, Isaac e Barthem (1995) apresentam grande diversidade de artes de pesca, tipos de embarcações e variedade de pescado nas atividades da pesca artesanal, envolvendo pescadores, atravessadores e consumidor final, formando uma complexa cadeia de produção, onde o maior valor agregado do produto comercializado tende a ficar distante do pescador.

O dia-a-dia do pescador artesanal depende da safra do pescado. Existem algumas espécies que são pescadas o ano todo, como a pescada-gó, e outras que têm seu período definido, como a dourada. A diversidade de espécies em diferentes períodos de safra garante ao pescador recurso pesqueiro praticamente o ano inteiro, pois quando uma espécie sai da safra, outra logo aparece, garantindo a pescaria, conforme relata o redeiro M.S.S, 52 anos, pescador desde os 13 anos:

Quando falha a safra da gó, ou seja, de fim de maio pegando junho, ela já vai diminuindo, né? Ai quando tá mesmo precária a situação do ramo da pesca, ai a maioria daqui sobrevive da pescaria da “pegação” de sardinha. Uns beneficiam pra vender seca, outros vende pra isca dessas lanchas pesqueiras do alto.. é por isso que eu digo: sempre “vareia”. (Pesquisa de campo 2017).

A quantidade de pescado capturado varia bastante entre a safra, durante o inverno, e a entressafra, durante o verão. Durante a safra, já teve pescador que conseguiu capturar 300 kg de peixe em uma única pescaria utilizando redes de emalhar com 800 metros de comprimento.

Foto 09: Paneiro com aproximadamente 8 kg de pescado.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

No curral, também durante a safra, alguns pescadores conseguem capturar entre 100 a 350 kg de peixe, mas essa quantidade também depende de vários fatores, como a entrada de cardumes no estuário e o posicionamento do curral. A média é de 40 kg de peixe por dia, por pescador durante a safra, seja em currais, rede ou espinhel, porém vale ressaltar que existem vários fatores como duração da pescaria, tamanho da rede, quantidade de anzóis, posicionamento do apetrecho, que poderão influenciar nessa quantidade média. Durante a entressafra, a média cai para 8 kg (Foto 09).

Muitos relatos dão conta que atualmente o pescado diminuiu consideravelmente em relação ao pescado há 40 anos atrás. De acordo com os relatos de um pescador de 52 anos, há 40 anos atrás os pescadores pescavam cerca de 300 Kg de pescado em apenas uma ida à maré, durante a safra. Hoje em dia, durante a safra, o pescador não consegue nem 70 kg quando retorna da maré. Antigamente existiam vários poços de criação, chamados de *emburateua*. Hoje em dia poucos são os poços de criação, devido a prática de batção²¹. Segundo o pescador redeiro M.S.S, de 52 anos:

Antigamente tu parava num galho de pau, tu enchia um serão com peixe, tinha bagre, peixe pedra, jurupiranga, cangatá, uricica, hoje em dia você não pega. Quer dizer que ai se tu vai no emburateua, tu pega dois peixes de linha, uma corvina, uma pescada, no outro dia eles tão metendo pau em tudo, acabou-se. (Pesquisa de campo, 2017).

A quantidade pescada é utilizada para consumo e venda aos marreteiros na própria vila. Algumas vezes, os pescadores vão até a zona urbana de Bragança vender o pescado por um valor mais em conta. O valor da venda do pescado na vila varia de espécie, tamanho e tipo de beneficiamento. Quanto ao beneficiamento, o pescado pode ser limpo, com a retirada das vísceras, da cabeça e do rabo, e salgado, quando, nesse caso, os pescadores o classificam como *peixe seco* (Fotos 10 e 11). O peixe também pode ser vendido *fresco* inteiro, ou *beneficiado* através de cortes do filé e de postas. Cada classificação de peixe recebe um valor de venda diferenciado (Quadro 06).

²¹ Prática da pesca artesanal que consiste na captura do pescado através da cerca do poço onde está localizado um cardume e realização de batidas com varas para assustar o peixe fazendo com que ele seja emalhado na rede.

Foto 10: Preparo do peixe para salga.

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 11: Armazenamento do peixe salgado.

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Quadro 06: Valor da venda do pescado na área do estudo.

Pescado	<i>In natura</i> (R\$)	Salgado (R\$)	Filetado (R\$)
Pescada-gó	4,00	6,00	8,00
Pescada-Amarela	12,00	---	16,00
Corvina	5,00	---	---
Bandeirado	5,00	6,00	---
Tainha	8,00	---	---
Guaravira	1,00	---	---

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

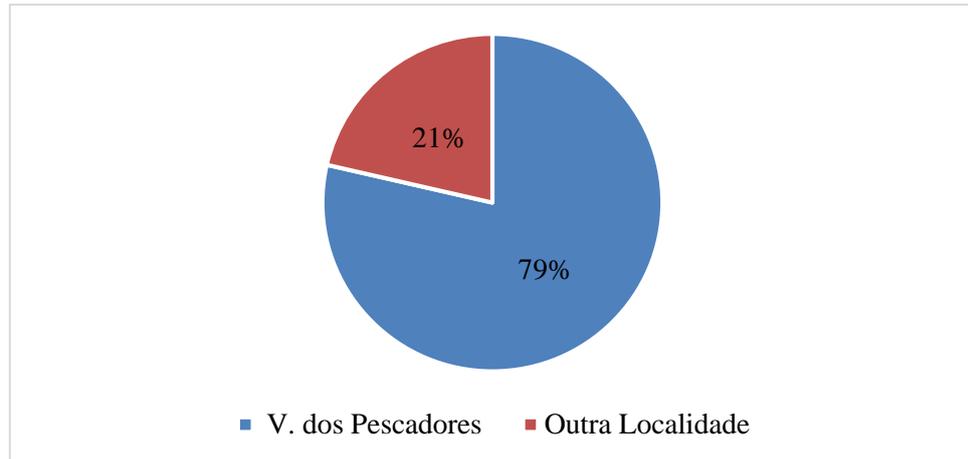
O peixe mais comercializado é a pescada-gó, vendida salgada, *in natura* ou filetada. O peixe com valor de venda mais barato é a guaravira, que apesar de ser um peixe encontrado o ano inteiro, não possui um bom valor de mercado e é pouco consumido pelos pescadores locais. Segundo o pescador A.R.P.R, 54 anos, nos últimos anos, comerciantes vêm procurando a guaravira para revender a compradores chineses, porém o valor de venda continua baixo.

4.2.1 Perfil dos Pescadores

A maioria dos pescadores são nativos da própria vila, e os poucos que não nasceram no local são oriundos de comunidades localizadas nas proximidades da região bragantina, o que leva a percepção que o fluxo migratório daqueles que procuravam o ramo da pesca no início da criação da Vila dos Pescadores diminuiu bastante (Gráfico 02). Dentre os moradores da Vila Bonifácio que foram entrevistados, apenas um pescador veio da Comunidade Campo

do Meio, o restante é oriundo da Vila dos Pescadores. O motivo que os levaram a se mudarem para a Vila Bonifácio, como já mencionado, foi o avanço da maré, o que destruiu suas casas e foi responsável pela mudança da paisagem na Vila dos Pescadores ao longo das últimas décadas.

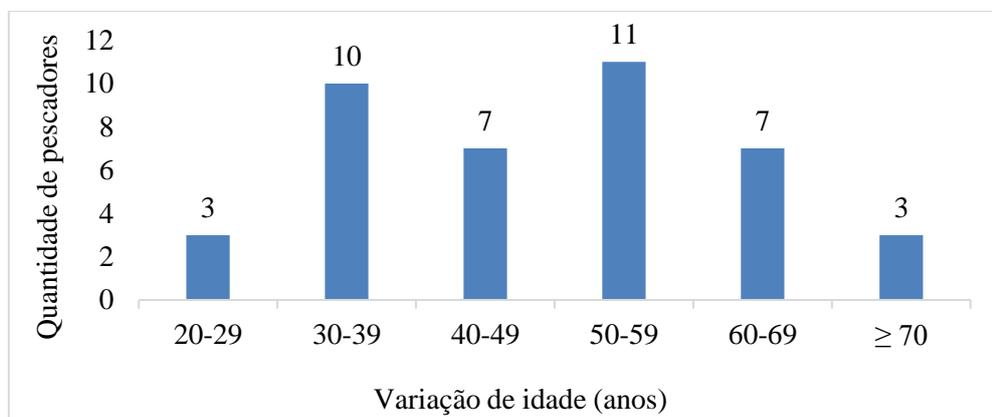
Gráfico 02: Local de nascimento dos pescadores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A média de idade dos pescadores é de 50 anos de idade, sendo o mais novo com 29 anos e o mais velho com 74 anos. A quantidade reduzida de pescadores jovens, até 29 anos (Gráfico 03) retrata a baixa entrada na atividade pelos filhos dos pescadores. Uma das hipóteses explicativas para esta situação se relaciona com a falta de incentivo dos pais para que seus filhos permaneçam no ramo da pesca. Esse resultado é notado no discurso dos pescadores mais velhos, os quais afirmam preferir que seus filhos estudem e consigam oportunidades em outras atividades, por acharem que a pesca não tem um retorno financeiro viável e por entender que a pesca está ficando cada vez mais escassa ao longo do tempo.

Gráfico 03: Faixa etária dos pescadores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Grande parte dos pescadores entende que a pesca é uma opção para pessoas que não tiveram estudos ou outras oportunidades. Pereira et al. (2006), relatam que existe pouca opção de emprego, com a maioria das mulheres desempregadas ou donas de casa e a maioria dos homens desenvolvendo atividades de pesca ou pequenos comércios na vila. Ainda segundo os autores, muitos homens e mulheres, com idade entre 20 e 40 anos, deixam a Vila dos Pescadores em busca de trabalho em outras localidades, como a cidade de Bragança.

Todos eles aprenderam a arte de pescar com seus parentes, sendo a maioria seus pais e avôs, mostrando que a transmissão de conhecimento entre gerações no passado foi bastante praticada. A maioria aprendeu a pescar ainda na fase de criança e adolescente (Tabela 02), e mesmo com a diminuição de pescado nas últimas décadas e com a quantidade reduzida de jovens pescadores na atualidade, a atividade pesqueira ainda é considerada a principal atividade econômica nas duas Vilas.

Tabela 02: Idade que os pescadores iniciaram suas atividades pesqueiras.

Faixa etária	Frequência	%
03 a 14 anos	27	65,85
15 a 18 anos	8	19,52
19 a 25 anos	4	09,76
26 a 32 anos	2	04,87
Total	41	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Nota: Média global da idade = 13 anos

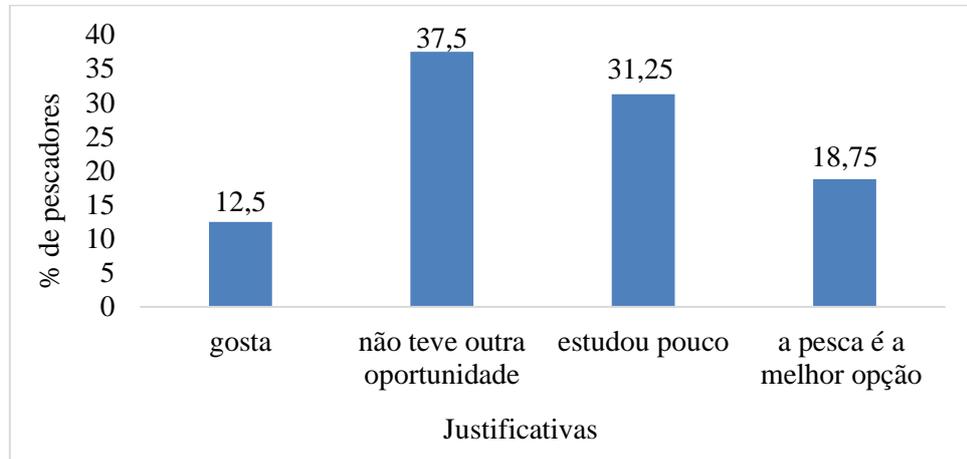
Ao analisar as mudanças socioculturais de pescadores do município de Marapanim, Estado do Pará, Furtado (1987) relaciona a solidariedade entre os indivíduos com as relações de parentesco e relações amistosas, gerando benefícios no processo produtivo, como a ajuda mútua e a mão de obra familiar.

Os motivos que levaram cada um dos entrevistados a escolherem a pesca como atividade foram diversos, como falta de oportunidade, falta de estudo e falta de opções, ou até mesmo por ser a melhor opção para quem vive na praia, tendo em vista que é a única forma de obter o alimento da família sem depender de outros empregos, sendo a forma mais fácil de ganhar dinheiro na região, tendo em vista a baixa oferta de emprego e o baixo nível de escolaridade.

Além de ser a principal fonte de renda e a garantia de proteína animal na alimentação dos moradores, e apesar de ser considerada a única opção para quem não teve a oportunidade

de estudo, uma pequena parcela de pescadores entrevistados escolheram a pesca porque gostam de realizar a atividade e já estão acostumados, apesar das dificuldades que a atividade demanda (Gráfico 04).

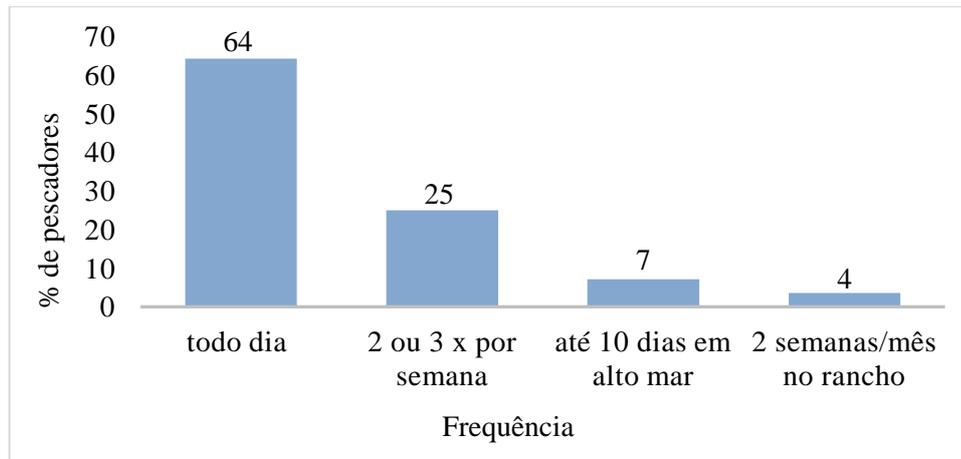
Gráfico 04: Oportunidades para escolha da atividade pesqueira.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Dentre os 41 entrevistados, apenas 4 pessoas informaram realizar outras atividades antes de tornarem-se pescadores, como cobrador de ônibus, lavrador, e estoquista de supermercado. Porém essas atividades foram realizadas antes dos entrevistados residirem nas duas vilas em questão. Os pescadores das duas vilas dedicam seu maior tempo para as atividades pesqueiras, porém 14% dos entrevistados possui pequeno comércio para venda de gêneros alimentícios. As atividades secundárias, como o comércio e a realização de pequenos bicos, como auxiliar de construção civil e serviços gerais, ajudam no orçamento familiar durante o período de entressafra pesqueira.

Em relação a frequência das atividades realizadas, 64% dos entrevistados pescam todos os dias, pelo menos uma vez por dia no estuário da região bragantina. Dentre aqueles que pescam todos os dias, os pescadores que utilizam curral realizam essa atividade frequentemente duas vezes por dia, conforme a vazante da maré. Existem aqueles que pescam duas ou três vezes por semana, representando 25% dos pescadores. Esses pescadores geralmente já são aposentados e realizam a pesca principalmente para o consumo, vendendo o excedente apenas durante a safra, quando a quantidade pescada é maior do que o necessário para o consumo da família (Gráfico 05).

Gráfico 05: Frequência da atividade pesqueira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Dentre os pescadores artesanais, também merece destaque aqueles que realizam a pesca em alto mar, ficando até 10 dias por mês longe da região bragantina. Essas embarcações frequentemente realizam a pesca na região de Curuçá e Soure. Vale ressaltar que esses pescadores, que ficam até 10 dias em alto mar, representam 7% dos entrevistados e também se consideram pescadores da resex Caeté-Taperaçu, uma vez que passam no mínimo 8 dias por mês pescando no estuário da Resex com seus apetrechos, quando não estão em alto mar.

Em relação a atividade pesqueira na região bragantina, estudos feitos por Espírito Santo (2011), através de informações obtidas durante o desembarque pesqueiro na área da REM Caeté-Taperaçu, confirmam o retrospecto da pesca artesanal realizada principalmente nos estuários, já que 93% dos pescadores preferem essa área, enquanto que 7% dos pescadores realizam suas atividades pesqueiras em mar aberto e no litoral. Os resultados desse autor ratificam os resultados apresentados neste trabalho, no que se refere a importância que os recursos pesqueiros encontrados na área da Resex exercem sobre a vida dos pescadores locais, já que esses recursos abastecem tanto as famílias locais quanto o mercado da região bragantina.

Dentre as técnicas de pescaria, que envolve o acúmulo de saberes, e que são utilizadas pelos pescadores das vilas, merecem destaque: i) o curral; ii) o espinhel; e iii) o uso de rede de emalhe. Esta última utilizada através de variadas modalidades de pesca, como puçá, tarrafa, rede para apoite, a rede para estacada, a rede para bubuia, e a rede para cerco de igarapé.

Os dados mostram que a rede de emalhar é de longe o apetrecho mais utilizado, e em menor escala temos o espinhel (Tabela 03). Entretanto, as formas de utilização da rede de

emalhar variam em termos de técnica adotada, onde encontramos o uso como rede de bubuia, o apoite, a estacada, o arrasto, e o cerco.

Tabela 03: Tipos de apetrechos da pesca artesanal.

Tipo de apetrecho	Frequência	%
Redes de pesca	24	58,53
Curral de pesca	13	31,71
Espinhel	04	09,76
Total	41	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

As mais variadas formas de pescar despertam a curiosidade sobre quais os motivos levam o pescador a utilizar um determinado tipo de apetrecho em detrimento de outro. Um curral ao invés de um espinhel. Uma rede apoitada ao invés de uma rede de estacada. Vários fatores são determinantes para a escolha do método e apetrecho utilizados pelo pescador. O simples medo da maré, ou o fato de não saber nadar, ou ainda não possuir uma embarcação para navegar, pode ser determinante para que o pescador opte pelo uso de rede de cerca ou curral de beira nas margens dos rios ou igarapés. Dentre os 24 pescadores que utilizam rede, 4 informaram que utilizam a estacada na beira da praia porque não possuem embarcação. Outros 2 pescadores justificaram que pescam apenas na beira da praia porque não sabem nadar e têm medo de enfrentar fortes ventos e ondas no mar.

A escolha individual por cada um desses apetrechos foi resultado de diversos fatores. O aprendizado repassado pelos pais e avôs é um fator de escolha muito presente nas vilas pesquisadas. Como exemplo podemos citar a Família Melo, tendo o patriarca Luiz Melo, 71 anos, repassado o conhecimento da pesca com curral para 6 de seus descendentes. A facilidade de captura do pescado é outro elemento igualmente importante nesta tomada de decisão. A esse respeito, o pescador M.S.S, 52 anos, relata sua preferência pela rede de bubuia ao invés do espinhel, já que, segundo o pescador, “o espinhel só mata o peixe se ele estiver com fome”, diferente da rede que não depende de isca.

O acesso ao material para confecção dos apetrechos, também é um fator determinante para a escolha do tipo de pesca. O pescador A.M.M, 57 anos, por exemplo, prefere a pesca com espinhel, já que os gastos com linha, anzóis e chumbada é inferior ao gasto com material para confecção de redes de pesca. Além disso, o entalhamento das redes requer conhecimento aprofundado, para que a rede não apresente defeitos.

Os pescadores também escolhem os apetrechos que proporcionam a pesca de espécies por tamanho, como por exemplo, um pescador que prefere a rede, apesar de ser um pouco mais caro, mas ele prefere a rede porque consegue ir atrás do peixe. Alguns pescadores relataram que o peixe capturado através de curral é um peixe muito pequeno, levando alguns pescadores preferirem capturar o peixe mais graúdo, com a rede, devido a malha da rede ser maior, possibilitando a captura de peixes maiores.

Em relação à embarcação utilizada, com a modernização dos equipamentos e apetrechos, muitos pescadores deixaram de utilizar embarcação a remo, nos últimos 20 anos, e passaram a utilizar as inovações tecnológicas, como o motor conhecido popularmente como rabeta.

Cada pescador define sua frequência de pescaria baseada em fatores como: período de safra; qualidade da água do mar; período da lua; vasão da maré; clima. Segundo um pescador local, em épocas de vento forte, entre setembro e novembro, muitos pescadores deixam de ir pescar para evitar o mar agitado e o perigo de sofrer algum acidente. Outro pescador relatou que em época de entressafra, dependendo da maré, não vai até seu curral para coletar os peixes capturados, pois em muitas ocasiões, a quantidade de peixe capturado não vale o esforço.

Longe de considerar os pescadores locais como autossuficientes e dependentes exclusivos da natureza, tendo em vista o acesso a tecnologias, como fios de nylon, muito utilizados para confeccionar redes de pesca, uso de anzóis de aço, ou a utilização de motores de propulsão, os pescadores ainda preservam o conhecimento transmitido por seus antepassados familiares como estratégias para realizar a pesca, buscando driblar as dificuldades, tendo em vista a crescente escassez dos estoques pesqueiros na região.

4.2.2 Áreas de pesca

A área escolhida pelos pescadores varia de acordo com o conhecimento de cada um. Alguns já possuem local de pesca fixo, como os pescadores que usam estacada e currais, que possuem um lugar definido em bancos de areia onde ficam instalados seus apetrechos. Os pescadores da Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio, em sua maioria, pescam nas áreas de estuário, onde há predomínio de diversidade de espécies e está localizado nas proximidades da costa.

Os pescadores de espinhel indicam as *emburateuas* e *lageiros* como os melhores locais para lançar os anzóis, pois esses locais são considerados áreas de concentração de diversas

espécies. Segundo os pescadores entrevistados, os *emburateuas* são ambientes formados pela queda de galhos e paus da vegetação de manguezal, que ao cair no leito do rio formam abrigos de proteção à diversas espécies de pescado. Segundo relato do pescador A.M.M, 57 anos, “o emburateua é a toca onde o peixe se abriga. Ele vai cavando onde o pau tá caído e lá faz a sua morada”. Os pescadores de rede de bubuia preferem observar o comportamento dos peixes e ir em busca do cardume.

Estudos realizados por Repinaldo Filho (2012), em relação ao conhecimento ecológico de pescadores artesanais na região bragantina, mostram que os *emburateuas* são áreas com elevada produtividade pesqueira, riqueza de espécies, frequente reprodução de diversas espécies, e moradia para importantes espécies de peixes comerciais. Segundo o autor, os *emburateuas* caracterizam-se como importante microhabitat nos estuários da REM de Caeté-Taperaçu.

Em relação à escolha do local de pesca, podemos observar que a maioria dos pescadores preferem ir aonde o peixe está para capturá-lo, seja em rio, estuário ou em alto-mar (Tabela 04). Sobre essa liberdade de escolha do lugar de pesca e considerando o direito público do uso do mar, Furtado (1987, p. 14) explica que “[...] o pescador é estimulado a pescar onde melhor lhe convier, pois sabe que em qualquer parte está usando um direito que lhe é inalienável”. Porém, as condições do mar e da embarcação existente também são levadas em consideração para a escolha do local de pesca.

Tabela 04: Escolha do local de pesca.

Local da pesca	Frequência	%
Onde tem peixe	15	36,57
Estuário/rio	13	31,71
Emburateua/lageado	09	21,95
Alto mar	04	09,76
Total	41	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

As escolhas dos apetrechos pelos pescadores artesanais, apesar de parecer obsoletas pela sua simplicidade, é considerada por Nery (1995) de suma importância socioeconômica, uma vez que é através desses apetrechos que os pescadores conseguem atender a demanda tanto local quanto regional. A Tabela 5 apresenta os principais apetrechos utilizados pelos pescadores, bem como sua estratégia de captura e espécies alvos.

Tabela 05: Especificações dos diversos usos de apetrechos na V. dos Pescadores e V. Bonifácio.

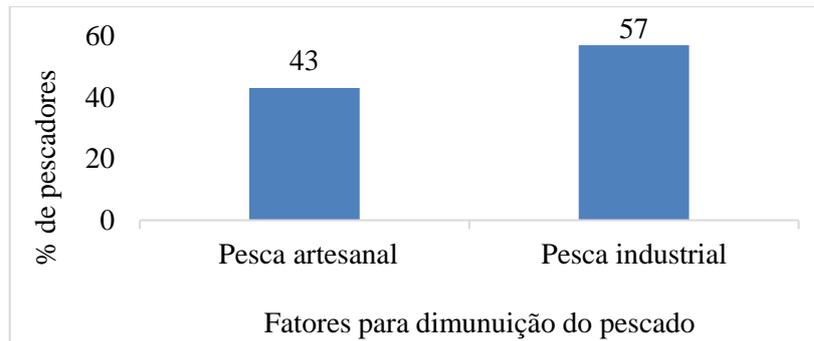
Tipo	Espécie alvo	Malha entre nós*/anzóis	Posição	Modo de uso
arrastão	Camarão	18-25 mm	fundo	Arrastada
bubuia	peixes da superfície	30 mm	superfície	à deriva
caiqueira	caíca/tainha	18-20 mm	superfície	Cerco
corvineira	Corvina	40-60 mm	superfície	à deriva
espinhel	peixes do fundo	até 600 anzóis	meia água/fundo	fixados com boia
curral	peixes diversos	25-30 mm	bancos de areia	fixados em croa
estacada	peixes diversos	25-35 mm	bancos de areia/praias	fixados em croa
apoitada	peixes do fundo	25-40 mm	meia água/fundo	boia e apoite
gozeira	pescada-gó	35-45 mm	meia água	Apoitada

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

4.2.3 A diminuição do pescado e os conflitos pela captura

Durante as entrevistas com os pescadores, foi possível observar as dificuldades enfrentadas por eles devido a constante diminuição do pescado no decorrer dos últimos anos. As dificuldades na captura do pescado é, segundo os pescadores entrevistados, consequência de dois principais fatores: i) as formas de uso de apetrechos na pesca artesanal, com aumento da quantidade e do comprimento das redes, diminuição da espessura das malhas tanto do curral quanto das redes utilizadas à deriva ou apoitadas; e ii) as formas de captura realizada pela pesca industrial, fora dos limites da REM Caeté-Taperaçu. Segundo relato dos pescadores locais, a pesca industrial utiliza mais de 4 mil metros de rede por embarcação, realizando arrastão, desperdiçando espécies consideradas não comerciais.

De acordo com 43% dos entrevistados, a pesca artesanal também pode afetar a disponibilidade do pescado. Isso ocorre, na opinião dos pescadores, quando: são usadas redes com mais de 2 mil metros de comprimento; currais são utilizados com malha miúda, abaixo de 30 mm entre nós e; redes apoitadas são utilizadas em locais de berçário de diversas espécies. Por outro lado, 57% dos pescadores entrevistados entendem que a forma de captura pela pesca industrial, através do uso de extensas redes de arrasto de camarão, causa o estrago de toneladas de espécies da fauna marinha acompanhante localizadas em alto mar e que não possuem valor comercial (Gráfico 06).

Gráfico 06: Problemas referentes a diminuição do pescado.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Os resultados apresentados também mostram que a forma como os pescadores artesanais vêm desenvolvendo suas atividades está causando insatisfação aos pescadores, já que 65% dos entrevistados informaram existir conflitos internos entre pescadores artesanais, uma vez que os mesmos disputam recurso cada vez mais escasso e utilizam estratégias que causam concorrência entre si (Gráfico 07).

Gráfico 07: Opinião sobre existência de conflitos por disputa por pescado.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Os conflitos ocorrem entre pescadores que utilizam o mesmo apetrecho, como redeiros que reclamam do uso excessivo de redes na maré; e entre pescadores que utilizam apetrechos diferentes, como o redeiro quando reclama do curralista por usar malha muito miúda nos currais, ou pescadores de espinhel que reclamam do uso de redes apoiadas em *emburateuas*, alegando ser esse um dos motivos para diminuição do pescado.

A disputa por pescado na região bragantina tem sua origem nas modificações que a pesca de pequena escala vem sofrendo nas últimas décadas. Em estudos sobre desembarque pesqueiro na região bragantina, Espírito-Santo e Isaac (2012) apontam um aumento de 300% da frota pesqueira em relação a décadas anteriores. Segundo os autores, 576 embarcações

atuaram na exploração de pescado na região Bragantina em 2012, sendo 44% das embarcações do tipo montaria. Ainda, segundo os autores, esse incremento pode estar relacionado a aquisição de financiamentos do FNO/BASA.

4.3 A PESCA DE ESPINHEL

Os espinheis são anzóis amarrados em linhas e fixados em boias que são atirados em áreas de pesqueiro. Segundo informações dos moradores, aproximadamente 10 pescadores realizam a atividade pesqueira com espinhel nas Vilas dos Pescadores e Bonifácio. A quantidade de anzóis em cada espinhel utilizado pelos pescadores varia entre 300 a 600 anzóis. Porém, o Plano de Utilização delimita a quantidade máxima de 300 anzóis por pescador nos furos, rios e *emburateuas*. Já nas bacias dos rios e canais, o Plano de Utilização permite espinheis com o número máximo de 1.000 anzóis.

Os pontos de pesca preferidos são os *emburateuas e lageiros*, onde se concentram várias espécies de peixes que aproveitam o microhabitat, criado pela existência de pedras e galhos caídos das margens dos rios e levados pela maré, para buscar alimento e abrigo para o desenvolvimento das espécies. Os principais peixes capturados por espinhel são as diversas variedades de bagre, corvina, pescada, pacamum, arraia, etc.

Ao ser questionado sobre o uso acima de 300 anzóis em *emburateuas*, o pescador artesanal identificado como A.M.M, 57 anos, informou o seguinte:

Eu nunca ouvi dizer que pescar de espinhel fosse proibido. Agora, bater timbó e zangaria, aí isso eu sei que é proibido, porque o espinhel só vem pegar o peixe que tá com fome. O que tá de barriga cheia não vem.... Aqui a gente usa uma base de 300 a 600 anzóis nos *emburateuas*. (Pesquisa de campo, 2017).

A informação de A.M.M, remete que as regras definidas no Plano de Utilização são comentadas entre eles, gerando aceitações ou objeções. Apesar do Plano permitir espinheis com até 300 anzóis nos *emburateuas*, alguns pescadores utilizam anzóis acima do permitido (Quadro 07). Vale ressaltar que apesar dessa quantidade estar fora dos padrões permitidos, os pescadores que a utilizam não veem ameaça às espécies capturadas, já que a captura é seletiva, ou seja, apenas os peixes com fome são capturados. Por sua vez, isso não ocorre com o uso da rede, já que este apetrecho, segundo os pescadores, captura maior quantidade e afugenta aqueles que não são capturados.

Quadro 07: Regras sobre uso de espinhel na REM Caeté-Taperaçu.

Plano de Utilização	Realizada pelos pescadores
Anzol com linha e espinhel, sendo que cada pescador pode ter no máximo 300 anzóis, com o número de 06 a 10, dentro dos furos, rios e emburateuas. (p. 03).	Espinhéis com 300 a 600 anzóis nos emburateuas, furos, rios e baia.
Pesca de espinhel nas bacias dos rios e canais, com o máximo de 1.000 anzóis para cada pescador, numeração de 06 a 10. (p.03).	

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 12: Pescador organizando espinhel.

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Segundo os pescadores, o espinhel, diferentemente da rede de pesca, não prejudica a procriação de espécies nos *emburateuas*, tendo em vista que o espinhel captura apenas os peixes selecionados de acordo com o anzol utilizado. O uso de espinhel é considerado pelos pescadores como um dos apetrechos mais baratos, pois não são necessários gastos com a compra e entalhamento de redes, e nem com aquisição de madeira, como no caso dos currais e estacadas. O único gasto necessário é a aquisição de anzóis, linha, chumbada, boias e disponibilidade de pequena embarcação, conhecida como montaria. Quanto aos cuidados com o apetrecho, o pescador A.M.M informou que os espinheis devem ser organizados na embarcação antes da pescaria, visando evitar acidentes com os vários anzóis (Foto 12).

4.4 A PESCA DE REDE

As redes de emalhe são os instrumentos mais utilizados para a pesca artesanal na área estudada. Os tipos, tamanhos e disposição dessas redes variam de acordo com a espécie a ser

capturada e a forma como o apetrecho será utilizado. Os pescadores redeiros atribuem nomes às redes de acordo com o peixe a ser capturado, ou ao modo de captura, como por exemplo a gozeira, caiqueira, e corvineira (Foto 13), utilizadas para pescar a pescada-gó, tainha pequena, conhecida localmente como caíca, e corvina, respectivamente. A rede *bubuia* (Foto 14) são nomeadas dessa forma por capturarem o pescado através de redes à deriva na maré, amarradas em boias, denominadas redes de *bubuia*. As redes fundeadas através de pesos, como âncoras, pedras e ferros (Foto 15) são denominadas redes de *apoite* (Foto 16). O arrastão é utilizado por dois pescadores, posicionados alinhadamente, onde cada um segura a extremidade de um puçá, arrastando-o na beira de rios ou praias, ou através de redes arrastadas por duas canoas ao longo dos rios do estuário.

Os Pescadores que utilizam rede de pesca optam por fios de nylon e fios de algodão com variadas espessuras, dependendo do tipo e tamanho de pescado, e da estratégia de captura que irá utilizar. Para a captura da corvina, o pescador utiliza a rede de fios de algodão com espessura mediana. Já a rede para capturar pratiqueira, é de nylon, com espessura fina, tendo em vista o tamanho pequeno/mediano do peixe capturado.

As redes de pesca, isopores e outros materiais, como chumbada, são comprados em estabelecimentos específicos para o comércio da pesca na cidade de Bragança. Esses apetrechos são comprados semi-prontos para a pesca, havendo a necessidade de o pescador realizar o entalhamento das redes, o que consiste na costura das redes no tamanho desejado e a inserção de cabos, boias e chumbadas.

Foto 13: Rede corvineira em montaria.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 14: Redes de bubuia em rancho.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 15: Âncora e pedra para apoite.

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 16: Rede apoiada na maré.

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

As redes tanto de bubuia quanto de apoite e de arraste possuem variação de comprimento entre 100 metros e 2000 metros. Cada 100 metros de rede entalhada é denominada de *panagem*. Portanto, uma rede com 5 *panagens* possui 500 metros de comprimento. Quanto ao diâmetro das malhas, as redes variam entre 18 a 60 milímetros entre os nós, possuindo maior diâmetro para captura de peixes maiores, como a corvina e menor diâmetro para peixes menores, como a caíca e a sardinha, muito utilizadas para isca.

As especificações dos apetrechos utilizados pelos pescadores são escolhidas de acordo com a necessidade de captura do pescado, podendo variar de acordo com o local onde o peixe se encontra, tamanho da espécie e variedade. Alguns pescadores utilizam a rede tipo caiqueira com espessura da malha entre 18 e 20 milímetros, por tratar-se de uma espécie considerada pequena, com no máximo 30 centímetros de comprimento na fase adulta.

Segundo os pescadores, as malhas com espessura superiores à 20 milímetros dificilmente conseguem capturar a caíca. Porém, o Plano de Utilização define a espessura mínima para as redes de pesca em 25 milímetros e no máximo 1.000 metros de comprimento. Em relação à espessura e ao tamanho da abertura da malha usadas à deriva, as quais variam dependendo de qual espécie irá capturar, os pescadores denominam as redes como gozeira, serreira, tainheira, corvineira e caiqueira (Quadro 08).

Quadro 08: Regras do Plano de Utilização e regras usadas por curralistas.

Nomenclatura das Malhas	Comprimento mínimo da malha (mm) definido no Plano de Utilização	Comp. das malhas medidas entre nós (mm) usadas pelos pescadores
-------------------------	--	---

Tainheira	35 (bacias e canais) 25 (furos e rios)	35 a 40
Serreira		40
Corvineira		50 a 60
Caiqueira		20
Sardinheira		15 a 18

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Outro problema relatado foi a diminuição do tamanho dos peixes capturados, o que leva os pescadores artesanais diminuírem a espessura da rede ao longo dos últimos 10 anos. Essas particularidades remetem a necessidade de revisão do Plano de Utilização e adaptação para a atual realidade da pesca artesanal na REM Caeté-Taperaçu.

A posição desses apetrechos em relação ao nível do mar varia entre a superfície, meia água e fundo, dependendo da profundidade onde as diversas espécies se encontram. O modo de uso dos apetrechos nas diferentes profundidades de pesca varia conforme a profundidade da área de pesca e o tipo de peixe a ser capturado. As redes que ficam a deriva, levadas pela maré ou através de cercos direcionados pelo pescador, como a bubuia, caiqueira, corvineira e gozeira, capturam as espécies localizadas entre a superfície e meia água. Já as redes apoitadas e de arrastão, capturam as espécies encontradas entre meia água e o fundo.

Segundo o Plano de Utilização, o tamanho máximo do comprimento de redes de pesca permitidos na área da Resex é de 1.000 metros. Porém, alguns apetrechos possuem até 4.000 metros de comprimento, sendo, portanto, quatro vezes maior que o comprimento estabelecido no Plano de Utilização. Já em relação ao comprimento das malhas, há variação de tamanho. As redes do tipo caiqueira e sardinheira são utilizadas pelos pescadores em desacordo com o tamanho de malha definido no Plano de Utilização.

Além do apetrecho, o local da pesca também merece análise. Nesse sentido, alguns pescadores mostraram-se descontentes com a prática da pesca com redes de emalhes e *batição* nos poços de criação, denominados *emburateuas*. Segundo esses pescadores contrários à atividade, o uso da rede e a *batição* espanta os peixes do local, causando a escassez de várias espécies durante muitas safras.

Sobre a *batição*, Maneschy (1995) cita essa atividade onde participavam entre 8 a 30 homens. Segundo a autora, os pescadores tinham diferentes funções como o arrasto da rede da praia até a margem e bater na água para espantar o peixe:

Os pescadores levavam a rede para um poço, que é uma área funda próxima a praia e, daí, arrastavam-na a pé, em direção à margem. Alguns dos participantes

realizavam a tarefa de puxar a rede, outros atuavam como bulheiros, ou seja, munidos de uma vara, ficavam batendo na água, em locais estratégico, para que os peixes fugissem em direção à rede. Eram recorrentes também, na época, as tapagens de igarapés, mantidas ainda hoje por alguns pescadores, como uma modalidade de pesca complementar. (MANESCHY, 1995, p. 60-61).

Como justificativa para o uso de redes com comprimento inferior ao definido no Plano de Utilização, os pescadores alegam que o tamanho definido no documento impossibilita a captura do pescado devido ao tamanho das espécies. Sobre a caiqueira (Foto 17), o pescador U.A.S, 74 anos, relata: “Nunca vi alguém pegar uma caíca com rede acima de vinte. Ah, não pega não. Assim o pescador morre de fome”. Relatos como este, demonstra a necessidade na rediscussão do Plano de Utilização com estudos que mostrem a dinâmica de crescimento e maturidade das espécies de pescado visando o ordenamento pesqueiro na Resex.

Foto 17: Rede caiqueira.



Foto 18: Redes de bubuia.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017. Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

As embarcações utilizadas pelos pescadores variam de 4 a 8 metros e são denominadas de montaria (Foto 19). As predominâncias dos motores de propulsão são as rabetas, aumentando a abrangência de deslocamento dos pescadores. Embarcações a vela e a remo também são bastante frequente. Devido ao tamanho e potência das embarcações, as atividades de pesca são utilizadas em rios, furos, canais e na área costeira das proximidades da Vila dos Pescadores.

Sobre o uso de motores de propulsão em relação ao uso de vela e remo, Furtado (1987) aponta como fator positivo a facilidade de locomoção e ganho de tempo no deslocamento para vários pontos de pesca. Já como fator negativo, a autora aponta o relato de pescadores sobre a possibilidade de prego no motor e o barulho de seu funcionamento, causando fuga do peixe.

Foto 19: Embarcações utilizadas pelos pescadores locais.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

4.4.1 A prática da rede de estacada

A rede de estacada é uma modalidade de pescaria muito utilizada na Vila dos Pecadores e Vila Bonifácio. Essa atividade consiste na utilização de redes de nylon com abertura entre 20 milímetros e 35 milímetros entre nós e variando entre 100 metros a 2.000 metros de comprimento e 2 metros de altura. Essas redes são penduradas em varas de madeira e colocadas em bancos de areia no meio de rios ou em praias. As redes de estacada ficam submersas apenas durante a maré cheia, enquanto que na vazante, com a rede disposta na superfície, o pescador realiza a despesca.

As redes de estacada são utilizadas periodicamente durante a fase de quarto de lua crescente e minguante, sendo utilizadas 5 dias durante o quarto crescente e 5 dias durante o quarto minguante. Durante os outros dias a rede é retirada das estacas. Alguns pescadores utilizam a rede de estacada durante 15 dias, deixando as estacas fincadas no banco de areia para delimitar o local de uso.

O senhor A.F, 56 anos, é um pescador de rede de estacada. Ele usa uma rede com 1.000 metros de comprimento e malha de 30 milímetros entre nós. A.F coloca a estacada em um banco de areia na praia, em frente ao porto da Vila dos Pescadores, sendo necessário o uso de canoa para chegar até lá.

Durante a safra, A.F consegue pescar 150 quilos de peixe, das espécies pescada gó, corvina, bandeirado, pratiqueira e pescada amarela. Segundo A.F, a rede de estacada com malha de 30 mm, apesar de ser um pouco mais cara, consegue capturar peixe mais graúdo, e

com isso possibilita maior preço de venda, em relação aos peixes menores capturados em curral. Além disso ele confirmou o que alguns pescadores haviam dito sobre a questão da rede capturar peixe mais graúdo. A.F informou que o peixe capturado em curral é um peixe muito pequeno e por isso prefere pegar o peixe um pouco mais graúdo, com a rede, por causa da malha da rede que usa, que é graúda. Ele diz que o tamanho da malha do curral é tão pequeno que só consegue capturar peixe pequeno, principalmente a pescada gó.

O pescador M.M.A, 62 anos, possui 4 currais de pesca, porém na época de verão, o curral não costuma apresentar bom rendimento, já que a quantidade de pescado diminui bastante. Com isso, a partir de agosto, M.M.A desativa os currais e utiliza 1.000 metros de rede de estacada com malha de 30 mm, no mesmo banco de areia onde estão localizados seus currais (Foto 20).

A pesca com rede de estacada também é uma opção para aqueles pescadores que não possuem embarcação, uma vez que o apetrecho pode ser colocado na beira da praia. Alguns pescadores mais idosos que não possuem mais vigor físico para navegar, optam pela utilização de rede de estacada na beira da praia da Vila dos Pescadores (Foto 21).

Foto 20: Estacada em banco de areia.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 21: Estacada em beira de praia.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Quanto às definições de espessura de malha e comprimento de rede para o uso de redes de estacada, o Plano de Utilização não especifica os tamanhos mínimos. Entretanto, o Plano define, para pesca nos rios e furos, redes com até 300 metros de comprimento e malha com no mínimo 25 mm entre nós. Levando em consideração as redes observadas no banco de areia e na beira da praia, quanto ao tamanho mínimo da malha, ambas obedecem ao Plano e

Utilização. Porém quanto ao comprimento da rede, ambas ultrapassaram os 300 metros permitidos.

4.5 A PESCA DE CURRAL

O curral é uma armadilha fixa de pesca, que captura o pescado de acordo com a direção da corrente marinha que passa pela armadilha. Existem algumas variações na estrutura do curral. Na Vila dos Pescadores e Bonifácio são encontrados 2 tipos de curral: i) o curral de beira de rio, chamado cacuri e; ii) o curral localizado no meio da baía, chamado curral de enfia, ou curral de croa. Além da localização, a diferença entre esses dois currais é o material utilizado para sua confecção. O curral de beira, ou cacurí (Foto 22), está localizado às margens dos rios, já o curral de enfia está localizado em bancos de areia, popularmente conhecidos como croa, localizados na região costeira (Foto 23). Além disso, o curral de enfia, devido sua localização, é capaz de capturar maior quantidade de pescado em relação ao curral de cacuri.

Foto 22: Curral de cacuri (beira).



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 23: Curral de enfia (croa).



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Vale destacar que os dois currais de cacuri identificados nesta pesquisa não foram contabilizados já que se encontravam abandonados. Segundo o proprietário, os currais encontram-se em desuso temporariamente, devido ao investimento, neste ano, do tempo e do dinheiro na manutenção do curral de croa, também pertencente à família, por ser considerado mais viável na questão produtiva.

Os currais são confeccionados com varas de madeira, instaladas em beiras de praia ou em barras arenosas, no meio dos rios ou no mar, com cerca de 20 a 30 metros de extensão.

Essas armadilhas funcionam através da entrada de peixes durante a maré cheia. Quando ocorre a vazante da maré, os peixes ficam aprisionados, quando então os pescadores realizam a despesca. As varas utilizadas para construção são encontradas em matas de capoeira ou de manguezais próximos a Ajuruteua. O processo de construção dos currais pode durar cerca de dois meses. Geralmente os pescadores extraem as varas, chamadas de peças, para o curral, nos meses de janeiro e fevereiro, para que no mês de março os currais comecem a ser construídos.

Um curral é despescado duas vezes por dia, sempre durante a vazante da maré, capturando diversas espécies, conforme a safra. Devido ao regime de maré, com a ocorrência de enchente e vazante a cada seis horas por dia, o período de permanência nas croas é de até 4 horas. Caso esse limite de tempo seja ultrapassado há riscos de as pessoas ficarem ilhadas.

O uso do curral na Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio foi bastante difundido pela família Melo. Segundo o seu Lázaro, desde ano de 1913, quando a Vila foi fundada, a prática dos curralistas já existia. Segundo seu Luiz Melo, os currais de antigamente não eram como os currais feitos atualmente. Há 40 anos atrás, os currais eram confeccionados com bambu – *Bambusa vulgaris*, marajá – *Bactris maraja*, taboca - *Guadua macrostachya* e, jacitara - *Desmoncus poliacanthus*, espécies encontradas em mata de terra firme. Atualmente as espécies utilizadas variam entre siriubeira - *Avicennia germinans* (L.) Stearn., mangueiro - *Rhizophora mangle* L. e tinteiro - *Laguncularia racemosa* Gaertn., ambas espécies pertencentes ao ecossistema manguezal.

Segundo relato de pescadores, com o passar do tempo, as espécies de terra-firme foram diminuindo, tendo em vista a frequente extração vegetal e urbanização. A distância percorrida para acesso a essas espécies, que com o passar do tempo ficava mais distante, levou os pescadores a procurarem outras espécies vegetais, como a siriubeira, o mangueiro e o tinteiro, bastante abundante nos manguezais localizados próximos à comunidade pesqueira.

Outra mudança entre os currais utilizados nas primeiras décadas de existência da Vila e os currais atuais, é o uso da tela de nylon, que substituiu as talas de bambu. Além disso, segundo o seu Lázaro, a quantidade de currais há 40 anos atrás era muito maior que a quantidade encontrada hoje. Se antes existiam entre 45 e 50 currais, hoje existem apenas 20 currais na Vila dos Pescadores.

Aqui teve vez da gente conferir de 45.. 50 curral, era o forte mesmo era o curral. E era tudo no sal, não existia gelo, era tudo só beneficiado, salgado e levado pra Bragança de canoa a remo, não existia motor, nem canoa motorizada não existia. (Pesquisa de campo, 2017).

Segundo relato do pescador L.A.F, 59 anos, a quantidade de currais no passado era maior porque não havia gastos, já que os componentes do curral eram retirados dos próprios recursos naturais existentes na região, como varas de bambu, arvores de mangue e cipós. Porém, os currais começaram a ser substituídos por redes de emalhar devido a diminuição de entrada de pescado no estuário, já que, através da rede de emalhar, o pescador adquire mobilidade para deslocamento em busca do pescado, diferente do curral, que se apresenta como uma arte de pesca fixa. Sobre a quantidade de redes de emalhe, L.A.F afirma:

Tem muita rede aqui. O que sobrava dos curralistas agora tá faltando de curral e tá sobrando de material de malhadeira, né? Porque ai eles vão pescar, o peixe se depara com a rede deles e o que eles não matam voltam, que nem agora, só entra peixe de maré grande pra cá. (Pesquisa de campo, 2017).

Diante da diminuição dos recursos pesqueiros na região da REM Caeté-Taperaçu, percebemos a mudança de estratégia para captura do pescado, através da substituição de currais pelo uso de redes de emalhar. O tamanho do pescado também é um fator considerado para a tomada de decisão do apetrecho a ser usado. Nos currais, o tamanho da malha varia entre 20 e 30 milímetros acarretando a captura de peixes em fase juvenil. Já os peixes capturados em rede de emalhe, que na maioria das vezes varia entre 25 e 60 milímetros entre os nós da malha, são maiores, e por isso são vendidos por um preço mais elevado e com maior aceitação no mercado.

Outro fator relatado por L.A.F sobre a diminuição dos currais, é o desgaste que o curralista enfrenta em relação ao pescador de rede. Enquanto o pescador de curral tem que despescar duas vezes por dia, conforme o fluxo da maré, o pescador de rede só sai para o mar uma vez no dia. Segundo L.A.F:

É porque o pescador sai de manhã, o mais tardar 1, 2 horas da tarde ele chega, ai ele só vai pescar outro dia. E o curraleiro ele chegou ainda agora, tem muitos que estão retalhando gó, outros estão gelando, e mais tarde, nem bem termina aquela atividade ele já vai de novo pro curral. Ele tem que, dentro de 12 horas, ir duas vezes no curral. E o pescador de rede não, olha..chegou, os barcos ficam tudo parado. E o peixe é mais caro e mais graúdo o peixe das redes. Porque tem vários tipos de rede, olha, essa ai é uma 35, essa ai é uma gozeira, mas tem a serreira que pega peixe mais graúdo. (Pesquisa de campo, 2017).

Em estudos sobre mudanças socioculturais dos curralistas e redeiros de Marudá, Furtado (1987) relata a quebra de equilíbrio entre o homem e seu meio rural, em uma comunidade pesqueira, a partir do crescimento populacional da comunidade local, juntamente com o aumento do contato com o meio urbano, através da abertura de rodovias e ampliação do mercado consumidor. Nesse sentido, podemos justificar as mudanças das práticas dos

pescadores da REM Caeté-Taperaçu devido as compulsões demográficas, econômicas e sociais mencionados pela autora.

Os currais utilizados pelos moradores das duas vilas são denominados currais de enfia, por serem construídos em bancos de areia na margem continental. Os currais de enfia possuem dois componentes: a caixa ou chiqueiro, onde os peixes ficam detidos; e as espias, um tipo de cerca, por onde os peixes são induzidos a percorrer até a caixa.

Na área de maré que abrange a Vila dos Pescadores e a Vila Bonifácio, existem 20 currais. Em média, segundo os próprios donos, um curral custa R\$ 3.250,00 para ser construído, considerando a retirada de madeira em áreas de mangue, aquisição de material como pregos, cordas, tela²², aluguel de bomba d'água²³ e combustível para motor da embarcação. O valor mais caro de um curral foi estimado em R\$ 5.000,00 e o mais barato R\$ 2.000,00. Além de ser bastante oneroso, se comparado a outros apetrechos artesanais, o curral é considerado por muitos pescadores artesanais como uma atividade desgastante tanto pela construção quanto pela despesca, que ocorre duas vezes por dia.

Como resultado desse alto gasto, o pescador artesanal, que na maioria das vezes não possui o recurso financeiro, acaba fazendo empréstimos com atravessadores, chamados “marreteiros” ou “patrões”. Esses “patrões” financiam a construção do curral e recebem o investimento através da produção do pescado. Segundo o curralista D.M.S, 66 anos:

É porque se você chega aqui querendo fazer um curral, e não ter o material, você se encosta com um atravessador desse ele vai bancar o seu curral até você começar a pescar, pra ele ficar com a produção. Ai a pessoa fica sujeita aquele patrão, porque ele foi o banqueiro, né? Ele bancou o curral. (Pesquisa de campo, 2017).

Porém, nem sempre foi assim. Segundo o curralista L.A.F, 59 anos, antigamente os pescadores não compravam material, apenas retiravam a madeira da mata ou do manguezal e construía o curral com ajuda de amigos e parentes. Além disso, não havia a compra de panagem de rede, considerado por muitos pescadores como o item mais caro na construção do curral, conforme relata L.A.F:

De primeiro não se comprava, né? O material do curral era feito tudo na base do bambu, e o bambu não era comprado, era mais fácil. Era mais difícil pra fazer porque custava (tempo) mais, né? O curral de bambu você trabalha 1 mês pra fazer ele e o curral de hoje, você tendo dinheiro, você vai numa loja, compra a rede, a rede vem pronta e você só vai cortar ela de acordo com o tamanho do curral. O curral de bambu você passa 3 dias pra cobrir ele e o de tela de plástico, em 2 horas, 3 pessoas montam a tela do chiqueiro. (Pesquisa de campo, 2017).

²² A tela é chamada pelos pescadores para a rede entalhada usada como cercamento do chiqueiro do curral.

²³ A bomba d'água é um motor utilizado para amolecer a areia e fincar os mourões e varas do curral.

Para a retirada de varas e mourões em área de manguezal, bem como seu transporte até a praia (Foto 24), em alguns casos, é pago um valor pelo serviço a terceiros, pois o local da retirada está fora das vilas estudadas. O local de retirada da madeira para construção do curral está situado em área de manguezal, encontrado em 4 localidades diferentes conhecidas como Furo do Meio, Ponte Grande, Tapuipeua e Chavascal.

Foto 24: Varas de siriubeira e tinteira.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

As espécies de mangue utilizadas são: siriubeira (*Avicennia germinans* (L.) Stearn.), tinteiro (*Laguncularia racemosa* Gaertn.) e mangueiro (*Rhizophora mangle* L.). Em média, a cada 6 meses os pescadores realizam a reforma dos currais através da troca das varas e mourões, e o conserto da rede utilizada no chiqueiro.

Cada curral em média necessita de 140 mourões e 800 varas. Os curralistas pagam, em média, R\$ 2,00 por cada peça de vara, e R\$ 3,00 por cada peça de mourão retirados do mangue. Para o transporte desse material, os curralistas pagam R\$ 20,00 por pessoa pelo serviço. A rede de nylon entalhada, preparada para o uso, chega a custar em torno de R\$ 700,00, dependendo do tamanho do chiqueiro.

Os curralistas ressaltaram a importância da escolha do local e posicionamento do curral para a captura do pescado. Segundo os pescadores, o curral deve ser construído em um banco de areia (croá), levando em consideração a direção da corrente marinha. Após a identificação da direção da corrente marinha, realizada através de baliza, o pescador define o posicionamento da direção da entrada do chiqueiro. Além disso, o pescador deve escolher um local onde não haja remanso²⁴.

²⁴ Trecho de curso d'água onde não há correnteza apreciável.

O chiqueiro ou depósito (Foto 25) é confeccionado com redes de nylon com espessura entre 25 e 30 mm entre os nós da malha (Foto 26). Alguns currais apresentam sinalização luminosa ou bandeiras de sinalização, tanto no chiqueiro quanto nas extremidades da espia. Dentre as justificativas para a sinalização, foram mencionadas necessidade de orientação para navegação, e obrigatoriedade exigida pelos órgãos do governo. Aqueles que não utilizam sinalização, justificaram a ausência pela falta de necessidade.

Foto 25: Chiqueiro ou depósito do curral.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 26: Comprimento da malha do chiqueiro.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

A espia (Foto 27) tem a função de direcionar o peixe para dentro do curral. Sobre a finalidade da espia do curral, o curralista A.R.P.R, 54 anos, explica: “Quando a correnteza bate nas varas da espia, faz zuada pro peixe e ele entra no curral”. Segundo o Plano de Utilização, as espias poderão ter no máximo 60 braços de comprimento, ou 102 metros, com 30 centímetros, no mínimo, entre as varas (Foto 28) e com sinalização nas extremidades.

Foto 27: Detalhe da espia do curral.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 28: Mensuração da espia.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

As madeiras utilizadas para os mourões, varas e cintados são das espécies siriubeira e tinteira. As madeiras mais finas e mais escuras são as de tinteiro, as mais claras e grossas são as siriubeiras. As mais finas são chamadas de varas, as finas são chamadas cintado, e as mais grossas são os mourões. Quanto ao uso dessas madeiras oriundas do manguezal, o Plano de Utilização da REM Caeté-Taperaçu permite o seu aproveitamento, desde que seja solicitada autorização ao ICMBio, com anuência da ASSUREMACATA e que o material seja utilizado para construção de ranchos, currais ou embarcações, e que seja utilizada por pescador artesanal, de forma seletiva, e sem ocorrência de desmatamento.

Segundo o curralista A.R.P.R, 54 anos, todos os pescadores que tiram madeira para construção do curral em áreas de mangue dentro da REM Caeté-Taperaçu, devem solicitar a autorização ao ICMBio (Foto 29).

O trâmite para emissão da Autorização consiste na solicitação do pescador ao ICMBio e ASSUREMACATA, com a especificação da quantidade e nome da espécie extraída, e a justificativa de uso. Em seguida, a Chefe do ICMBio e o representante do Comitê Comunitário da ASSUREMACATA, avaliam a quantidade e espécie solicitada, baseada na quantidade estabelecida no Acordo de Gestão. Por fim, o representante da ASSUREMACATA realiza a vistoria da madeira extraída para conferência e para verificar se houve a retirada das espécies de forma seletiva, pontual e sem desmatamento.

Foto 29: Autorização do ICMBio para extração vegetal.

RESERVA EXTRALIMITADA MARINHA CAETÉ-TAPERACU

AUTORIZAÇÃO PARA PEQUENAS INTERVENÇÕES NA REDEZ MARINHA CAETÉ-TAPERACU

Este formulário será usado exclusivamente pelo usuário do Sistema Ferramentas de Apoio Técnico. Deve ser preenchido em uma única ocorrência para a documentação e fiscalização por parte da ASSUREMACATA, ICMBio e demais órgãos competentes para a execução das atividades.

NOME DO USUÁRIO: _____

ENDEREÇO: _____

ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA (CORTA, COLHEITA, CRIAÇÃO DE BARRAS, ARRANJO DAS PRAIAS ETC): _____

Retirada de Casal para construção de redez

80 m³ de varas para 200 Mourões de Tinteiro

200 varas para Cintado

Comunidade de Charaçal F. de Moura e Gomes

In. das. oppa a delha. caté

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Sobre a necessidade de autorização para retirada de madeira para os currais, os pescadores apresentaram opiniões divergentes. Enquanto alguns manifestaram-se a favor da

necessidade de Autorização, uma vez que este controle evita a extração desordenada dos manguezais da região, outros se mostraram descontente por terem que pedir autorização de algo que sempre fizeram sem pedir permissão. Porém, todos entrevistados relataram ter percebido que em muitos locais da Vila dos Pescadores as áreas de manguezal se regeneraram, acreditando ser resultado da proibição, por parte do Plano de Utilização, do corte de manguezal em algumas áreas definidas como área de exclusão, onde a intervenção humana é proibida.

A despesca é realizada duas vezes por dia, de acordo com a vazante da maré. Os pescadores contam com a ajuda dos próprios familiares, e também de amigos para realizar a despesca. Em época de safra, devido à grande quantidade de pescado, os curralistas costumam pagar R\$ 20,00 por pessoa para conseguirem ajuda durante a despesca, no que eles chamam de “marezada²⁵”.

Em relação a diversidade de peixe, os currais da área estudada frequentemente capturam espécies de pescada gó, jiquiri, bagre, arraia, uritinga, uricica, pescada, corvina, mero, camarão, siri, bandeirado, pampo, guaravira, carau-açu, camorim, cangatá e miquim. A predominância é de pescada gó e guaravira.

Durante o período da safra, cada curral captura entre 40 a 160 Kg de pescado por dia. Porém em época de entressafra, o curral mal captura para alimentação da família. Os peixes capturados são separados por espécie e por tamanho. As espécies como pescada gó, bandeirado, corvina e pescada amarela, são as mais comercializadas e transportadas para venda em Bragança. As demais espécies são comercializadas apenas localmente, e servem para o consumo da família.

A pescada gó, mais frequente e mais vendida, é separada por tamanho. Parte dela é salgada, parte é filetada e embalada em plástico para venda, e outra parte é vendida *in natura*. O valor de venda varia de acordo com o tamanho e o processamento, sendo vendida entre R\$ 1,00 e R\$ 5,00 o quilo. Devido à distância e a falta de veículos de locomoção até o município de Bragança, os pescadores acabam vendendo sua produção aos atravessadores, por um preço abaixo do preço de venda a varejo.

4.5.1 As zonas de currais

A pesca de curral, uma das principais práticas realizadas no passado, se restringiu bastante, sendo hoje praticada por apenas 13 famílias, sendo 11 na Vila dos Pescadores e 2 na

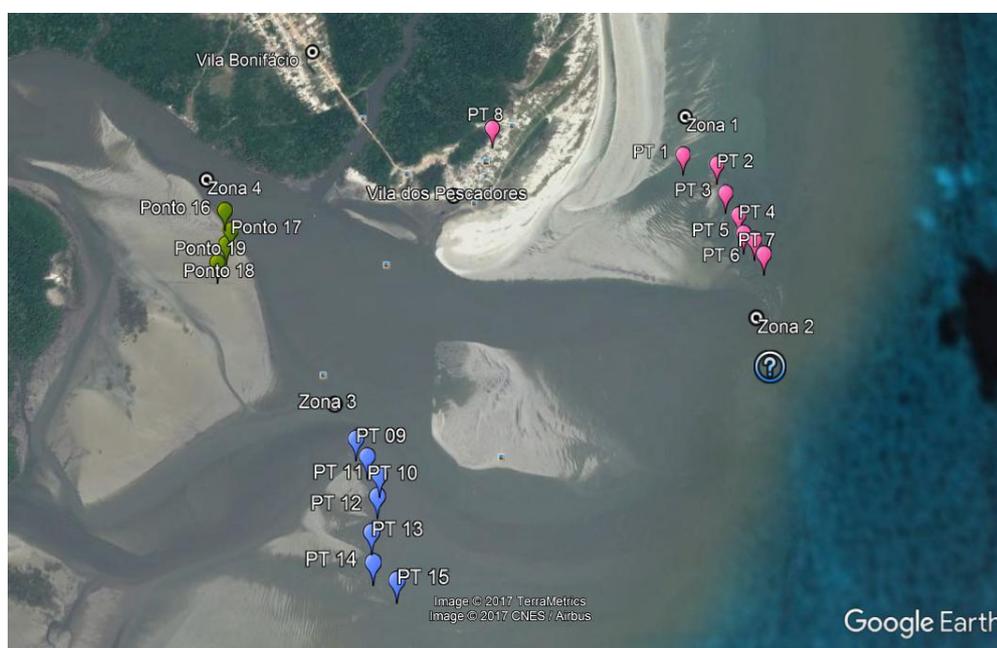
²⁵ Os pescadores fazem alusão ao termo empreitada. Porém, no termo marezada o serviço prestado dura apenas 4 horas devido ao regime de enchente da maré.

Vila Bonifácio, totalizando 20 currais distribuídos em 4 zonas na faixa costeira. A família Brandão, uma das pioneiras na fundação da Vila Pescadores, possui 3 currais. A família Melo possui 11 currais, distribuídos entre o patriarca Luis Melo e seus filhos e sobrinhos, indicando que esta família mantém a tradição familiar na atividade de curral.

Dois pescadores possuem 3 currais, quatro possuem 2 currais e seis possuem 1 curral. Segundo o Plano de Utilização, apenas dois currais são permitidos por família, de forma coletiva.

De forma didática, visando facilitar a compreensão do espaço ocupado pelos currais, a área foi dividida em 4 zonas com a seguinte nomenclatura (Figura 4):

Figura 04: Imagem apresentando as 4 zonas com 20 currais na área de estudo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Zona 1: local onde estão situados 7 currais, sendo os proprietários: A.L.B, 48 anos; A.R.P.R, 54 anos; G.M.S, 61 anos e; D.M.S, 66 anos;

Zona 2: local onde estão situados outros 2 currais, os quais não foram visitados devido a necessidade de embarcação, mesmo durante a vazante, pois o canal não secou durante o período de campo;

Zona 3: local onde estão situados 7 currais, inclusive de M.M.A, 62 anos e de R.C.M, 29 anos;

Zona 4: local onde estão situados 4 currais da família do seu L.C.M, 71 anos.

Os 7 currais situados na zona 1 foram mensurados e apresentados no Quadro 09. Foi observado que todos os currais situados na zona 1 apresentam dimensões que não atendem às especificações definidas no Plano de Utilização no que se referem a comprimento da malha do depósito, comprimento das espias e espaço entre as talas da espia.

No quesito malha do depósito nos currais, os 13 pescadores de curral foram unânimes em discordar do tamanho mínimo apresentado no Plano de Utilização por entenderem que apenas os peixes jovens entram no estuário, portanto, não sendo possível captura-los com malhas superiores a 30 milímetros entre os nós. Com isso, o aumento da espessura da malha significa a captura de menor quantidade de pescado.

Quadro 09: Especificações dos currais da zona 01.

Curral	Tamanho mínimo da malha do depósito (mm)		Tamanho máximo do comprimento da espia (m)		Tamanho mínimo entre as talas da espia (cm)	
	Usado	Plano de Utilização	Usado	Plano de Utilização	Usado	Plano de Utilização
1	25	35 milímetros	105 e 107	102 metros ou 60 braças	22	30 centímetros
2	25		105 e 107		22	
3						
4	30		106 e 112		22	
5	25		110 e 115		24	
6	30		40 e 50		24	
7	30		100 e 108		23	

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Apesar da ciência dos curralistas, a maioria afirma que as regras locais de pesca existem, mas nem sempre são respeitadas por falta de fiscalização do ICMBio e por discordância por parte dos pescadores. Os curralistas reclamam da desunião dos pescadores, e da falta de conscientização para respeitar as regras estabelecidas por eles mesmos. Ao ser questionado sobre o tamanho mínimo da espessura da malha do curral, descrito no Plano de Utilização, o curralista G.M.S, 61 anos, que pesca desde os 12 anos de idade, opinou da seguinte maneira:

Rapaz...quem botou isso nesse tal de Plano só pode não ser pescador. Como é que nós vamo pegar o peixe com uma malha graúda dessa? Os peixe vão escapar tudinho e a gente não vai levar nada pra casa. Eu não concordo com isso aí não. (Pesquisa de campo, 2017).

Porém, a opinião sobre o tamanho da malha do curral não foi unânime. Segundo outros pescadores, que pescam com espinhel e rede de bubuia, o tamanho da espessura das malhas dos currais na região são todos muito pequenos, ocasionando a captura de peixes

muito pequenos, ainda na fase juvenil, não havendo, portanto, a possibilidade desses peixes se desenvolverem, afetando sua reprodução.

Sobre o tamanho dos peixes capturados em currais de pesca, o redeiro M.S.S, 52 anos, relatou o seguinte:

Os currais de primeiro era ponta de três dedos de malha, era malha trinta. Tu ia no curral desse ai e não via aquelas “gozinhas” que nem a gente vê hoje em Bragança, tudo zítita. Um dia desse fui passando perto de um curral e lá tinha pra mais de tonelada de gozinha miúda que a bichinha nem se alimenta direito, tudo amuntado lá no assoalho. Quer dizer que ai em vez do cara aproveitar ele destrói tudo. (Pesquisa de campo, 2017).

Em estudos sobre a captura de pescado, realizada em 29 currais, durante o período de 1 ano, Marçal (2017) aponta que 82% de indivíduos da espécie pescada gó (*Macrodon ancylodon*) foram capturados abaixo do comprimento mínimo da primeira maturação, ocasionando a sobrepesca de crescimento para a espécie e confirmando, segundo a autora, necessidade de manejo da pesca de curral.

A divergência de opiniões dos pescadores sobre o uso dos apetrechos e as mudanças no comportamento das espécies, resultantes do aumento da exploração dos recursos pesqueiros na região, mostra a importância da realização de fóruns de discussão para tomada de decisão entre os pescadores e o ICMBio, visando a atualização ou adaptação das regras existentes no Plano de Utilização e definição de estratégias e zoneamentos no Plano de Manejo da REM Caeté-Taperaçu.

As 13 famílias que utilizam curral aprenderam as técnicas com seus pais e avôs. Apesar das dificuldades relatadas, os curralistas não pensam em largar o ofício, apenas buscam alternativas para minimizar a carência de pescado durante a entressafra. Porém, vale ressaltar que os resultados da pesquisa, apesar de mostrar a manutenção da tradição familiar no uso do curral na atualidade, mostra, também que essa tradição corre o risco de se perder futuramente, já que, dos 13 curralistas, apenas 1 possui menos de 30 anos de idade (Tabela 06).

Tabela 06: Idade dos curralistas.

Faixa etária dos curralistas	Frequência	%
Até 29 anos	1	7,7
Entre 30 e 45 anos	2	15,4
Acima de 45 anos	10	76,9
Total	13	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Em relação aos problemas enfrentados na pesca, os curralistas destacam: i) a falta de programas governamentais durante a entressafra; ii) alto preço praticado durante a venda na entressafra; iii) brigas entre os próprios curralistas por conflitos de pesca; e iv) falta de organização entre os pescadores para melhora das condições de vida. Durante a pesquisa de campo, foi possível presenciar um conflito entre dois curralistas que originou boletim de ocorrência policial, tendo em vista o início de agressão física. O motivo do conflito foi devido um pescador ter construído seu curral na direção do fluxo de peixes, atrapalhando a captura do outro curral localizado em outra zona de pesca.

Além da situação ter gerado uma intervenção policial, tendo em vista a agressão física, o caso também foi levado ao conhecimento do ICMBio, visando a resolução do conflito através da definição da retirada ou não de um dos currais do local. Na situação, o caso foi repassado ao representante do Comitê Comunitário da ASSUREMACATA e encaminhado ao ICMBio, o qual realizou vistoria no local, e posterior conversa com os dois pescadores envolvidos, visando a resolução pacífica do conflito.

Em relação à organização social, todos os curralistas informaram ter conhecimento da existência do Comitê Comunitário, representante da ASSUREMACATA, que realiza o monitoramento das atividades de pesca de curral. Porém, a atuação do Comitê, para resolução dos conflitos locais, é fraca, segundo os pescadores. Nesse sentido, Rodrigues (2017), relata as deficiências da Associação dos Usuários da Resex Marinha de Tracuateua, no que diz respeito a intermediação de conflitos, mesmo com a capacitação de seus dirigentes, mostrando que a dificuldade da atuação de representantes locais para resolução de conflitos é recorrente nas REM na região bragantina.

4.5.2 As práticas de um curralista

O curralista A.R.P.R, 54 anos, considera a atividade de pesca “puxada”, pois segundo ele “faça chuva ou faça sol” seja “de noite, de dia ou de madrugada”, o curralista tem que ir no seu curral duas vezes por dia, de acordo com a maré.

A.R.P.R informou que aprendeu a pescaria com o pai, desde quando tinha 12 anos. Até os 20 anos ajudou o pai na pesca de curral. Após completar 21 anos foi para Belém a procura de emprego. Aos 31 anos voltou à Vila dos Pescadores e construiu seu primeiro

curral. No início da atividade de curral, tentou a prática da fuzarca²⁶, porém com os comentários dos próprios moradores de que a pesca de fuzarca era proibida na região, optou por abandonar e voltar a atividade de curral.

Em média A.R.P.R captura 23 kg de pescado a cada despesca realizada em seu curral durante a entre-safra. As espécies capturadas frequentemente são: pescada gó, corvina, paru e cinturão. Após a despesca, A.R.P.R separa os peixes de acordo com a espécie e tamanho e armazena no refrigerador, até chegar a uma quantidade razoável que seja viável vender em Bragança (Fotos 30 e 31).

A.R.P.R, além de estocar o pescado no refrigerador, também realiza o filetagem e a salga do peixe. Segundo ele, alguns espécimes de pescada gó são separados por tamanho, filetados em formato de “charutos” e embalados em porções de 1 kg para serem vendidos à R\$ 12,00 cada pacote.

Foto 30: Estoque de peixe refrigerado.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 31: Isopor para armazenamento.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Segundo A.R.P.R, o pescador gasta muito para construir o curral e o retorno vem diminuindo devido à pouca quantidade de peixe capturado. Ele gastou R\$ 6.000,00 para construir 2 currais. Um dos currais está desativado, pois será reformado em breve. A diminuição do pescado é relatada por A.R.P.R da seguinte maneira:

Há uns 10 anos atrás eu lembro que eu tirava 5 mil reais depois da safra. 500 quilos, 400 quilos numa despesca, num dia, do meu curral. Hoje em dia, na safra, eu levo uns 3 dias despescando pra tirar só uns 240 quilos de peixe. (Pesquisa de campo, 2017).

²⁶ Fuzarca é uma atividade da pesca artesanal que utiliza uma estrutura de madeira semelhante a uma trave de futebol e uma rede longa pendurada semelhante a um rabo, onde ficam armazenados os peixes capturados. Essa prática é considerada proibida pelos pescadores artesanais devido a quantidade de peixe desperdiçada.

Quanto à diminuição da quantidade de pescado, A.R.P.R atribui esta situação a excessiva quantidade de barcos da pesca industrial que realizam a prática de arrastão, que consiste em duas embarcações emparelhadas utilizando redes de emalhe com aproximadamente 2 a 5 mil metros de comprimento, sendo puxadas pelas embarcações desde o fundo do mar, arrastando o peixe e a fauna acompanhante. Segundo relato de A.R.P.R:

O arrastão estraga muito peixe e camarão. Tem umas barca grande aí, que pega gurijuba. Uns barco que tem uns ganchão atrás. Eles pegam todo tipo de peixe o ano todinho, mas só ficam com a gurijuba e o camarão. O resto eles joga fora tudinho. Isso tá diminuindo o peixe daqui. Antigamente não tinha esses barco aqui e o peixe era farto. (Pesquisa de campo, 2017).

Sobre o espaço para construção do curral, seu Antônio informou que para obter um curral produtivo, deve-se escolher um banco de areia próximo a um canal. Além disso, o pescador deve conhecer a direção correta do fluxo do canal onde será construída a entrada para o chiqueiro do curral. Segundo ele, ainda há muito espaço para construção de currais na praia. Porém, o grande problema é que os peixes não estão mais entrando no estuário devido à pesca industrial. Seu Antônio se queixa além da diminuição do pescado, do tempo despendido à atividade de curral e ao gasto para sua manutenção.

a) Captura do pescado no curral

Durante o percurso até a zona 1 de currais (Foto 32), através de aparelho GPS, foi possível aferir a distância de 1,2 km em linha reta entre a casa do curralista A.R.P.R e seu curral. O percurso é realizado a pé, atravessando uma pequena área de manguezal, um córrego, área de restinga, passando pela praia, até chegar ao banco de areia onde está localizado o curral. O percurso dura cerca de 25 minutos, andando.

A.R.P.R possui 2 currais. Um dos currais está desativado, pois ultimamente vem capturando pouco pescado em relação aos outros currais adjacentes. Segundo o curralista, o curral vem sendo reformado ao longo dos dias.

No banco de areia (Foto 33) onde está localizado os 2 currais de A.R.P.R, existe uma “linha” com outros 5 currais pertencentes a famílias residentes na Vila de Pescadores (Figura 5). Além de A.R.P.R, os curralistas G.M.S, A.L.B e D.M.S também possuem currais localizados na mesma “zona”. Nesta “zona de currais, os quatro curralistas, na época da safra, ajudam um ao outro na captura do pescado e na reforma dos currais.

Figura 05: Zona 1 dos currais e casa do curralista A.R.P.R.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Foto 32: Percurso até a zona de currais.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 33: Banco de areia com currais.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Segundo o curralista A.R.P.R, o tempo de uma atividade no curral, seja ela qual for, dura apenas 4 horas, devido à localização do banco de areia e o momento em que a maré começa a encher, deixando a área do curral ilhada, impossibilitando o retorno do pescador, que se desloca a pé.

Além disso, o curralista diz preferir realizar a despesca com a maré ainda na vazante e com presença de água no chiqueiro (Foto 34), na altura do Joelho, para capturar o peixe ainda vivo. Segundo o curralista, quando a despesca é realizada com a maré totalmente seca, há presença de predadores, como aves e o risco do peixe se estragar é maior.

Foto 34: Despesca no curral com presença de água no chiqueiro.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 35: Landuá, utilizado para retirada do pescado do curral.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Os peixes capturados no curral são retirados através de um apetrecho, conhecido localmente como *landuá* (Foto 35). Dentre o pescado capturado, frequentemente foram encontradas arraias. Ao perguntar sobre o perigo de levar uma ferroada, já que não é possível visualizar a arraia durante a despesca, o filho de A.R.P.R, informou que é preciso ir arrastando o pé no assoalho do curral para não pisar na arraia, pois só pisando nela que a arraia ferra a pessoa.

O Total de pescado capturado em uma manhã foi de 23 Kg de espécies diversas. Durante o final da safra, quando o pescado começa a diminuir, o curralista A.R.P.R tem o costume de juntar a quantidade pescada durante 3 dias para vender em Bragança.

A.R.P.R sai às 7:00 horas, de ônibus, da Vila dos Pescadores até Bragança para vender a produção de 3 dias de despesca. No período de 02 a 04 de julho, foram vendidos 90 kg de peixe. Os peixes separados para venda foram 28 kg de pescada gó média, vendidos à R\$ 3,50 o quilo; 43 kg de pescada gó miúda, vendidos à R\$ 2,50 o quilo e; 19 kg de corvina, vendidos à R\$ 10,00 o quilo. O valor total da venda da produção foi de R\$ 395,50.

A guaravira (*Trichiurus lepturus*), por ser um peixe de menor valor, foi dado ao filho de A.R.P.R, o qual realizou a venda à um marreteiro na Vila dos Pescadores ao preço de R\$ 1,00 o quilo. Na ocasião, o pescador obteve R\$ 15,00 com a venda de 15 kg de guaravira. Os outros peixes de menor valor comercial são frequentemente utilizados na alimentação da família. Segundo o filho de A.R.P.R, a procura pela espécie guaravira aumentou devido a procura por compradores chineses que exportam essa espécie de pescado para a Ásia. Segundo o pescador, essa espécie não era aproveitada pela maioria dos pescadores, ocasionando o desperdício, já que não possuía valor comercial.

Dentre os peixes, foram capturados, durante o momento da pesquisa, pescada gó, bandeirado, cinturão, corvina e paru (Foto 36), os quais são transportados em um paneiro, através de uma vara sobre os ombros (Foto 37).

Foto 36: Espécies capturadas no curral de A.R.P.R.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 37: Método de transporte do curralista A.R.P.R.



Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

b) Reforma do curral

Uma vez por ano os pescadores realizam a reforma do curral para recuperar as peças de madeira e a rede do chiqueiro, já que as cracas furam a rede e o turu consome a madeira. O curralista A.R.P.R paga R\$ 20,00 para um ajudante na construção e reforma do curral por *marezada*, e conta com a ajuda mútua do curralista D.M.S, 66 anos, e seu filho. Além disso, A.R.P.R possui um motor bomba utilizado para amolecer e cavar a areia, e posteriormente, fincar o mourão do curral. O motor bomba, segundo o pescador, custou R\$ 900,00.

Segundo o curralista D.M.S, o motor bomba começou a ser usado há uns 20 anos atrás pelos pescadores da Vila. Antes os mourões eram fincados sem o auxílio de bombas, tornando o serviço mais demorado e difícil, pois era necessário a ajuda de pelo menos 4 homens para cavar a areia e fincar os mourões.

Segundo A.R.P.R, o desmanche do chiqueiro do curral leva aproximadamente 3 dias, pois é necessário retirar a rede, as varas, os cintados e os mourões do chiqueiro e posteriormente retirar os componentes da espia do curral (Fotos 38 e 39).

Para retirada dos mourões maiores, que servem de base de sustentação do chiqueiro, o curralista utiliza um motor bomba d'água para amolecer a areia onde as peças de madeira estão fincadas. Já para o desmanche das peças menores, como varas e cintados é utilizado pé de cabra e martelo.

Foto 38: Curral desativado.

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 39: Desmonte de chiqueiro.

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

O curral de A.R.P.R, além de necessitar de reforma, devido à deterioração da rede e das peças de madeira, estava mal posicionado, ocasionando reduzida captura de pescado. Diante disso, o curralista decidiu pela mudança de posicionamento. Para isso, foi necessário desmontar todo o chiqueiro, mudando sua entrada e direção da espia.

O curralista já havia extraído os mourões e varas das espécies siriúba e tinteiro, os quais estavam estocados na praia, aguardando ser transportados até o curral. Antes de retirar as espécies florestais em área de mangue, o curralista já havia solicitado autorização antes de retirar a madeira, a qual foi emitida pelo ICMBio e ASSUREMACATA.

Foto 40: Instalação da viga mestra do chiqueiro.

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

Foto 41 – Utilização de bomba d'água para instalação do mourão.

Fonte: Moraes, pesquisa de campo, 2017.

A.R.P.R e seus 3 ajudantes realizaram o desmonte do chiqueiro e parte da espia em 2 dias de trabalho. A construção do chiqueiro requer conhecimento apurado sobre o melhor posicionamento do mourão mestre, o qual irá balizar o posicionamento dos outros mourões e com isso direcionar a posição da abertura do chiqueiro.

A.R.P.R informou que não é qualquer pescador que sabe posicionar o curral. Apenas os mais experientes sabem posicionar o mourão mestre na direção correta. Com isso, A.R.P.R contou com o conhecimento de D.M.S, o qual realizou o balizamento da direção da abertura do curral e das espias. Segundo D.M.S, o balizamento é um conhecimento passado de pai para filho.

Para fincar os mourões do chiqueiro, seu Antônio contou com uma bomba d'água utilizada para amolecer a areia (Fotos 40 e 41). A utilização de bomba d'água para fixação dos mourões do curral facilita bastante o trabalho dos pescadores, diminuindo o esforço e o tempo de trabalho necessários para a construção dos currais, porém não são todos os pescadores que possuem esse equipamento. Aqueles que não o possuem utilizam um tipo de martelo, conhecido localmente como mutá para fixar os mourões. Os mourões são bastante pesados, com aproximadamente 70 cm de diâmetro e 9 metros de altura. Foi necessário fincar 18 mourões para a estrutura principal do chiqueiro. O trabalho fica menos cansativo com o uso da bomba d'água para fincar os currais. Segundo o curralista D.M.S:

Pra fazer o chiqueiro do curral tem que balizar o mourão mestre bem na direção donde vai ficar os dois mourão da boca do chiqueiro. Antigamente a gente não tinha a bomba, a gente usava o mutá...uma marreta de pau pra socar os mourão. (Pesquisa de campo, 2017).

4.6 AS REGRAS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS E SUA INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES

Conforme já mencionado, os currais vêm sendo utilizados no estuário da Vila dos Pescadores desde o início de sua colonização na década de 1913. Houve considerável diminuição dos currais nos últimos 10 anos, tendo como justificativa a diminuição do pescado, o alto valor dos custos para construção do curral, a dificuldade na confecção e manutenção, tendo em vista a necessidade de extração periódica de madeira em áreas de manguezal e o fator mobilidade, já que o curral é uma arte de pesca fixa.

Existe, entre os pescadores da área de estudo, uma perceptível divisão entre curralistas e redeiros, apesar dos primeiros também utilizarem redes de pesca durante a entressafra do

curral. Os redeiros costumam classificar os curralistas como os que mais se beneficiam com os recursos naturais da Resex, pois, apesar de serem minoria, são os que, dentre os artesanais, mais utilizam a madeira do manguezal e os que mais capturam peixes, considerados, inclusive, como peixes muito pequenos, devido ao tamanho da malha do chiqueiro onde o pescado é capturado.

Entre os pescadores, é frequente as conversas em porta de mercearia em que certo pescador tem mais de 3 currais, ou que determinado pescador utilizou madeira de mangue-vermelho ou que determinado curral foi construído na direção de outro curral, ou ainda, que determinado pescador diminuiu o malheiro de seu curral para capturar maior número de pescado, ocorrendo prejuízo de um em detrimento de outro pescador, gerando, inclusive brigas internas.

Os curralistas, por sua vez, reclamam dos redeiros, alegando que estes são muitos e por isso a quantidade de peixe capturados através dos variados tipos de redes é bem maior do que a quantidade de peixes capturadas através do curral. Segundo os curralistas, muitos redeiros atrapalham a pesca de curral, já que as redes são dispostas muitas vezes na frente dos currais, atrapalhando a pesca dessas artes fixas.

Em seu estudo, Furtado (1987) descreve as diferenças sobre a mobilidade das redes em relação aos currais em um ambiente com recursos disponíveis, mas que já começava a dar sinais de escassez:

Ora, se num dado momento da organização da vila de Marudá, a população se restringia a uns poucos grupos domésticos, é óbvio que os recursos superavam a procura. Acresce ainda que o meio de produção mais usual – o curral – era um dispositivo fixo, que não permitia ao pescador um deslocamento constante pela costa vasculhando os pesqueiros existentes, como hoje fazem os redeiros. Os currais proliferavam na orla litorânea circunvizinha de Marudá, mas ficavam à mercê do que a maré poderia trazer para depositar em seu interior e posteriormente ser coletado pelo curralista. (FURTADO, 1987, p. 325).

Furtado (1987) relata a dificuldade do pescador para obtenção do pescado, atribuindo a escassez devido ao aumento do número de pescadores na orla litorânea e o aumento populacional da comunidade local, fazendo surgir um novo contingente de consumidores disputando o mesmo recurso.

Os pescadores artesanais da REM Caeté-Taperaçu relatam que apesar de realizarem a atividade pesqueira em alto mar e não pescarem dentro dos limites da Resex, os pescadores industriais prejudicam a pescaria no estuário, tendo em vista a alta tecnologia utilizada no esforço de pesca, como potentes motores de propulsão, grandes extensões de redes de arrasto e sonar, diminuindo, com isso a quantidade de peixe que entram no estuário, e selecionando

as espécies maiores, tornando, portanto, acessível aos pescadores artesanais do estuário uma quantidade menor de pescado e com tamanho reduzido.

Segundo Espirito-Santo e Isaac (2012), a atividade pesqueira de pequena escala, composta por mais de 900 embarcações, com tamanho entre 8 e 12 metros, predominantemente motorizadas, na região estuarina e ambientes costeiros/marinho do município de Bragança, movimenta aproximadamente 4 milhões de reais e 3.000 toneladas de pescado ao ano, tendo, portanto, grande importância na região.

A disputa entre as modalidades de pesca industrial e artesanal, ocorre devido diferenças na capacidade de pesca. Enquanto os pescadores artesanais, com equipamentos menos sofisticados e com capacidade de baixo e médio deslocamento realizam suas atividades em áreas costeiras e estuarinas com baixa capacidade de captura, a pesca industrial, realizada com equipamentos mais sofisticados, com maior poder de autonomia e captura, é realizada, principalmente, em área oceânica. Porém, essas pescarias, muitas vezes ocorrem no mesmo espaço, gerando conflitos (ISAAC-NAHUM, 2006).

Percebe-se, nestas situações, a rivalidade entre os pescadores pela obtenção de um bem comum que se encontra cada vez mais escasso. Nesse sentido, Feeny et al. (2001, p. 20) ressaltam que “[...] o nível de exploração de um usuário afeta adversamente a habilidade de exploração de um outro usuário”. Além disso, segundo o autor, “[...] na medida que um usuário pesca, a captura por unidade de esforço de pesca dos outros diminui”. Este acumulado de situações remete a necessidade de estratégias que diminuam a rivalidade entre pescadores e garantam o uso dos recursos naturais por grupos ou indivíduos dentro de uma área de uso comum, que podem ser definidos através de regras locais definidas em acordos de pesca, como é o caso do Plano de Utilização da REM Caeté-Taperaçu.

Sobre a presença do ICMBio para fiscalizar o uso dos recursos baseados no Plano de Utilização, os pescadores informaram unanimemente que nos últimos 4 anos o órgão dificilmente aparece na vila. Quanto a participação dos pescadores em reuniões para discutir as regras de uso dos recursos, poucos informaram já ter participado, porém os que participaram não acreditam em melhoria com as discussões, pois sempre existe aqueles que monitoram, mas cometem a mesma infração.

Como exemplo foi citado a situação das embarcações que utilizam a pesca de arraste com ferro para fundear as redes. Os pescadores entrevistados foram todos contra essa prática e informaram sobre a necessidade de fiscalização dos órgãos para combater esse tipo de pesca,

devido a quantidade de peixes que são capturados e descartados por não atender as exigências de mercado.

Sobre a diminuição do pescado na região do estuário, M.S.S, 52 anos, explica:

Esses barcos ai que tã com essas redes no convés, tudo é ferreado, eles saem pra fora e escoram essas redes com o ferro (âncora). Cada rede dessa aí tem bem uns 30 ferros (âncoras) pra fundear. Ai jogam pro fundo e elas ficam lá apoitadas na maré. Eles fazem isso lá fora, mas como o peixe vem de fora pra beira, com essas redes ferreadas o peixe acaba não entrando. Nunca mais deu peixe aqui no rio por causa disso. (Pesquisa de campo, 2017).

Outro exemplo foi a tapagem de furos e igarapé, atividade proibida no Plano de Utilização. Segundo alguns pescadores, essa prática é frequentemente realizada, porém prejudica a navegação de embarcações, pois a rede engata nas hélices dos motores rabeta, danificando o equipamento náutico. Além disso, alguns pescadores reclamaram do estrago de peixe nas situações em que a maré vasa e o pescador não vai retirar os peixes capturados, ocorrendo o apodrecimento do pescado.

Quadro 10: As regras da pesca e as mudanças ocorrida nas práticas dos pescadores com a criação da REM Caeté-Taperaçu.

	Antes da criação da REM	Depois da criação da REM	Prática dos pescadores
Currais	Sem limites para construção de currais	Até 2 currais por família	Alguns pescadores com mais de 2 currais por família
	Sem limite para medições da malha do chiqueiro	Chiqueiro com no mínimo 35 mm entre os nós da malha	Maioria dos currais com menos de 30 mm entre os nós da malha
	Sem limites para o tamanho da espia	Espia com no máximo 60 braças de comprimento	Algumas espias com mais de 60 braças de comprimento
	Mais de 50 currais	Diminuição para 20 currais	Manutenção de 20 currais
	Sem necessidade de autorização para retirada de madeira de mangue para construção/reforma dos currais	obrigação de solicitação de autorização para retirada de madeira de mangue junto ao ICMBio	Poucos pescadores solicitam autorização
Rede	Redes de arrasto e de lance, de qualquer natureza	Proibido redes de arrasto, apoitadas e tapagem de rios e igarapés	Há relatos de pescadores que utilizam redes apoitada e tapagem, mesmo sabendo da proibição
	Proibido redes de espera com malhas inferiores a 35 mm, entre os nós e cujo comprimento ultrapasse a 1/3 da largura do ambiente aquático	Comprimento mínimo de 35 mm entre os nós da malha da rede na baía e nos canais Comprimento mínimo de 25 mm entre os nós da malha da rede nos furos e rios	Os pescadores conhecem as regras mas definem o comprimento das malhas de acordo com a necessidade de captura, algumas vezes em discordância das regras do Plano de Utilização
Espinhel	Espinhel, cujo comprimento ultrapasse a 1/3 da largura do ambiente aquático e que seja provido de anzóis que possibilitem a captura de espécies imaturas	Anzol com linha e espinhel, sendo que cada pescador pode ter no máximo 300 anzóis, com o número de 06 a 10, dentro dos furos, rios e emburateuas	Os pescadores utilizam espinheis com no máximo 600 anzóis nos furos e emburateuas
		Pesca de espinhel nas bacias dos rios e canais, com o máximo de 1.000 anzóis para cada pescador, numeração de 06 a 10.	

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A estratégia para o monitoramento do cumprimento das regras de uso dos recursos na REM Caeté-Taperaçu (Quadro 10) é realizada através dos Comitês Comunitários formados na própria comunidade e representantes da ASSUREMACATA no local e pelo representante do Polo Comunitário no Conselho Deliberativo da Resex. A Vila dos Pescadores e a Vila Bonifácio conta com o Sr. Ubiraci como representante do Comitê ligado à ASSUREMACATA e o Sr. Lázaro como representante do Conselho Deliberativo da Resex. Os dois representantes são pescadores e realizam o monitoramento do uso dos recursos através de vistorias nos currais, na retirada de madeira de mangue para construção de currais e no dimensionamento das redes.

As opiniões dos pescadores sobre o trabalho desses representantes nas comunidades são bem divididas. Enquanto alguns apoiam o trabalho de monitoramento do uso dos recursos, alegando a necessidade de organização frequente e respeito às regras estabelecidas, como o depoimento de um pescador que alegou que as regras “favorece, se todo mundo usasse da lei, favorecia”; Outros alegam que os representantes não possuem representatividade suficiente para garantir a organização dos pescadores, uma vez que os mesmos representantes cometem algum tipo de transgressão às regras do Plano de Utilização ou fazem vista grossa de acordo com a conveniência.

Sobre esse último caso, vejamos o depoimento do pescador M.S.S, 52 anos, em relação à atitude do responsável pelo cumprimento do Plano de Utilização:

Outro dia eu respondi mal pro seu Ubiraci. A gente tava ai na beira, o cara precisou de tirar 2 pau pra botar no curral dele, ai ele chegou e começou falar: ah tá sabendo que não pode tirar pau daí. O cara disse: rapaz, mas eu to precisando do pau e o que que eu vou tirar? Ai eu disse: Ubirací, me diz uma coisa, tudo bem, não pode tirar pau, não? Agora tu vai me dizer qual é o curral desses aqui que tem vara da espia de vergalhão ou mourão de concreto? Aí ele disse: Ah mas eles tem ordem. Aí eu disse: Como é que eles têm ordem e os outros não podem tirar uma vara? Então se não tem ordem pra um, como é que vai ter ordem pra outro? Repara quantos milhares de curral tem aqui e acolá, tudo é de pau. Como é que o cara não pode tirar uma vara? (Pesquisa de campo 2017).

As ações individuais de cooperação em ambientes de uso coletivo são frequentemente incentivadas pela repartição dos benefícios. Porém, quando o benefício é ganho sem que haja cooperação, o indivíduo passa a usufruir do ganho sem que haja contribuição, tornando-se um oportunista ou *free-rider* (OLSON, 1998).

No caso da REM Caeté-Taperaçu, a gestão dos recursos naturais se dá através da gestão compartilhada entre o Estado, representado pelo ICMBio, e a Sociedade Civil, representada pela ASSUREMACATA, tendo um Conselho Gestor como fórum de discussão e deliberação dos assuntos relacionados à gestão do território. A Vila dos Pescadores e a Vila

Bonifácio possuem representantes locais ligados à ASSUREMACATA, e ao Conselho Gestor, que realizam a organização e monitoramento do uso dos recursos naturais, como o ordenamento da pesca.

Gohn (2011), avalia, em uma sociedade marcada por inúmeros processos de exclusão social e de baixos níveis de participação política, os conselhos gestores como possibilidades concretas de desenvolvimento de um espaço público, objetivando a formulação e o controle de políticas sociais. Segundo a autora, “[...] a possibilidade da sociedade civil intervir na gestão pública, representa a instauração de um novo padrão de interação entre governo e sociedade” (Idem, p. 114).

Apesar dos representantes responsáveis pela gestão do uso dos recursos naturais serem nativos da própria comunidade local, as dinâmicas de avaliação das atividades sujeitas ao monitoramento das formas de uso, geralmente não fazem parte do hábito dos moradores, como por exemplo a necessidade de autorização por escrito para a extração de madeira, ou cota de extração de caranguejo por pessoa. Porém, a exigência dessa documentação, por parte do ICMBio, gera uma nova rotina aos pescadores, que para conseguir acessar os recursos naturais, devem obter esse documento. Em outros casos, a tomada de decisão sobre o uso de algum apetrecho de pesca depende de decisão deliberada em reunião do Conselho Deliberativo, independentemente da decisão da comunidade local.

Ocorre que em muitas vezes, apesar do Conselho Deliberativo realizar frequentemente as reuniões ordinárias, as decisões e deliberações se restringem apenas aos participantes do Conselho, raramente sendo discutidas nas comunidades onde ocorre o conflito. Dessa forma, as tomadas de decisão acabam por não possuir a capilaridade necessária para garantir a efetiva participação dos comunitários envolvidos.

Segundo Gohn (2011), algumas condições e articulações são necessárias para que os conselhos gestores possuam efetiva participação, como: dar peso político a esses grupos; ter o entendimento do espaço que o conselheiro vai atuar; realizar, periodicamente, cursos de formação enquanto sujeitos políticos, respaldado por um projeto emancipatório, que vislumbre mudança a médio e longo prazo.

Na opinião de alguns pescadores, a criação da Resex e a representação de lideranças para monitorar as atividades de pesca não surtiram o efeito esperado de mudanças para melhoria da organização dos pescadores, já que a maioria dos pescadores das vilas, apesar de reconhecer a legitimidade dos representantes do Comitê e do Conselho Deliberativo, não ajudam esses representantes e em muitos casos não acreditam que haja cumprimento das

regras pela maioria, pois os próprios representantes também realizam atividades transgressoras ao Plano de Utilização. Além disso, apesar da escolha dos representantes e discussão de regras serem decididas em assembleias, os pescadores locais não têm o hábito de participar e os órgãos governamentais pouco comparecem nessas reuniões. Sobre o funcionamento da organização comunitária da Vila dos Pescadores, após a criação da Resex, podemos verificar o relato do pescador A.F, 56 anos:

Aqui esse negócio de Resex não funcionou nada. A primeira coisa foi que os que ficaram pra dizer que era o fiscal, pra dar alguma ordem, vão fazer a mesma coisa. Aí como é que ele vai dar uma ordem se ele mesmo tá fazendo errado? Que nem tinha um, o Bagre, irmão do Brandão, ele investia na pescaria pra pegar camarão. Aí tinha o Guerrudo, que pescava com 600 metros de rede. Ai o Bagre, que era o fiscal, foi e botou também uma rede igual à do Guerrudo. Quando foi na hora que o Guerrudo tava despescando a rede, o Bagre chegou lá e disse: Olha, tu sabe que eu trabalho na fiscalização da Resex e tu não pode botar rede de estacada sem ordem. Aí o Guerrudo chegou, olhou pra cara do Bagre e disse: Bagre, de quem é aquela estacada lá? Aí o Bagre disse: É minha. Ai o Guerrudo disse : E como é que tu vem proibir eu botar? Se tu não tivesses trabalhando no mesmo ramo, ai tu podia vim reclamar comigo, mas a tua estacada tá bem ali. Aí tu vem proibir a minha, porque? Aí perdeu a moral. Aí o Bagre agarrou e disse que não queria mais. (Pesquisa de campo, 2017).

Os pescadores acreditam que somente os representantes locais não conseguem garantir o respeito pelas regras estabelecidas, uma vez que os mesmos não têm poder de punição, não passando de informantes do ICMBio, caso haja o descumprimento das regras. Muitas vezes os representantes são mal vistos pela população local, sendo considerados caguetas e puxa-saco do órgão gestor. O ICMBio é visto com bons olhos apenas em casos em que o órgão age no sentido de punir uma ação cometida por um indivíduo que prejudica outro indivíduo ou um grupo de pescadores.

Este comportamento dos pescadores ratifica a teoria da racionalidade individual e racionalidade coletiva de Olson (1998). O autor afirma que

[...] os indivíduos não agem com vista a seus objetivos comuns ou com vista aos interesses do grupo, a não ser que o número de indivíduos do grupo seja muito pequeno ou que haja coerção ou qualquer outro estratagema especial que os leve a agir com vista a esses interesses comuns. (OLSON, 1999, p. 02).

Nesse sentido, Cunha (2004, p. 12) ressalta que “[...] os indivíduos tendem a agir racionalmente na busca de garantir seus melhores interesses, que sua ação individual pode colocar em xeque os interesses da coletividade”, sendo, portanto, o interesse individual responsável pela ação do indivíduo no grupo. Isso pode ser visto na decisão individual de alguns pescadores de não seguir o padrão de tamanho mínimo de rede utilizada nos currais de pesca definido no Plano de Utilização, já que isso acarretaria na diminuição de captura de

pescado e prejuízo ao pescador, mesmo sabendo que esse tamanho mínimo de malha poderia melhorar a possibilidade de oferta de peixe nos currais adjacentes.

O rompimento do acordo definido coletivamente no Plano de Utilização da REM Caeté-Taperaçu não deve ser visto como um ato de uso irracional dos recursos naturais, mas um uso baseado na racionalidade individual em detrimento da racionalidade coletiva, onde o que vale é a garantia da captura individual do pescado no momento presente, mesmo que isso signifique a falta do pescado para outros pescadores, no momento presente e no futuro. Sobre esse aspecto, Cunha (2004) ressalta:

Num ambiente em que não há certeza sobre a participação de todos na cooperação, cada indivíduo pode considerar mais vantajoso romper com o acordo comum e garantir, logo, a aquisição de algum benefício, ainda que em menor quantidade do que aquele esperado caso a cooperação prosperasse. (CUNHA, 2004, p. 12).

Segundo alguns pescadores, a presença do ICMBio como monitor e fiscalizador das áreas de pesca, pode ser um paliativo para as desavenças entre pescadores e organização dos recursos naturais para que não haja oportunistas. Por outro lado, parte dos pescadores entendem que o ICMBio só pune os pescadores e não contribuem com a melhoria das famílias que passam necessidade, principalmente durante a entressafra do pescado. Segundo esses pescadores, contrários ao ICMBio, o órgão não participa frequentemente de reuniões com os pescadores para explicar sobre leis, direitos e deveres do pescador.

Os problemas com raízes mais profundas, como a falta de estrutura escolar, falta de incentivos produtivos, falta de políticas que incentivem a identidade cultural local, e falta de preparo e entendimento das representações sociais sobre o funcionamento de reservas extrativistas como território da União destinados a populações tradicionais, criam um ambiente de animosidade entre os pescadores e o ICMBio, que por sua vez representa o Estado.

Aliado a essa situação, soma-se as precárias condições do órgão no que diz respeito ao número mínimo de servidores e equipamentos para atender a demanda da REM Caeté-Taperaçu, tanto no aumento de número de fiscalizações e monitoramento das regras de uso dos recursos naturais, quanto para preparação e capacitação dos pescadores na tomada de decisão dessas regras de uso, pois apesar de possuir representantes da ASSUREMACATA, os pescadores se queixam da ausência do ICMBio para discutir coletivamente as demandas locais.

Ao mesmo tempo que a população local critica o ICMBio, como poder público, pela imposição da legislação ambiental, também sente ressentimento pela sua ausência na

promoção de políticas públicas para melhoria das condições de vida local. Mas até mesmo as questões de ordenamento dos recursos pesqueiros, divide a opinião dos pescadores, pois há aqueles que continuam com suas práticas sem cumprir as regras estabelecidas no Plano e Utilização, sentindo-se prejudicados pela cobrança do cumprimento das regras e; outros que veem o estabelecimento de regras como uma forma de evitar o uso desigual dos recursos, vendo o papel fiscalizador do órgão como uma forma de organizar a comunidade local, punindo aqueles considerados oportunistas.

Em relação a participação dos pescadores na definição das regras contidas no Plano de Utilização, os pescadores informaram que poucos deles participaram e que na gestão do antigo chefe da Resex, a participação do órgão era maior. Em 2015 houve dez oficinas realizadas pelo ICMBio junto aos usuários para discutir o Acordo de Gestão da Resex Caeté-Taperaçu. Das dez oficinas realizadas no território da Resex, duas foram realizadas nas Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio.

Poucos pescadores participaram dessas reuniões, pois muitos passam o dia inteiro pescando, outros demonstraram desinteresse, pois não acreditam nas reuniões. Segundo alguns pescadores, as reuniões não surtem o resultado esperado, pois aqueles que, de fato, conhecem a realidade local, pouco participam, havendo, mais frequentemente a participação de universitários, pesquisadores e outros convidados externos, como universidades e centros de pesquisa, que segundo os pescadores, não conhecem a realidade local.

Em relação à participação social em espaços de decisão, Gohn (2011), ressalta a importância do respeito pelas pluralidades e diversidades culturais, diferenças de raça, sexo, etnia e respaldado por um projeto emancipatório, que vislumbre mudanças da sociedade a médio e longo prazo.

Segundo o pescador de espinhel A.M.M, 57 anos, que pesca desde os 10 anos de idade, “essas pessoas que não tem nada a ver e não conhecem a vida dos pescadores vêm querer ditar regras que não tem nada a ver com a vida do pescador”. Já o redeiro M.S.S, 52 anos, quando perguntado sobre a discussão de regras de pesca com representantes externos, alegou que “o peixe tá diminuindo de tamanho e eles querem que aumente a malha. Como o pescador vai conseguir pescar o peixe? Não vai pegar nada”.

O redeiro A.F, 56 anos, que pesca através de rede de bubuia, culpou as embarcações da pesca industrial pela escassez de pescado na região, pois essas embarcações capturam toneladas de peixe graúdo em alto mar, deixando apenas os peixes menores entrarem no estuário. Segundo A.F, os peixes mais graúdos são capturados com redes maiores em alto mar

e os que entram são pequenos, e não podem ser capturados porque o Plano de Utilização determina que as malhas sejam de no mínimo 35 milímetros entre nós. Com isso, não conseguem capturar os peixes que entram no estuário.

Sobre as melhorias após a criação da Resex, A.F respondeu que não houve muitas mudanças, que se não piorou ficou do mesmo jeito, pois criaram regras, mas não vieram discutir com os pescadores como deveriam discutir. Além disso, A.F reclamou da falta de fiscalização sobre o cumprimento das regras. Segundo o pescador, há necessidade de mais discussões, pois o ICMBio criou regras desnecessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de seus quase 105 anos de existência, a configuração estrutural da Vila dos Pescadores apresenta várias mudanças, devido seu crescimento populacional e mudança de paisagem, característica das áreas situadas na zona costeira, recebendo influências do vento e da maré, o que ocasionou várias mudanças de posicionamento da Vila dos Pescadores e o surgimento da Vila Bonifácio.

As dinâmicas do saber-fazer de seus moradores vêm absorvendo mudanças nas estratégias de uso dos recursos naturais, tendo como principais influências o acesso a tecnologias, como os motores de propulsão, denominados motores rabeta, bombas d'água, energia elétrica e acessibilidade terrestre através de rodovia pavimentada até o município de Bragança, melhorando o acesso aos recursos naturais e ao mercado para venda de produtos pesqueiros. Essas mudanças coincidem com as apresentadas no estudo de Furtado (1987), mostrando que a modernização do transporte, acesso e comunicação foram propulsores para integração dos pescadores em um circuito mais amplo de intercâmbio econômico.

Nenhum desses fatores se relacionam diretamente com a criação da REM Caeté Taperaçu, o que nos leva a refletir que a criação em si da Reserva não foi propulsora para transformar a dinâmica de uso dos recursos naturais pelos pescadores. O que se percebeu foi que o contexto do crescimento populacional, aliado a mudanças na infraestrutura e acirramento da disputa por recursos, cada vez mais escassos, fez com que algumas práticas fossem se ajustando a este novo contexto.

A criação da REM Caeté-Taperaçu, em 2005, trouxe nova dinâmica na vida dos pescadores, pois foi responsável pelo acesso a políticas públicas como o programa de reforma agrária, com a aquisição de casas e apetrechos de pesca aos beneficiários da Resex e criação de mecanismos de gestão compartilhada através do Conselho Deliberativo, ASSUREMACATA e ICMBio.

A REM Caeté-Taperaçu também trouxe novas ações aos moradores que dependem dos recursos naturais, como a necessidade de autorização para extração de madeira para construção de currais, ranchos de pesca e moradia, assim como reuniões comunitárias com a participação de representantes da sociedade civil e entidades governamentais para discussão e aprovação de regras para tamanho do emalhe das redes, os quais nem sempre são obedecidos. Desta forma, apesar da novidade na realização de reuniões do Conselho Gestor ou na necessidade de autorizações ambientais, não encontramos evidências que mostrem mudanças nas práticas de pesca devido a criação da REM Caeté-Taperaçu.

Algumas atividades como a salga e secagem do peixe ainda permanecem presentes na vida de muitos pescadores artesanais, mesmo com a chegada de energia elétrica, mostrando evidências que a permanência de algumas práticas está ligada não só a questão da praticidade, mas da tradição e costume dos pescadores. Outra atividade, ainda existente desde a origem da Vila dos Pescadores, é o curral de pesca, que apesar de ter diminuído significativamente nos últimos 20 anos, ainda, permanece como prática pesqueira rudimentar e bastante complexa, tendo em vista a necessidade de conhecimentos empíricos sobre o posicionamento do apetrecho e de fatores naturais.

As regras contidas no Plano de Utilização, no que diz respeito à determinação de medidas de apetrechos, determinação de locais para pesca, proibição de técnicas de captura do pescado, e necessidade de autorização para extração de madeira na área da REM Caeté-Taperaçu, foram criadas não apenas para o controle estatal sobre os recursos, mas também como uma forma de organização local, tendo em vista a diminuição da oferta de pescado e a disputa, cada vez mais acirrada entre os pescadores artesanais entre si, nas suas mais diversas práticas pesqueiras, e entre os pescadores industriais, que apesar de estarem localizados fora da Reserva Extrativista, contribuem para a diminuição da demanda do pescado e, de certa forma, oferecem concorrência aos pescadores artesanais.

Podemos perceber que as práticas pesqueiras na área de estudo têm origem nos primeiros habitantes da Vila dos Pescadores, os quais vieram do Estado do Ceará, e que apesar de terem características agrícolas, foram adaptadas ao local de acordo com as práticas já desenvolvidas por pescadores que transitavam no local, da disponibilidade dos recursos pesqueiros, dos conhecimentos repassados pelos pais e da disponibilidade financeira para confecção dos apetrechos de pesca.

Com a criação da REM Caeté-Taperaçu, os pescadores artesanais passaram a conviver com acordos definidos por representantes sociais e órgãos governamentais, através do Plano de Utilização, tendo seus recursos monitorados por representantes locais do Comitê da ASSUREMACATA e do Conselho Deliberativo da REX Marinha Caeté-Taperaçu. Os pescadores artesanais dividem opiniões quanto às regras estabelecidas, sendo parte delas aceitas por uma questão de organização interna e de continuidade das práticas já realizadas. Também existem grupos de pescadores que não concordam com as regras estabelecidas e não as consideram, por entender que traz prejuízo individual, já que nem todos respeitam essas regras. As deficiências no controle das regras e falta de punição aos que as transgridem são os principais fatores que levam pescadores a desacreditar nessas regras.

Em relação a organização dos pescadores, as opiniões são bastante divididas. Parte dos pescadores entendem ser importante a existência de um representante da ASSUREMACATA e do ICMBio que seja um pescador da própria Vila, para organizar e monitorar os apetrechos utilizados e para que os direitos individuais não sejam feridos.

Os pescadores artesanais demonstraram preocupação com a exploração dos recursos pesqueiros realizados pela pesca industrial, que apesar de realizarem suas atividades fora da Resex, acabam por dificultar a entrada de pescado no estuário, tornando esses recursos cada vez mais escassos, dificultando a pesca rudimentar e mostrando que fatores externos estão prejudicando a manutenção das práticas tradicionais dos pescadores considerados extrativistas.

Diferente do extrativismo de produtos florestais não madeireiros, como castanha, látex e açaí, os quais não há exclusão das espécies, já que a matriz vegetal não é suprimida, havendo apenas a supressão de seus produtos, a exploração dos recursos pesqueiros em Reservas Extrativistas Marinhas, requer a subtração de espécies, havendo a necessidade da manutenção e controle dos estoques pesqueiros, através de manejo adequado, uma vez que seu fim significa o fim das práticas tradicionais realizadas ao longo do tempo pelas populações de pescadores artesanais residentes na REM Caeté-Taperaçu.

A criação de regras é fundamental para o controle do uso de recursos naturais, principalmente quando o bem comum utilizado é considerado escasso e é disputado por grupos humanos. Porém, essas regras devem ser bem discutidas e ter maior participação da população local, o que não ocorre com frequência na REM Caeté-Taperaçu. Os pescadores da área estudada conhecem as leis da Resex, apesar de transgredirem-na em certas ocasiões. O costume de participar de reuniões de discussão e debate sobre ordenamento pesqueiro não é uma realidade nas Vilas de Pescadores e Vila Bonifácio.

Tendo em vista os conflitos internos entre pescadores artesanais e externos relacionados com a pesca industrial realizada no entorno da REM Caeté-Taperaçu, faz-se necessários estudos que expliquem melhor os motivos da escassez do pescado na região de pesca usada por estas duas vilas.

O que se percebeu foi que a característica marcante dos pescadores artesanais da área estudada é a criatividade no uso de apetrechos de pesca, os quais dependem do saber-fazer adquiridos e adaptados pela necessidade ao longo do tempo. As práticas, mesmo, com a proliferação de redes, introdução de motor nas embarcações, representam baixo esforço de

pesca. Porém, os tipos de apetrechos utilizados devem ser estudados a ponto de evitar a sobrepesca de crescimento para determinadas espécies.

Tendo em vista as leis brasileiras de pesca abordarem os aspectos gerais do ordenamento pesqueiro, não considerando, muitas vezes, as particularidades das diferentes regiões do Brasil, o Plano de Utilização, ao ser criado com a participação de setores que representam os pescadores artesanais, como a Colônia de Pescadores, Associações, Sindicatos, Instituições de pesquisa e os próprios pescadores, torna o processo de criação de regras de uso mais democrático e condizente com a realidade local.

Com a criação de Reservas Extrativistas Marinhas, além das disputas pelo pesqueiro e uso da criatividade na utilização dos variados apetrechos, os pescadores passaram a conviver com a intervenção do Estado, através da presença do ICMBio no monitoramento e fiscalização dos recursos naturais, buscando, principalmente a organização e a gestão do território, o que de certa forma trouxe uma nova dinâmica nas tomadas de decisão dos pescadores.

Pelo grau de participação dos pescadores nas tomadas de decisão e definição das regras de uso dos recursos naturais da REM Caeté-Taperaçu, percebe-se que o Plano de Utilização precisa de atualizações que acompanhem a dinâmica na qual os pescadores estão inseridos, considerando suas necessidades, seus conhecimentos e as formas de domínio do espaço onde vivem.

Quanto ao entendimento sobre o que seria uma Reserva Extrativista, podemos concluir que os pescadores, que vivem na Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio, fogem do conceito trazido pelos primeiros extrativistas da década de 1990, no que diz respeito à garantia fundiária de seu território, sendo o principal entendimento desses pescadores o acesso a políticas públicas e proteção ambiental para garantia da produção, através de regras, ainda pouco discutidas entre o Estado e a sociedade civil local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Guilherme Cardoso; SARAIVA, Nicholas Allain; MELO Fábio Wesley. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu. –Diagnóstico da Unidade de Conservação**. Brasília: ICMBio, 2012. v. 1.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 39-59, jul-dez. 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, jan-abr, 2012.

ARAÚJO, F. M. de B.; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. Algumas reflexões entorno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 31-40, jan.-jun. 2009.

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 272p.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 79-92, 1999.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 172 p.

BENATTI, José Heder; MCGRATH, David Gibbs; OLIVEIRA, Ana Cristina Mendes. Políticas Públicas e Manejo Comunitário de recursos naturais na Amazônia. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 137-154, jul-dez. 2003.

BENATTI, José Heder. Unidades de Conservação e as populações tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, 1999.

BOLLIER, David. Os bens comuns: um setor negligenciado da criação de riqueza. **Lugar Comum – Estudo de Mídia, Cultura e Democracia**, Rio de Janeiro,, v.1, n. 31, , n. 31-32 p. 43-54, maio-dez. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. 235 p.

BRASIL. **Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. **Decreto 6.514 de 22 de julho de 2008**. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. **Decreto de 20 de maio de 2005**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no estado do Pará e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 09 out. 2016.

BRASIL. **Decreto 98.897 de 30 de janeiro de 1990**. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm>. Acesso em: 11 fev. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao>. Acesso em: 11 fev. 2017.

CASTRO JÚNIOR, Evaristo de; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (org.). **Unidades de Conservação: abordagem e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-65.

CHAMY, Paula. Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Indaiatuba (SP). **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2002. Disponível em:

<www.anppas.org.br/gt/conhecimento_local/Paula%20Chamy.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017.

COTRIM, Décio Souza; MIGUEL, Lovois de Andrade. O uso do enfoque sistêmico na pesca artesanal em Tramandaí RS. **Eisforia (UFSC)**, Florianópolis, v. 5, p. 136-160, 2007.

CUNHA, Luis Henrique. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, p. 10-26, jan.-dez. 2004.

CUNHA, Cláudia Conceição. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no estado brasileiro dos anos 1990**. 2010. 310 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Reservas Extrativistas: Limites e contradições de uma territorialidade seringueira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: FFLCH/USP, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.ffeilch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Cunha_CC.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017. 25 p.

CURI, Melissa Volpato. O direito consuetudinário dos povos indígenas e o pluralismo jurídico. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 230-247, jul.-dez. 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. Conhecimento tradicional e apropriação social do ambiente marinho. In: RODRIGUES, Ecio; PAULA, Alberto Costa de; ARAÚJO, Carla Medeiros y (org.). **Roteiros metodológicos: plano de manejo de uso múltiplo das reservas extrativistas federais**. Brasília, DF: MMA-IBAMA-CNPT, 2004. p. 125-157.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/USP, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. In: DIEGUES, A.C.S. (org.) **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **Povos e mares: leitura em sócio antropologia marítima** São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

ESPIRITO SANTO, Roberto Vilhena do. **Caracterização da atividade de desembarque da frota pesqueira artesanal de pequena escala na região estuarina do rio Caeté, município de Bragança-Pará-Brasil**. 2001. 156 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2001.

ESPIRITO SANTO, Roberto Vilhena do; ISAAC, Victoria Judith. Desembarque da pesca de pequena escala no município de Bragança-PA, Brasil: esforço e produção. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**. Bragança, n. 25, v. 1, p. 31-48. 2012.

FEENY, Daniel; BERKES, Fikret; MCCAY, Bonnie; ACHESON, James M. A tragédia dos comuns: 20 anos depois. In: DIEGES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2011. p. 17-42.

FURTADO, Lourdes Goncalves. **Currallistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987. 366 p.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio-ago. 2006.

GARCIA JR, Afrânio; HEREDIA, Beatriz. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A; MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias, estratégias de reprodução social.** São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 213-243.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. 128 p.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. **Science**, New Series, v. 162, n. 3859, p. 1243, 1968.

IBAMA. **Portaria nº 118 de 31 de outubro de 1994.** Aprova as normas administrativas para criação, regularização e consolidação das Reservas Extrativistas. Brasília: Ibama, 1994. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/PT0118-311094.PDF>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

ICMBIO. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

ICMBIO. **Instrução Normativa nº 29 de 05 de setembro de 2012.** Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais. Brasília: ICMBIO, 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/IN_29_de_05092012.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

ISAAC, Victoria Judith; BARTHEM, Ricardo Borges. Os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 11, n. 2, p. 295-339, 1995.

ISAAC-NAHUM, Victoria Judith. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58 n. 3, jul/set. 2006.

LANDAIS, Etienne; DEFFONTAINES, Jean-Pierre; BENOÎT, Marc. Les pratiques des agriculteurs: point de vu sur un courant nouveau de la recherche agronomique. **Études Rurales**, Paris, n. 109, p. 125-158, 1988.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 251-290, 2004.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se tornar uma política do ressentimento.** 2006. 313 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MANESCHY, Maria Cristina Alves. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada.** Belém: UFPA, CFCH, 1995. 167 p.

MARÇAL, Cláudia Cristina Lima. **A pesca de curral em uma Reserva Extrativista na zona costeira amazônica: composição da captura e implicações para o manejo.** 2017. 59

f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MARRUL FILHO, Simão. **Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros**. Brasília: Ed. IBAMA, 2003. 148 p.

MENDONÇA, Felipe; TALBOT, Virginia. Participação social na gestão de Unidades de Conservação: uma leitura sobre a contribuição do Instituto Chico Mendes. **Biodiversidade Brasileira**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 211-234, 2014.

MCKEAN, Margaret A; OSTRON Elionor. Regime de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo. NUPAUB/USP, 2011. p. 79-95.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 6, n. 9, p. 83-93, 2004.

MILANO, M. S. Um olhar para além da Amazônia Brasileira. In: FUNDO VALE. **Áreas Protegidas** Rio de Janeiro: Fundo Vale (Integração, Transformação, Desenvolvimento). 2012. p. 16-19.

MILANO, Yanne de Mattos Rabelim. As implicações do contrato de concessão de direito real de uso para gestão de uma reserva extrativista marinha. **Revista de direito dos monitores da UFF**, Niterói, ano 4, n. 11, p. 1-16, 2011.

NERY, Arian da Costa. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia – zona do salgado – Pará. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, v. 11, n. 2, p. 199-293, 1995.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: bens públicos e teoria dos grupos. Tradução de Maria Dulce Cláudio Guerreiro e Margarida Lima de Faria. Oeiras: Celta Editora, 1998. 168 p.

OSTROM, Elionor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. 280 p.

PAULA, Elder Andrade de. Movimento sindical e luta pela terra: do romantismo da voz ao pragmatismo do silêncio. In: _____; SILVA, Silvio Simione da (org.). **Trajetória da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006. p. 105-137.

PEREIRA, Luci Cajueiro Carneiro et al. Formas de uso e ocupação na praia de Ajuruteua-PA (BRASIL). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 13, p. 19-30, jan-jun. 2006.

PEREIRA, Luci Cajueiro Carneiro et al. Dinâmica Socioambiental na Vila dos Pescadores (Amazônia Oriental, Pará, Brasil). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 13, p. 125-136, jan./jun. 2006.

RAYNAUT, Claude. O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n 1, p. 81-104. 1994.

REIJNTJES, C; HAVERKORT, B; WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos**. 2. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA; Leusden, Holanda: ILEIA, 1999.

REPINALDO FILHO, Fernando Pedro Marinho. **Contribuições do conhecimento ecológico local ao sistema de gestão compartilhada da pesca nos estuários da reserva extrativista marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará**. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2012.

RODRIGUES, Monique Rocha. **A atuação da associação dos usuários da reserva extrativista marinha de tracueteua (PA) diante de conflitos sociais relacionados ao uso dos recursos naturais**. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Embrapa, Belém, 2017.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 273-292, jul.-dez. 2009.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul.-dez. 2005.

SILVA, Ellen Cristina do Monte. **O gênero de vida dos pescadores das vilas dos pescadores e Bonifácio na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu no município de Bragança/PA**. 2014. 103 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SILVA, José Bittencourt da; SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes. População tradicional, reservas extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, Curitiba, n. 33,163-175, 2015.

SILVA, Luis Mauro Santos. **A abordagem sistêmica na formação do agrônomo do século XXI**. Curitiba: Editora Appis, 2011. 157 p.

SOUZA FILHO, Pedro Walfir Martins. Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos. **Revista Brasileira de Geofísica**, v. 23, n. 4, p. 427-435, 2005.

SPINOLA, Juliana Lima. **Participação e Deliberação na Resex Marinha do Pirajubaé (SC)**. 2011. 207 f. Tese. (Doutorado Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e água do trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso dos seus recursos naturais**. 2. ed.. São Paulo: Annablume, 2010. p. 486.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. In: NUNES, E. de O (org.). A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Questionário de Entrevista – Diagnóstico da pesca de curral na RESEX**Caeté-Taperacu**

- 1 – Nome/Apelido;
- 2 - Onde o Sr. nasceu?
- 3 - Há quanto tempo pescador?
- 4– Qual é a renda total da sua família e quanto é oriunda somente do curral?
- 5 - Como aprendeu esta profissão? Como aprendeu a realizar esta atividade e porque escolheu essa atividade?
- 6 - Há quanto tempo pratica pesca nesta Resex?
- 7 - Sempre fez pesca de curral? () SIM () NÃO
- 8 - Se não, quais os outros tipos de pesca que já praticou ou pratica? – (especificar se ainda faz)
- 9 - Onde fica o seu curral e quantos currais o senhor possui?
- 10 - Como funciona o curral?
- 11 - Que tipo de pescado se tem com a pesca de curral?
- 12 - Que tipo de peixe é mais comum aparecer no curral e qual o mais raro?
- 13 – Quantas pessoas trabalham com o senhor no curral?
- 14 - Que tipo de peixe é comercializado?
- 15 – Qual o valor do peixe comercializado?
- 16 - Que tipo é só para consumo?
- 17 – Qual a quantidade em kg produzida na safra e na entre-safra?
- 18 - Qual material é utilizado na construção do curral?
- 19 - De onde retira o material para a construção do curral?
- 20 - Qual a época de construção da armadilha e porque é nessa época?
- 21 - Quanto tempo dura um curral?
- 22 - Quais são os nomes dados para cada parte do curral?
- 23 – Qual o tamanho usado em cada parte do curral (espaçamentos, comprimentos..)?
- 24 - Percebe diferença de produtividade caso algum dos tratos não seja realizado como de costume? Porque você acha que há diferença?
- 25– Quantas vezes vai no curral por dia?
- 26 - Houve alguma influência que fez você mudar a forma de uso/construção do curral? Qual influência? O que foi mudado?

27– Quais os cuidados que a construção do curral e a despesca necessitam? Quem realiza?

28 – Quais são suas despesas com a construção do curral? Quanto custa para montar um curral?

29 - Como é feita a escolha da área do curral?

30 - Enfrenta algum problema referente a essa atividade? (seca, baixa safra, fiscalização..) Quais problemas?

31 - Existem conflitos devido ao uso do curral? Com quem? Quais tipos de conflitos?

32 – Como era a pesca de curral/ antes da criação da Resex Caeté-Taperaçu?

33- Houve mudanças na pesca de curral/ depois da criação da Resex Caeté-Taperaçu? Se houve, quais foram as mudanças?

34 – Existe alguma organização para padronização dos currais? Quem faz o monitoramento? Esse monitoramento é respeitado/reconhecido por você?

35 – Para o senhor, o que mudou com a criação da Resex, em relação à atividade de pesca?

**APÊNDICE II – Questionário de Entrevista – Diagnóstico da pesca artesanal com vários
apetrechos na RESEX Caeté-Taperacu**

I – DADOS GERAIS

- 1 – Nome/ Apelido
- 2 – Local da Entrevista/ Horário:
- 3 – Coordenada Geográfica da residência:
- 4 – Número de pessoas na unidade familiar:
- 5 – Você possui RGP? () SIM () NÃO

II – DADOS SOCIOECONÔMICOS

6– Composição Familiar

Nome	Idade	Parentesco	Escolaridade	Ocupação

5 – Qual o(s) apetrecho(s) utilizado(s) para pesca?

	Rede Tarrafa	Qde (unid.)	Diâm. malha (mm)	Altura (m)	Comp. (m)	Nº anzóis (unid.)	V.Unitário (R\$)
A	Rede Estacada						
B	Rede Bubuia						
C	Rede Apositada						
D	Rede Puça						
E	Zangaria						
F	Espinhel						
G	Manzuá						
H	Curral						
I	Outro						

- 6 – O Sr. possui embarcação para realizar a pesca? () SIM () NÃO

7 – Renda mensal da família

Tipo de Renda	Parentesco	Tipo de Renda	V. Mensal (R\$/mês)
Aposentadoria			
Bolsa Família			
Bolsa Verde			
Comércio			
Venda do pescado			
Total			

III – CONTEXTO HISTÓRICO

- 8 – Quando veio morar na Vila dos Pescadores?

- 9 – O que o motivou a vir morar na Vila dos Pescadores?
 10 - Há quanto tempo exerce a atividade de pesca?
 11 - Como aprendeu esta atividade?
 12 – Porque escolheu essa atividade?
 13 – Sempre realizou essa atividade? () SIM () NÃO
 14 - Se NÃO, quais os outros tipos de atividades realizaram/realizam?

IV – PRÁTICAS DA PESCA

- 15 – Qual é a frequência que o Sr. pesca? (quantas vezes/dia; quais os meses)
 16 – O Sr. pesca sempre no mesmo lugar? () SIM () NÃO. Por quê?
 17– Como é feita a escolha do local da pesca?
 18 – O Sr. pode explicar a importância do posicionamento da rede ou espinhel para ter uma boa pescaria?
 19 – Quais os cuidados que a pesca necessita?
 20 – Quem são as pessoas que participam com você durante a pescaria?

V – PRODUÇÃO

- 21 – Quais peixes o Sr. pesca?
 22 – Que tipo de peixe é mais comum ser pescado pelo seu apetrecho e qual o mais raro?
 23 – Em média, qual a quantidade de pescado é capturada em quilo por pescaria?
 24 – O que é feito com o pescado capturado?
 25 – Existe uma separação entre o pescado para consumo e para comercialização?
 () SIM () NÃO
 26 – Se SIM, como é feita a separação?
 27 – Que tipo de peixe é comercializado?
 28 – Qual o valor do peixe comercializado?
 29 – Em média, qual a quantidade em Km capturada na safra e na entre-safra?
 30 – Qual é o período da safra?
 31 – Enfrenta algum problema referente a diminuição do pescado? () SIM () NÃO
 32 – Se SIM, a que o senhor atribui este problema?

A	Forma de captura pela Pesca Industrial
B	Forma de captura pela Pesca Artesanal

- 33 – Explique de que forma essa captura contribui para a diminuição do pescado?

VI - ORGANIZAÇÃO

34 – Existe conflito motivado pela disputa pela captura do pescado? () SIM () NÃO

35 – Se SIM, com quem são esses conflitos?

A	Pescadores que usam o mesmo apetrecho
B	Pescadores que usam outros apetrechos
C	Pesca Industrial
D	Outros. Quem?

36 – Qual o motivo do conflito?

37 – Existe algum grupo local responsável pela organização dos pescadores?
() SIM () NÃO

38 – Se SIM, qual/como é a organização?

39 – O Sr. tem conhecimento da existência de regras para o uso de apetrechos?
() SIM () NÃO

40 – Existe algum grupo local que realiza o monitoramento desses apetrechos?
() SIM () NÃO

41 – Esse monitoramento é respeitado/reconhecido por você?

42 – O Sr. tem conhecimento da existência de uma RESEX na área de pesca?
() SIM () NÃO

43 – Para o Sr. o que é uma RESEX?

44 – Você conhece o ICMBio? () SIM () NÃO

45 – Qual a frequência de ações de gestão do ICMBio/IBAMA para o ordenamento dos recursos pesqueiros e monitoramento do cumprimento das regras na Vila dos Pescdores?

A	Nunca atuou na vila
B	Vem raramente na vila
C	Vem com razoável frequência na vila
D	Vem com muita frequência na vila

46 – A pesca é suficiente para sustentar sua família? Porque?